

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

THAMIRES GOMES PINHEIRO

**A PRESERVAÇÃO DA CASA MEMORIAL RÉGIS PACHECO COMO ESPAÇO DE
MEMÓRIA DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
JUNHO DE 2021

THAMIRES GOMES PINHEIRO

**A PRESERVAÇÃO DA CASA MEMORIAL RÉGIS PACHECO COMO ESPAÇO DE
MEMÓRIA DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Projeto Temático: Memória, Filosofia e Pensamento Social.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ramos Dolabela Chagas.

Coorientadora: Profa. Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos.

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
JUNHO DE 2021**

P718p

Pinheiro, Thamires Gomes.

A preservação da Casa Memorial Régis Pacheco como espaço de memória da cidade de Vitória da Conquista. / Thamires Gomes Pinheiro – Vitória da Conquista, 2021. 117f.

Orientador: Pedro Ramos Dolabela Chagas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referências: F. 96 – 102.

1. Patrimônio cultural - Memória. 2. Casa Memorial Régis Pacheco. 3. Preservação cultural. I. Chagas, Pedro Ramos Dolabela. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 363.69

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The preservation of the Régis Pacheco Memorial's House as a memory space of the city of Vitória da Conquista.

Palavras-chave em inglês: Culture heritage; Preservation; Memory; Régis Pacheco Memorial House.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Pedro Ramos Dolabela Chagas (presidente); Profa. Dra. Silvana Maria Pantoja dos Santos (titular); Profa. Dra. Edvania Gomes da Silva (titular); Profa. Dra. Conceição de Maria Belfort de Carvalho (titular).

Data da Defesa: 29 de junho de 2021.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

THAMIRES GOMES PINHEIRO

A PRESERVAÇÃO DA CASA MEMORIAL RÉGIS PACHECO COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

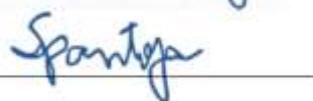
Vitória da Conquista: 29 de junho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro Ramos Dolabela Chagas (Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profª. Drª. Silvana Maria Pantoja dos Santos (vice-presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profª. Drª. Edvania Gomes da Silva
Instituição: UESB

Ass.: 

Profaª. Drª. Conceição de Maria Belfort de Carvalho
Instituição: UFMA

Ass.: 

Dedico esta dissertação aos meus pais, Nilson e Vanilda, que, mesmo em meio a tantos percalços, ensinaram-me os valores e princípios com os quais tenho construído a minha história.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por permitir que a realização deste sonho tão íntimo: adentrar no mestrado. Através de uma ligação intrínseca, consigo afirmar que, sem a minha fé, não teria conseguido vencer tantas situações difíceis - pessoais e acadêmicas - as quais passei durante esses dois anos.

Ao Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, a todos os professores, aos coordenadores, à equipe de suporte, aos funcionários, pela oportunidade de me tornar uma pessoa melhor através do exemplo diário de compreensão, gentileza, responsabilidade e postura no ambiente acadêmico.

Ao meu orientador Pedro Dolabela, pela generosidade em dividir comigo todo o seu conhecimento, por acreditar em mim e, também, me fazer acreditar em mim por diversas vezes que pensei que não seria capaz de concluir essa pesquisa. Agradeço por me fazer enxergar caminhos que eu não conseguiria se não fosse a sua orientação.

A minha coorientadora Silvana Pantoja, agradeço por ser aquele exemplo de pessoa a qual quero me tornar um dia. Uma grande mulher, professora, aluna, mãe, amiga, sem a qual eu não teria conseguido chegar onde cheguei. Obrigada por, mesmo sem precisar, me acolher como sua coorientanda e compartilhar comigo tanto conhecimento.

À FAPESB, instituição financiadora desta pesquisa, essencial para que eu conseguisse me dedicar aos estudos com maior veemência.

Às Professoras Edvânia Gomes e Conceição Belfort, por dedicarem o seu tempo participando da Banca de Qualificação, bem como a todas preciosas sugestões, as quais foram essenciais para o resultado final da pesquisa.

À UFMA e ao PGCULT, por terem me recebido tão bem no Maranhão e pelos conhecimentos adquiridos durante a minha breve estadia. Em especial, agradeço à Professora Márcia Manir e ao Professor Antônio Cordeiro, que me trataram como uma filha em um momento delicado, longe da minha família.

À CAPES e ao PROCAD, por terem viabilizado parte da minha pesquisa na UFMA, onde pude aprofundar minha formação acadêmica.

Ao Professor Argemiro Correia, por me apresentar o mundo acadêmico e me incentivar a trilhar essa caminhada. Agradeço ainda à sua esposa Maria Aparecida, pela oportunidade de acompanhar as suas aulas e aprender como guiar com excelência uma sala de aula.

A todos aqueles que contribuíram com a coleta de dados desta pesquisa: funcionários da Casa Memorial Régis Pacheco, Prefeitura, Arquivo Público Municipal e, em especial, a Afonso Silvestre, por toda memória compartilhada.

À minha família, por ser o meu porto seguro durante toda a minha vida, não deixando que eu

desistisse nos momentos de fraqueza. Em especial, agradeço à minha irmã Thaís por ser meu abrigo, refúgio e inspiração, ao meu irmão José por ser uma fonte de admiração e ao meu sobrinho Lucas, por alegrar os nossos dias.

Aos meus amigos, que vibraram comigo desde a aprovação no processo seletivo até as menores conquistas; por entenderem a minha rotina pesada de estudos e os consequentes sumiços.

Aos meus colegas do mestrado, pela assistência e companheirismo durante esses dois anos, em especial, a Naila, a qual foi essencial não somente durante o mestrado, mas, também, para que eu conseguisse passar no processo seletivo.

Enfim, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para conclusão de mais este ciclo.

RESUMO

Muitas são as variáveis que envolvem a determinação do que deve ser ou não considerado um patrimônio cultural. Trata-se de um processo envolto por inúmeras vertentes sociais, políticas, históricas, financeiras e pessoais, as quais, em algumas ocasiões, costumam resultar em um produto que foge da sua finalidade primordial: representar, na prática, de maneira física e simbólica, a identidade de um povo. O debate do processo de ativação das memórias por meio da preservação cultural é de fato complexo e pode ser considerado uma prática interdisciplinar, visto que, considerando suas dimensões históricas e sociais, engloba diversas áreas do conhecimento acadêmico e científico. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os processos que envolvem as práticas de preservação do patrimônio cultural nos dias atuais, tomando como objeto de estudo a Casa Memorial Régis Pacheco, um casarão histórico dos anos 1920, tombado por Lei Municipal. Como objetivos específicos, buscamos entender como a tendência preservacionista e o crescimento do processo de expansão patrimonialista no mundo contemporâneo têm atropelado determinadas questões simbólicas que, teoricamente, deveriam ser primordiais ao se preservar, mas que são deixadas de lado em favor de uma materialidade obsoleta. Procuramos, ainda, refletir sobre a retórica do patrimônio como um meio de justificação para um tipo de investimento, trazendo teorias que explicam esses fenômenos do que deve ou não ser preservado. Este trabalho se dedica a uma análise da Casa Memorial Régis Pacheco não como um produto final, mas, sim, como uma investigação dos processos de construção desse patrimônio. A priori, um dos princípios é de que o patrimônio seja uma representação que leva em conta a pluralidade, de forma que consiga retratar não somente uma camada específica da comunidade, mas, sim, ser o retrato de uma identidade nacional. Porém, refletimos aqui se realmente esse é o motivo pelo qual as práticas patrimonialistas são executadas. Ao investigar o objeto de estudo, depreendemos, através da análise de documentos e entrevistas com pessoas ligadas à edificação, que a restauração da Casa Memorial Régis Pacheco não se manifestou através de um desejo latente da sociedade em proteger a memória existente naquela edificação. Acreditamos na hipótese de que o pressuposto inicial para a restauração da Casa em estudo foi a instrumentalização de uma verba que precisava ser aplicada, e, diante das práticas habituais no campo patrimonialista, tal transformação fora executada, ainda que não existisse um plano museológico definido.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Memória; Preservação; Casa Memorial Régis Pacheco.

ABSTRACT

Many variables are involved in determining what should or should not be considered as a cultural heritage. It is a process involved by numerous social, political, historical, financial and personal aspects, which, at times, result in a product that flees from its primary purpose: to represent, in practice, in a physical and symbolic way, the identity of a people. The debate on the process of activating memories through cultural preservation is in fact complex and can be considered an interdisciplinary practice, since it encompasses several areas of academic and scientific knowledge, considering its historical and social dimensions. The general objective of this work is to analyze the processes that involve the practices of preservation of the cultural heritage nowadays, taking as object of study the Casa Memorial Régis Pacheco, a historic mansion from the 1920s, preserved, protected and registered as a heritage by a Municipal Law. As specific objectives, we sought to understand how the preservationist trend and the growth of the patrimonialist expansion process in the contemporary world have run over certain symbolic issues that, theoretically, should be essential to preserve, but which are left aside in favor of an obsolete materiality. We also sought to reflect on the equity rhetoric as a means of justifying a type of investment, bringing theories that explain these phenomena of what should or should not be preserved. This work is dedicated to an analysis of the Casa Memorial Régis Pacheco not as a final product, but rather as an investigation of the construction processes of this heritage. At first, one of the principles is that heritage should be a representation that takes into account plurality, so that it is able to portray not only a specific strata of the community, but rather be the portrait of a national identity. However, we reflect here if this is really the reason why patrimonial practices are carried out. When investigating the object of study, we inferred, through the analysis of documents and interviews with people connected to the building, that the refurbishment of the Casa Memorial Régis Pacheco did not manifest itself through a latent desire of society to protect the existing memory in that building. We believe in the hypothesis that the initial assumption for the refurbishment of the Casa Memorial Régis Pacheco under study was the use of a budget that needed to be applied, and, given the usual practices in the patrimonial field, this transformation had been carried out, even though there was no defined museological plan.

Keywords: Cultural heritage; Memory; Preservation; Casa Memorial Régis Pacheco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Em destaque, temos a cidade de Vitória da Conquista, localizada no Sudoeste da Bahia.....	15
Figura 2 – Fachada da Casa Memorial Régis Pacheco antes da restauração.....	30
Figura 3 – Telhado e parte da alvenaria da Casa Memorial Régis Pacheco antes da restauração.....	31
Figura 4 – Parte posterior da casa, antes da restauração e da construção do anexo.....	31
Figura 5 – Fachada da Casa Memorial Régis Pacheco durante a restauração.....	32
Figura 6 – Profissionais durante o processo de restauro da fachada.....	33
Figura 7 – Fachada da Casa Memorial Régis Pacheco após a restauração.....	33
Figura 8 – Parte interna da edificação antes da restauração.....	34
Figura 9 – Pórtico de acesso à sala principal da edificação, que expõe quadros dos intendentess e prefeitos de Vitória da Conquista.....	35
Figura 10 – Construção do acervo na parte posterior da edificação.....	46
Figura 11 – Detalhes da fachada que foram restaurados e replicados.....	47
Figura 12 – Fotografia da parte posterior da Casa, onde foi construído um anexo destinado a atividades de múltiplo uso.....	48
Figura 13 – Sala principal da edificação, que expõe quadros dos intendentess e prefeitos de Vitória da Conquista.....	48
Figura 14 - Entorno da Casa Memorial Régis Pacheco, localizada próxima à Igreja Catedral Nossa Senhora das Vitórias.....	62
Figura 15 - Patologias encontradas na fachada atualmente – fotografia feita em fevereiro de 2021.....	63
Figura 16 - Quadro pintado por Orlando Celino, retratando o bandeirante João Gonçalves da Costa.....	67
Figura 17 - Quadro do artista Silvio Jessé.....	68
Figura 18 - Quadro do artista J. Murilo.....	68
Figura 19 - Quadro de Orlando Celino.....	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Você sabe quem foi o médico e político Régis Pacheco?.....	70
Gráfico 2 – Você sabe da existência da Casa Memorial Régis Pacheco?.....	71
Gráfico 3 – Você já visitou a Casa Memorial Régis Pacheco?	71
Gráfico 4 – Você considera a Casa Memorial Régis Pacheco um lugar que remete a memória e a história da cidade de Vitória da Conquista?.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
Art.	Artigo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CICI	Comissão Internacional de Cooperação Intelectual
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FNpM	Fundação Nacional pró-Memória
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOFOM	<i>International Committee for Museology of the International Council of Museums</i>
ICOFOM-ISS	<i>ICOFOM Study Series</i>
ICOFOM-LAM	ICOFOM América Latina
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JFO	João Fernandes de Oliveira Santos
MinC	Ministério da Cultura
PCD	Pessoa com Deficiência
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PGCULT	Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PPGMLS	Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
PROCAD	Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	SOBRE O PENSAMENTO PATRIMONIALISTA.....	25
2.1	Contextualização histórica da noção de patrimônio.....	37
2.2	O discurso patrimonial <i>versus</i> o que acontece na prática.....	44
3	AS TEORIAS DA MEMÓRIA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO PATRIMONIALISTA.....	53
3.1	O museu como lugar de memória.....	57
3.2	A Casa Memorial Régis Pacheco: percepções como lugar de memória.....	65
4	PATRIMONIALIZAÇÃO: DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS.....	74
4.1	O cenário do patrimônio a partir da fragmentação cultural.....	78
4.2	A memória e o patrimônio cultural como ferramentas na construção da identidade memória.....	84
4.3	Nova Museologia.....	89
5	CONCLUSÃO.....	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	ANEXO A – Digitalização do Decreto N° 8.596/96.....	103
	ANEXO B – Digitalização da Lei N° 707/93.....	105
	APÊNDICE A – Espelho do questionário a ser aplicado.....	111
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	116

1 INTRODUÇÃO

Vivemos a era de um mundo globalizado, marcado por avanços tecnológicos, descobertas científicas, disseminação de informações em milésimos de segundos e alterações de pseudoconceitos de certo e errado, em que o tempo parece correr cada vez mais veloz e a vida cotidiana desdobra-se em uma constante adaptação. Simultaneamente a esses processos, vivemos uma dialética de como conciliar as disposições contemporâneas com a preservação das memórias, de maneira que não se perca a essência identitária e o patrimônio material e o imaterial construídos pelas sociedades ao longo dos anos.

Durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo, sempre nos interessamos pela área acadêmica e questionávamos o porquê de este ser um curso tão voltado para a prática e desenvolvimento de projetos, mas, dificilmente, incentivar os alunos para a pesquisa e, conseqüentemente, para a docência. Obviamente, não podemos fazer generalizações, porém, ao conversar com colegas de profissão formados em outras universidades, percebemos que essa é uma tendência geral nos cursos de Arquitetura e Urbanismo. Formam-se arquitetos e urbanistas para escritórios e para obras, mas não os qualificam para ir além e explorar as demais vertentes ofertadas pela profissão.

Ao terminarmos a graduação, sentimos que aqueles cinco anos ainda não nos haviam preparado para que pudéssemos exercer com propriedade a profissão que havíamos escolhido. Optamos, então, por fazer uma especialização. Foi, desse modo, que tivemos um amadurecimento profissional e despertamos concretamente o desejo de entrar para área de pesquisa e trilhar uma carreira acadêmica, na qual pudéssemos futuramente passar nossos conhecimentos para outras gerações através da docência.

Durante um módulo sobre edificações históricas cursado na especialização, atrelado a uma certa afinidade que tivemos na disciplina de Técnicas Retrospectivas durante a graduação, descobrimos nossa verdadeira vocação na área da pesquisa: gostaríamos de estudar o Patrimônio Arquitetônico. Orientados pelo professor Dr. Argemiro Correia, o qual sinalizou sobre a existência do PPGMLS – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, pleiteamos uma vaga para o mestrado e conseguimos romper mais uma barreira do comodismo, saindo da zona de conforto a fim de produzirmos uma pesquisa que contribua com a formação de futuros pesquisadores da área.

Sendo o tema da memória a discussão central do referido programa de pós-graduação, trataremos nesta dissertação um diálogo entre a memória e a preservação do patrimônio cultural. O direito à memória, garantido através do patrimônio cultural, é um fenômeno

atemporal e reflete na produção da identidade do indivíduo enquanto cidadão, perpassando bens materiais, simbólicos, valores, sentidos, lendas, mitos e tradições de geração em geração.

O *locus* espacial deste estudo toma como partido a cidade de Vitória da Conquista, localizada na região sudoeste do estado da Bahia (figura 01). Segundo dados¹ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui área territorial de 3.254 km², contando com uma população de 341.128 habitantes, o que a torna a terceira maior cidade do estado da Bahia.

Figura 1. Em destaque, temos a cidade de Vitória da Conquista, localizada no Sudoeste da Bahia.



Fonte: Site do IBGE, 2021.

Vitória da Conquista – BA pode ser considerada uma cidade recente. Segundo Tanajura² (1992), por mais que as explorações colonizadoras tenham se iniciado por volta de 1752, conduzidas pelo bandeirante João da Silva Guimarães, quando a localidade ainda era conhecida como Sertão da Ressaca, foi somente em 1891 que houve sua emancipação política, passando da categoria de vila para o *status* de cidade (TANAJURA, 1992).

Representou papel de destaque nessas conquistas, entre outros bandeirantes, o mestre de campo João da Silva Guimarães. [...] Em 1752 chegou à região de Vitória da Conquista, conhecida por Sertão da Ressaca. Por essa época, já o acompanhava o seu genro, João Gonçalves da Costa. [...] Continuando com as explorações, a tropa de João da Silva Guimarães chega ao atual território do Município de Conquista, onde deu combate aos índios Mongoiós e Imborés, após ter vencido, nos sertões do Rio Pardo, os Pataxós

¹ Dados obtidos no site do IBGE relativos ao ano de 2020. Para maiores informações, conferir: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/vitoria-da-conquista.html>>

² José Mozart Tanajura foi professor, escritor e memorialista, tendo escrito importantes obras, as quais dissertam sobre a história da cidade de Vitória da Conquista e região. Para saber mais a respeito do processo colonizador da cidade, sugerimos a leitura da obra de Tanajura (1992) denominada *História de Conquista: Crônica de uma cidade*. ”

e Botocudos, que ofereceram forte resistência à conquista. (TANAJURA, 1992, p. 34).

Ainda de acordo com Silva (2009), o processo de desbravamento da região resultou na dominação e grande genocídio de populações indígenas locais, como os grupos dos Mongoiós, Imborés e Pataxós. Os índios foram dizimados pelas armas de fogo, pela exploração física, pelo envenenamento e pela disseminação de doenças contagiosas que os colonizadores trouxeram.

Houve uma série de lutas encarniçadas e cruéis, em que a deslealdade dos portugueses era a nota predominante. O invasor queria a terra; o gentio defendia o espaço físico necessário à sua sobrevivência [...]. Os Mongoiós foram derrotados e houve, a partir daí, um período de tregua. Mas de 1803 a 1806, os Mongoiós se levantam e a luta recrudesce. Desta época ficou a triste memória da perfídia denominada “Banquete da Morte”. (TANAJURA, 1992, p. 41).

Com a vitória dos portugueses e seus descendentes sobre os índios, por volta de 1770, iniciou-se um aglomerado de pessoas vivendo em torno de uma fazenda, a qual deu origem à atual cidade de Vitória da Conquista. O arraial não possuía fontes auríferas para exploração, como em regiões circunvizinhas, sendo introduzidas, então, outras atividades, como a criação de gado, a qual constituiu motivação para que essas pessoas fundassem o Arraial da Conquista, primeiro núcleo populacional da cidade (SILVA, 2009). Este arraial cresceu em torno da atual Praça Tancredo Neves, onde fica localizada a igreja matriz da cidade e, também, a Casa Memorial Régis Pacheco, objeto de estudo da presente dissertação. Em 1840, o arraial passou à condição de município da Imperial Vila da Vitória, e, no ano de 1891, logrou a condição de cidade de Vitória da Conquista (TANAJURA, 1992).

Hoje, Vitória da Conquista é considerada uma capital regional, a qual abrange aproximadamente oitenta cidades do estado da Bahia e dezesseis cidades do norte do estado de Minas Gerais. Os setores de comércio, saúde e educação oferecem suporte à população das cidades circunvizinhas, sendo um ponto de apoio estratégico para toda a região. Além disso, está localizado em Vitória da Conquista o Aeroporto Glauber Rocha, que recebe aviões de médio porte, como o Boeing 737, fazendo da cidade uma importante ferramenta no que diz respeito às interações interestaduais.

Por mais que Vitória da Conquista – BA seja considerada uma capital regional, percebemos uma carência na cidade no que diz respeito ao lazer e à cultura. Há poucos espaços destinados a tais usos, e os poucos que existem são relegados pela população, não recebendo a atenção que merecem. Observamos uma ausência de preocupação por parte da população e por parte do governo em preservar o patrimônio cultural da cidade. Fato este que

traz um viés social a esse estudo, além de justificar a motivação da pesquisa. A partir dessa ausência, atrelada à importância de se preservar o patrimônio arquitetônico como meio de transmissão da memória, optamos por escolher uma edificação localizada na cidade em questão como objeto de análise para a presente pesquisa.

Mesmo com o seu núcleo urbano tendo surgido somente no século passado, existem inúmeros locais na cidade que podem ser considerados *lugares de memória*. De acordo com Pierre Nora (1993)³, quando um espaço é caracterizado como *lugar de memória*, significa dizer que este possui um valor simbólico para a sociedade no qual está inserido, exercendo um importante papel na constituição da identidade local. Muitas são as variáveis que permeiam a valoração do que deve ou não ser considerado um lugar de memória, assunto que merece uma maior atenção e será abordado na seção dois desta dissertação.

Grande parte das edificações históricas da cidade de Vitória da Conquista – BA está localizada próxima à Praça Tancredo Neves, centro geográfico onde a cidade teve seu início. Podemos destacar aqui algumas edificações históricas de grande importância para a memória conquistense, como o Museu Regional, localizado na Casa Henriqueta Prates, a Igreja Catedral Nossa Senhora das Vitórias, a Casa Glauber Rocha, o Solar dos FONSECAS, a Casa de Dona Zazá e o antigo prédio da Câmara de Vereadores, sendo esses dois últimos imóveis tombados por lei municipal. Esses edifícios possuem uma importância mais do que pura estética, já que o caráter imagético muitas vezes se repete nas fachadas monumentais. Desse modo, eles são, principalmente, uma herança simbólica que comporta as referências de importantes personalidades da cidade.

A escolha da edificação para análise não foi feita aleatoriamente. Para tal definição, realizamos um levantamento acerca das edificações históricas existentes na cidade, levando em consideração inúmeros fatores, como a localização, a história, o uso, o grau de preservação, entre outros critérios. Escolhemos, então, como objeto de pesquisa, a Casa Memorial Régis Pacheco, um casarão com estilo neoclássico, com tendência eclética, que foi construído no século XX e tornou-se uma edificação tombada pelo Decreto Municipal nº 8.596/96.

³ Pierre Nora (1993) é um dos historiadores contemporâneos mais conhecidos na França, sendo considerado um autor da Terceira Geração dos Annales. Em seu texto “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, o qual abre o volume inicial da obra *Lex Lieux de mémoire*, originalmente publicada em sete volumes e escrita entre 1984 e 1992, Nora introduz o conceito dos lugares de memória, que, segundo o autor, vem sendo cada vez mais multiplicados, visto que a perda desperta o desejo de preservar. Pierre Nora afirma que estamos vivendo uma “síndrome arquivista”, que estimula a formação de museus, arquivos, centros de cultura, bancos de dados, na busca de se criar lugares de memória.

O primeiro critério significativo que influenciou a escolha da edificação foi a sua localização histórica privilegiada, estando localizada na Praça Tancredo Neves, próxima à Igreja Catedral de Nossa Senhora das Vitórias. A praça em questão possui um enorme valor simbólico para a história da cidade, visto que foi nela que houve inúmeras batalhas entre os índios e os portugueses pela dominação das terras. O segundo critério para escolha da edificação foi a sua estrutura conservada, tendo sido restaurada no ano de 2007 e aberta para visitação.

Além disso, a Casa Memorial Régis Pacheco traz consigo mais do que uma reminiscência material, na medida em que apresenta, também, uma memória artística carregada de sentidos, abarcando inúmeras obras de arte em seu interior, tendo um acervo de quadros com pinturas de todos os gestores, intendentes e prefeitos que governaram a cidade desde a sua emancipação. A edificação em estudo pode ser considerada um *lugar de memória* da cidade de Vitória da Conquista, uma vez que carrega consigo um valor material, simbólico e funcional para a população.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. [...] Os três aspectos coexistem sempre. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por sua hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 21-22).

Por fim, para reforçar a importância do objeto de estudo, o ano de 2020 culminou o centenário da vinda de Régis Pacheco para a cidade de Vitória da Conquista. Médico, natural da cidade de Salvador, na Bahia, Régis Pacheco chega na cidade a pedido do governador do estado, Dr. Antônio Muniz, para ajudar a combater um surto epidêmico de varíola que afetou fortemente a cidade à época, causando inúmeras mortes. Régis Pacheco, juntamente com a ajuda de outros médicos, conseguiu erradicar a crise da doença, ficando conhecido e adorado por toda população. O médico fixou residência em Vitória da Conquista – BA e casou-se com Enerina Santos, filha do fazendeiro e pecuarista Cel. João Santos, de quem ganhou a edificação em estudo de presente de casamento, ficando conhecida até hoje por toda população como Casa Memorial Régis Pacheco.

A partir das afirmações supracitadas, justifica-se a escolha da edificação a ser analisada como objeto de pesquisa, partindo do princípio da importância social, histórica,

simbólica e material que esta possui. Depreendemos, ao longo deste estudo, que a Casa Memorial Régis Pacheco é uma das poucas edificações ainda preservadas na cidade de Vitória da Conquista – BA e que possui uma grande relevância para a identidade local. Porém, ela não tem sido utilizada e aproveitada funcionalmente pela maioria da população. Esperamos que esta dissertação sirva como elemento impulsionador para a população da cidade, influenciando positivamente a sociedade a acolher a Casa Memorial Régis Pacheco como um local que deve ser preservado para as próximas gerações.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13).

Ao longo do nosso primeiro ano do mestrado, debruçamo-nos entre as leituras consideradas “obrigatórias” para quem estuda a memória e o patrimônio cultural. Fizemos leituras das obras de Pierre Nora, e nos identificamos com a sua movimentação ideológica, aprofundando-nos sobre a sua teoria dos *lugares de memória*, comprovada empiricamente pela urgência de todos os países em se fundar museus e arquivos. Cursamos a disciplina “Memória em Halbwachs”, e como resultado da mesma, escrevemos um *paper* no qual discutimos como a preservação do patrimônio arquitetônico pode ser considerada uma ferramenta da memória coletiva, já que, segundo o mesmo, o espaço atua como um quadro de referência da memória⁴. Além destes, estudamos sobre Michael Pollak e o conceito de enquadramento da memória através dos objetos materiais; Pierre Bourdieu e como o abandono de edificações históricas pode ser considerado uma consequência da violência simbólica; entre muitos outros grandes e importantes autores, os quais poderiam servir como base teórica para escrita desta dissertação.

Todas essas leituras foram de suma importância para que alcançássemos o atual estágio de desenvolvimento acadêmico. São autores mundialmente reconhecidos, cujas teorias nos inseriram na discussão do patrimônio cultural como ferramenta da memória. Nosso objetivo inicial, era, então, discorrer sobre a preservação do patrimônio cultural, promovendo uma discussão social que possibilitasse uma conscientização do leitor ao analisar o patrimônio material e imaterial como uma ferramenta idiossincrática de manutenção da memória.

Sendo assim, atrelando esse escopo ao objeto de estudo, a intenção primária da presente dissertação era fazer uma discussão sobre a representatividade da Casa Memorial

⁴ A expressão “quadros de referência da memória” foi introduzida por Maurice Halbwachs, em seu livro “*Les cadres sociaux de la mémoire*”, publicado em 1925.

Régis Pacheco para a sociedade conquistense. Para elucidar essa conjectura, determinadas reflexões foram feitas durante o desenvolvimento do projeto, com a finalidade de descobrir se a população da cidade realmente atribui um valor social e histórico à edificação, quais os motivos que levaram ao tombamento e restauração da mesma e como esta contribui genuinamente com o fortalecimento da memória e da identidade local.

Após realizar um aprofundamento teórico, iniciamos o estudo sobre a Casa Memorial Régis Pacheco. De certo, tivemos dificuldade em conseguir documentos sobre as discussões que levaram o poder público a restaurar tal edificação. Entre tantas edificações históricas existentes na cidade, as quais também tinham um valor material e simbólico para a comunidade conquistense, por que especificamente escolher aquela edificação para ser preservada? Essa problemática poderia ser solucionada caso tivéssemos tido acesso às atas sobre as reuniões que definiram o tombamento da edificação, mas, infelizmente, esses documentos, até o presente momento, não foram encontrados.

Muitas são as variáveis que envolvem a determinação do que deve ser ou não considerado um patrimônio cultural. Disputas sociais, motivações políticas, ensejos privados e muitos outros aspectos influenciam na designação de um passado que se elege ser lembrado e preservado. O debate do processo de ativação das memórias por meio da preservação cultural é de fato complexo e pode ser considerado uma prática interdisciplinar, visto que considerando suas dimensões históricas e sociais, engloba diversas áreas do conhecimento acadêmico e científico.

O patrimônio cultural está inserido em um debate sobre valores sociais, sendo que a patrimonialização de um bem perpassa a atribuição de valores, sentidos, usos e significados. Os bens culturais não possuem, por si só, os valores que os transformam em patrimônios culturais, são os indivíduos que lhes atribuem estes valores dentro de um campo de disputas, afirmação e legitimação de identificações, bem como de processos de ativação de memórias. [...] *O que pode ser considerado patrimônio cultural de um município, estado ou país? Quais os critérios para defini-los? Certamente não basta o registro, é necessário saber o que deve ser registrado, quais os bens que expressam a memória e a identidade da sociedade.* (LIMA; FERRARI; GUEDES, 2015, p. 94, grifo nosso).

Ao analisarmos esses processos, percebemos que, por mais belas e reconhecidas que sejam as tradicionais teorias da memória, estas não responderiam aos nossos questionamentos. O caminho da generalização não pôde ser aplicado à Casa Memorial Régis Pacheco, e tivemos, então, que percorrer um caminho contrário, iniciando a pesquisa pelo estudo do objeto para que depois pudéssemos encontrar teorias que nos ajudassem a explicar o fenômeno ocorrido nesta patrimonialização em específico.

Através de entrevistas com pessoas que estavam presentes nas discussões na época do tombamento da Casa Memorial Régis Pacheco, obtivemos indícios e acreditamos na hipótese de que a preservação de tal edificação não surgiu a partir de um desejo latente da população atrelado ao simbolismo que a casa representava, mas, sim, pelo surgimento de uma verba e pela necessidade de sua aplicação. Tal afirmação não constitui uma crítica à preservação da Casa - o que iria contra o título da presente dissertação – mas, sim, uma reflexão acerca dos caminhos que levam o poder público a preservar.

A partir das descobertas obtidas ao estudar o percurso de tombamento da Casa Memorial Régis Pacheco, o objetivo geral deste trabalho passou a ser, então, analisar os processos que levaram a patrimonialização dessa edificação. Como objetivos específicos, buscamos entender como essa tendência preservacionista e o crescimento do processo de expansão patrimonialista no mundo contemporâneo têm atropelado determinadas questões simbólicas que, teoricamente, deveriam ser primordiais ao se preservar, mas que são deixadas de lado em favor de uma materialidade obsoleta. Procuramos, ainda, refletir sobre a retórica do patrimônio como um meio de justificação para um tipo de investimento, trazendo teorias que explicam esses fenômenos do que deve ou não ser preservado.

Conforme Fonseca (2017):

O grande desafio, ainda hoje, de uma política federal de preservação no Brasil é desenvolver, numa sociedade como a brasileira, uma política de patrimônio que seja efetivamente uma política pública. Em que medida essa política não tem funcionado antes como uma atividade implantada e conduzida pelo Estado, com a participação de determinados intelectuais, como *mais um recurso ideológico para obter consenso, para legitimar um projeto nacional do próprio Estado ou, simplesmente, para inserir o país no concerto das nações civilizadas?* (FONSECA, 2017, p. 21, grifo nosso).

A discussão sobre preservação do patrimônio cultural é de suma importância para manutenção da memória em prol das futuras gerações, e este trabalho não se opõe aos objetivos que haviam sido traçados inicialmente, mas, sim, busca analisar o fenômeno da incoerência existente no processo de patrimonialização do objeto de estudo em específico.

Tanto no processo de tombamento quanto no processo de restauro da casa, é possível percebermos e identificarmos que foi realizada uma ação em prol da edificação, porém ambos percorreram um caminho contrário do que seria tradicionalmente decoroso no que dizem as teorias patrimonialistas, as quais descrevem, primeiramente, um ensejo da população, montagem de um plano de uso e discussões acerca de uma possível funcionalidade, para que, depois, as ações sejam colocadas em execução.

A maioria dos trabalhos que discute o tema do patrimônio e as políticas de preservação

concentra-se nas teorias consideradas tradicionais e nos discursos oficiais. Porém, ao trabalhar essa teoria sem aplicá-la a uma vivência contemporânea prática, a discussão tende a tornar-se estritamente teórica, uma vez que esta não consegue explicar o fenômeno da expansão patrimonialista, o qual acreditamos ter se tornado uma prática institucional, mas que se distancia da realidade comprovada na falta de apropriação do patrimônio pelos grupos sociais.

Analizamos o objeto de estudo deste trabalho a partir de duas concepções da memória: a primeira, com princípios mais tradicionalistas, embasada por Maurice Halbwachs e Pierre Nora. A segunda, caracterizada por pensamentos mais contemporâneas, utilizando obras de Pascal Boyer e Yuval Hahari. Buscamos, através dessa abordagem, analisar o fenômeno da patrimonialização por diferentes ângulos, afim de proporcionar ao leitor uma leitura dinâmica sobre o tema, comprovando a hipótese por nós apresentada.

A presente dissertação vincula-se a uma pesquisa que se caracteriza metodologicamente como exploratória e descritiva, atrelada a uma abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002), as pesquisas exploratórias visam a desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, proporcionando uma maior familiaridade com o problema, buscando torná-lo mais explícito e aprimorando os conceitos. Habitualmente, a pesquisa de caráter exploratória envolve o levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. A partir do desenvolvimento inicial das leituras e projeção dos objetivos, percebemos, também, o caráter descritivo do estudo, já que, de acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal a exposição das características de determinado objeto, incluindo pesquisas que fazem um levantamento acerca de opiniões, atitudes e crenças de uma população, sendo uma das suas características mais significativas a observação sistemática.

Utilizamos, ainda, uma abordagem qualitativa na coleta de dados, visto que esta possibilita uma interpretação singular do fenômeno estudado, centrando-se no processo e no significado. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa considera que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o objetivo e a subjetividade do sujeito, a qual não pode ser traduzida em números, tendo como princípio a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados.

Como instrumento de coleta de dados, realizamos a aplicação de questionários articulada com a realização de entrevistas, visto que tais técnicas permitem a aproximação do pesquisador com o objeto de estudo a partir de um viés social, comportando uma análise não

somente descritiva, mas, também, interpretativa. Para isso, aplicamos 384 questionários⁵ (Apêndice A), com o intuito de investigar a forma como a população de Vitória da Conquista – BA se relaciona com o patrimônio cultural da cidade, mais especificamente, se a população apropria-se da Casa Memorial Régis Pacheco como um lugar de memória que deve ser preservado e como acontecem as interações entre ela e o edifício.

Além dos questionários, realizamos entrevistas semiestruturadas, com o intuito de aprofundar determinadas hipóteses, as quais não podem ser desvendadas somente com a observação do objeto material. De acordo com Gil (2002), a entrevista é a técnica de interrogação que apresenta maior flexibilidade, sendo uma forma de interação social em que uma das partes busca coletar dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A escolha dos entrevistados aconteceu a partir da relação entre eles e a história da edificação. Entrevistamos pessoas que estiveram diretamente ligadas às discussões acerca da necessidade de restauração da casa; profissionais que trabalharam na obra de restauro; funcionários da Casa Memorial Régis Pacheco e cidadãos da comunidade de Vitória da Conquista – BA.

Realizamos uma revisão sistemática no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-nos dos termos: Patrimônio / Retórica / Incoerência / Contradição. Nessa revisão, constatamos que, durante o período de 2013-2019, uma dissertação e uma tese foram produzidas abordando o fenômeno do patrimônio cultural como uma incoerência. A partir desse diagnóstico, percebemos a importância de se aplicar tal teoria ao objeto de estudo escolhido, a fim de construir explicações e justificativas que sejam relevantes para a produção acadêmica.

Na segunda seção da presente dissertação, pretendemos introduzir o leitor no âmbito das discussões patrimoniais. Procuramos fazer uma breve explanação do problema, discutindo a diferença entre o discurso patrimonialista e as práticas contemporâneas, explanando a hipótese de que, muitas vezes, a teoria encontrada na retórica patrimonial não vem sendo aplicada. Inicialmente, apresentamos um breve levantamento teórico sobre os conceitos envolvidos no processo de preservação do patrimônio cultural e contextualizamos o leitor com um histórico da noção de patrimônio em nível nacional. Após isso, com o subitem “discurso patrimonialista *versus* prática”, explicamos a contradição existente no processo de

⁵ A quantidade de questionários a serem aplicados foi definida através da calculadora virtual da plataforma virtual SurveyMonkey, através do endereço eletrônico: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>>. Para efeito de cálculo, estabelecemos o universo a ser estudado a partir da quantidade de habitantes de Vitória da Conquista – BA estimada em 2019, que é de 338.480 habitantes. Conjugando a população à um índice de grau de confiança de pesquisa de 95% e margem de erro de 5%, obtivemos o número de 384 questionários a serem aplicados. Os dados da população foram coletados seguindo as proporções indicadas no site do IBGE.

patrimonialização da Casa Memorial Régis Pacheco.

Na terceira seção, analisamos as teorias da memória que explicam o processo da preservação do patrimônio cultural, debatendo os argumentos que foram utilizados para produzir a teoria e como esses conceitos não se explicam ao processo de patrimonialização da Casa Memorial Régis Pacheco em específico. Nessa seção, será apresentado o processo de amadurecimento em relação à noção de patrimônio a partir da pesquisa empírica. Com isso, discutiremos por que determinadas teorias não conseguem explicar o fenômeno prático do que é determinado ou não como “digno” de ser preservado, abordando o objeto de estudo com maior profundidade; para embasamento desta seção, utilizamos as obras de autores considerados como tradicionais do campo da memória, como Maurice Halbwachs e Pierre Nora. Serão apresentados, ainda, os resultados obtidos com a aplicação dos questionários, que servirão como comprovação da hipótese levantada de que Régis Pacheco é um nome conhecido na cidade de Vitória da Conquista – BA, mas poucas pessoas de fato sabem a sua história e quem realmente foi.

A quarta e última seção é dedicada a uma discussão contemporânea sobre o patrimônio, expondo teorias que conseguem, de maneira mais prática, explicar a hipótese da incoerência presente nos processos de patrimonialização. Será discutido, ainda nessa seção, como a memória e o patrimônio cultural podem ser considerados ferramentas na construção da identidade de um povo, finalizando a seção com uma breve explanação sobre o conceito da Nova Museologia. Partindo de uma perspectiva evolutiva e cognitiva, buscamos trazer nesta seção uma visão diferente da que geralmente costumamos encontrar nos trabalhos que se dedicam à análise do patrimônio. Pretendemos discutir, através de um viés antropológico e utilizando teorias de autores contemporâneos, como Hahari e Boyer, hipóteses que possam explicar o que as tradicionais teorias patrimonialistas não conseguem.

2 SOBRE O PENSAMENTO PATRIMONIALISTA

A palavra patrimônio⁶ significa herança paterna, um legado de família, material ou moral, e engloba um conjunto de bens que conta a história de uma geração. Portanto, pode ser vista como algo que herdamos e que deve ser passado de geração em geração como um testemunho das tradições do passado (GARCIA, 2014). Segundo Fonseca⁷ (2017), a constituição de patrimônios é uma prática característica dos Estados Modernos que, através de determinados agentes e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Um patrimônio cultural pode ser reconhecido não somente através do seu valor material, mas, principalmente, por seu valor simbólico, permitindo uma conexão do passado com a contemporaneidade.

O conceito de patrimônio como algo antigo, intocável, herdado e que deve ser preservado vem sendo desconstruído pelos estudiosos do tema, os quais têm trabalhado em um processo de reformulação desse pensamento. Atualmente, observamos uma tendência em se analisar o conceito do patrimônio como algo que possua um valor coletivo, transmitido por gerações, sendo algo incorporado pela sociedade, e, não, somente aceito. O conceito do patrimônio contemporâneo transcende a ideia de algo ancestral e material, abrangendo, também, uma perspectiva representativa e simbólica.

Ao longo do tempo, e especialmente no século XX, o conceito de patrimônio como herança coletiva tem evoluído e se pode dizer que o patrimônio, mais que um conjunto de bens, é uma construção social (PRATS, 1997). *Isso porque é a sociedade, ou seja, nós, quem dá sentido e conteúdo ao patrimônio*, reconhecendo determinados edifícios, lugares, objetos, costumes e pessoas como sendo relacionados à nossa identidade coletiva. (NUNEZ, 195, 2016, grifo nosso).

As cidades, assim como as sociedades, estão em uma incessante modificação, atendendo às novas demandas impostas pelos desenvolvimentos tecnológicos, científicos, sociais, entre outros processos que desencadearam transformações de grande escala no último século. Com o passar dos anos, a arquitetura e a paisagem urbana vão sendo modificadas, sendo processos contínuos e importantes para a evolução das cidades. Tão importante quanto

⁶ A palavra patrimônio vem do latim *PATRIMONIUM*, sendo *PATER*, “pai”, mais *-MONIUM*, sufixo indicando “condição, estado, ação”.

⁷ Maria Cecília Londres Fonseca é considerada uma importante autora contemporânea das discussões sobre o patrimônio cultural. Seu livro: “O patrimônio em processo” é largamente utilizado como referência nos estudos patrimoniais. Atualmente, a autora é membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

as novas edificações é a preservação do patrimônio arquitetônico existente, o qual constitui o registro da cultura, história, modo de vida e identidade de uma cidade (BARROS, 2013). O patrimônio arquitetônico pode ser considerado uma importante ferramenta para preservação da memória das cidades, uma vez que os locais históricos materializam os acontecimentos que fizeram determinado grupo alcançar o seu estágio atual, agindo como quadros de referências da memória para as próximas gerações.

[...] os rastros desse trabalho de enquadramento⁸ são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade. (POLLAK, 1989, p. 9).

Muitas são as variáveis que envolvem o que, oficialmente, é considerado um patrimônio cultural. Muitos lugares podem ser abraçados pela sociedade como lugares de memória, mas, legal e politicamente, podem não serem reconhecidos como tal. Por outro lado, muitas edificações que são consideradas históricas e esteticamente belas por determinado grupo podem ser preservadas e restauradas pelo poder público, mas não ter uma relação intrínseca com os indivíduos que estão ao seu redor.

A atribuição de valores ao que deve ser ou não considerado como um bem digno de ser preservado e rememorado é um processo envolto por inúmeras vertentes sociais, políticas, históricas, financeiras e pessoais, as quais, em algumas ocasiões, costumam resultar em um produto que foge da sua finalidade primordial: representar, na prática, de maneira física e simbólica, a identidade de um povo.

Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas, de quem tem o poder de optar pela memória e a identidade dignas de serem preservadas e difundidas. *O campo do patrimônio cultural é, de fato, completo e nele diversos interesses e formas de interpretação convivem e conflitam.* Diante disto, pode-se compreender o patrimônio cultural como resultado de escolhas das práticas culturais representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade que merecem ser preservadas e difundidas, sendo que essas escolhas são fruto de disputas e jogos de poder. Para estudá-lo, *deve se levar em conta o que significa dentro do contexto em que está sendo analisado e como se constituem as lutas políticas e sociais em torno dele, que são produtos das representações sociais construídas em determinado momento e local a respeito do próprio patrimônio cultural.* (LIMA; FERRARI; GUEDES, 2015, p. 98, grifo nosso).

⁸ Para saber mais sobre o significado da expressão “*enquadramento da memória*”, sugerimos a leitura do texto: *Memória, esquecimento, silêncio* de Michael Pollak (1989).

Analisando historicamente em nível nacional, podemos afirmar que os agentes que conduziam as práticas preservacionistas eram, em sua grande maioria, caracterizados por pessoas de perfis tradicionais, como historiadores, artistas, arquitetos, urbanistas, escritores, entre outros. Investigando o histórico patrimonialista brasileiro, percebemos que essa foi uma tendência que durou mais de trinta anos, já que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) caracterizava-se por ter uma equipe composta predominantemente por intelectuais modernistas, os quais instalavam políticas culturais que se identificavam e priorizavam as produções da elite brasileira.

Segundo Martins (2006), podemos comprovar a elitização do movimento patrimonial ao verificarmos a lista de bens imóveis tombados pelo SPHAN, desde a sua criação, no ano de 1937, até o final dos anos 70, na qual não é possível encontrar nenhuma senzala, quilombo, casas de matrizes africanas, entre outras demonstrações de movimentos de etnias minoritárias⁹. Somente a partir dos anos 1970, sobretudo quando o regime militar entrou em crise, iniciou-se uma nova construção do conceito de patrimônio cultural, alargando o entendimento do termo e englobando não somente edificações “antigas e belas”, mas, também, edificações significativas, simbólicas e as manifestações culturais. Houve, assim, uma modernização da noção de patrimônio, inserindo novos perfis de pesquisadores na discussão patrimonialista, definindo novos valores e novos interesses pautados em um pluralismo ideológico. Segundo Martins (2006),

Deve-se compreender o conceito legal de patrimônio entendido como um todo orgânico, cuja unidade expressa a identidade de um país e cuja significação é tanto maior quanto o sentimento do povo em relação a sua cidadania. (MARTINS, 2006, p. 12).

Apenas o espaço físico e suas características estéticas não são suficientes para condicionar determinado edifício como ferramenta da memória. Os sentidos e as experiências ali travados, que causam uma percepção especial a quem o utiliza, são o que o torna único. A disposição em se preservar obras que, para um determinado grupo, são consideradas belas é um conceito falho e uma tendência histórica que vem sendo desconstruída ao longo dos anos.

⁹ A afirmação feita por Martins (2006) toma como referência o trabalho de Joaquim de Arruda Falcão, apresentado na I Jornada Luso-Brasileira do Patrimônio, realizada em Lisboa, nos dias 12 a 16 de março de 1984. Durante o seu trabalho, Falcão destaca os desafios daquela época, e que podem ser identificados até os dias atuais: “como definir uma política de preservação que seja abrangente e socialmente representativa da nação brasileira? Como evitar a preservação elitista e regionalista? Como evitar que a experiência cultural de apenas um segmento social se consolide como cultura nacional?” (FALCÃO, 2011, p. 212). Para saber mais sobre, sugerimos a leitura do texto: *A política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e a democracia no Brasil*, escrito por Falcão (2011).

Percebemos um movimento que vai de encontro a tendência em se preservar somente edificações que sejam esteticamente hegemônicas; analisando os detalhes que vão além do olhar físico.

A partir dos anos 1980, o tema da preservação tornou-se um diálogo de maior recorrência entre os movimentos sociais. Uma onda de *(re)valorização* do passado tem atingido as sociedades deste milênio, que passaram a discutir com veemência estratégias de preservação do patrimônio cultural, a fim de conservar a memória ainda existente. Esse movimento de valorização abrange a preservação do patrimônio material presente nas edificações, nos objetos e nos monumentos históricos, compreendendo, também, o patrimônio imaterial, como a linguagem, a literatura, as tradições, os costumes e as mais diversas formas de manifestações culturais.

Até o Renascimento, por volta do final do século XVIII, o passado era visto como algo grandioso, que deveria ser valorizado e cultuado. Com o surgimento do Iluminismo, por volta do final do século XIX e início do século XX, o progresso tecnológico ganhou forças, trazendo com isso as ideias progressistas, que mudaram a visão da população perante o passado. Este passa a ser visto como algo ultrapassado, superado, e o novo passa a ser visto como algo imponente e moderno (LE GOFF, 1990). O futuro era grandioso, próspero e repleto de inúmeras possibilidades as quais prometiam grandes evoluções no modo de vida do ser humano. Em seu texto, Abreu (1998) disserta sobre a supervalorização de um futuro idealizado, quando diz:

Essa fé no “país do futuro” se tornou uma ideologia avassaladora a partir da república, e isso explica porque foram tão bem-sucedidas, no século XX, as reformas urbanísticas radicais que tanto transformaram a face de diversas cidades brasileiras. Viabilizadoras desse futuro, essas reformas tiveram grande acolhida entre as elites modernizadoras do país, que jamais hesitaram em enfrentar qualquer apego a antigos valores, a antigas “usanças” urbanas, taxando sempre esse comportamento como um indicador de conservadorismo, de atraso e de subdesenvolvimento. (ABREU, 1998, p. 22-23).

Atreladas a essa explosão do desenvolvimento científico, surgem as consequências desse “progresso”. A capacidade tecnológica ganha expoentes em diversas vertentes, trazendo uma preocupação generalizada no que diz respeito às questões como a capacidade de autodestruição do ser humano, a partir da criação das bombas atômicas, as crises ecológicas derivadas da produção exacerbada, a má distribuição de capital entre as classes, o que resulta em graves problemas de fome e miséria, entre outros colapsos que assolam a humanidade (ABREU, 1998). Todos esses acontecimentos geram um questionamento ao homem: seria

esse o futuro tão vangloriado por ele?

Às nossas sociedades, responsáveis ou vítimas de tragédias horríveis, aterrorizadas pelos efeitos da explosão demográfica, o desemprego e outros males, um apego renascente ao patrimônio, o contato que se esforçam para retomar com suas raízes [...] dariam a ilusão, como a outras civilizações ameaçadas, que elas podem – de maneira totalmente simbólica, é óbvio – contrariar o curso da história e suspender o tempo. (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 9-10, apud GONÇALVES, 2015 p. 217).

A partir desses eventos, temos novamente uma mudança no panorama da visão de mundo. Após um longo período¹⁰ no qual o novo era superestimado, emerge uma preocupação por parte da sociedade em se preservar os vestígios do passado. As sociedades entram em transição, reavaliando os possíveis efeitos que o futuro pode trazer e revalorizando o que foi constituído no passado. Podemos comprovar empiricamente essa movimentação ideológica a partir da urgência de todos os países em se fundar museus, arquivos e lugares de memória, os quais materializam as lembranças do passado, mas que, nem sempre, exercem essencialmente esse papel. Segundo Nora (1993, p. 7), “há lugares de memória porque não há mais meios de memória”.

Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. *Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história.* Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma religiosa repetição daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. (NORA, 1993, p. 8-9, grifo nosso).

Segundo Nora (1993), os lugares de memória são criados, pois, sem vigilância, a história se esvai; e se as pessoas verdadeiramente vivessem as lembranças e estas não estivessem ameaçadas, não haveria necessidade de construí-los. Partindo do pressuposto da criação de lugares de memória como forma de preservação do passado, conseguimos visualizar no tombamento e restauração da Casa Memorial Régis Pacheco um exemplo dessa prática. A Casa Memorial Régis Pacheco pode ser considerada um lugar de memória da cidade de Vitória da Conquista – BA – e mesmo que esta não seja utilizada pela comunidade conquistense da forma mais abrangente e profícua possível – ela ainda possui um valor

¹⁰ Segundo Le Goff (1990), foi no final do século XVII e primeira metade do século XVIII que a polêmica sobre o antigo e o moderno se iniciou, manifestando uma reviravolta em relação à valorização do passado, época em que o antigo tornou-se superado, passando-se a enaltecer tudo aquilo que fosse considerado moderno. Em meados do século XX, a partir dos fracassos do marxismo e as consequências do fascismo e do nazismo é que a crença em um progresso linear e contínuo entrou em decadência, trazendo um novo olhar de reconhecimento sobre o passado. Para mais informações, sugerimos a leitura da obra: *História e Memória*, de Jacques Le Goff (1996).

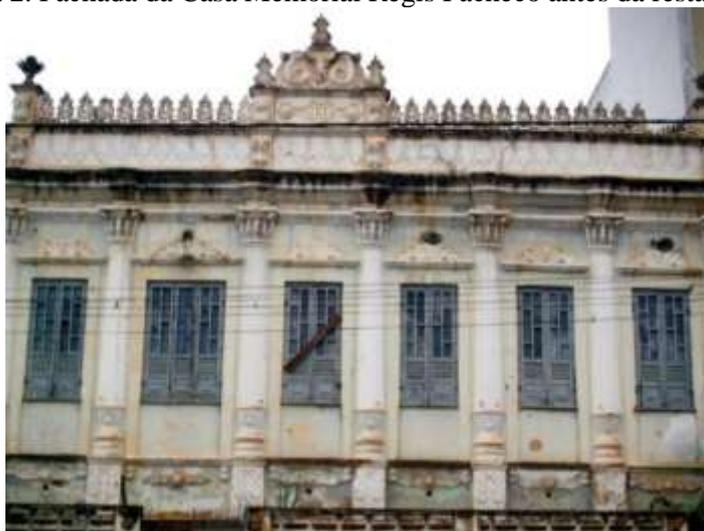
material, simbólico e funcional para a sociedade conquistense.

Por mais que a edificação em estudo tenha uma importância arquitetônica para o conjunto histórico do centro da cidade, a preservação da memória física não é o principal objetivo da patrimonialização da edificação, mas, sim, a preservação da história da população conquistense através de um recorte político. Em um filme realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC) e dirigido por Afonso Silvestre e João Omar de Carvalho, o qual fala sobre a história de Régis Pacheco, José Raimundo Fontes, historiador e prefeito gestor na época da restauração, afirma em entrevista que:

[...] não é só sobre a memória arquitetônica ou do casario, é sobretudo a memória política, já que o Régis Pacheco foi uma pessoa influente na comunidade nos anos 20, se tornou um grande líder político, prefeito, governador da Bahia, deputado [...] e *que através desse memorial, a nossa ideia e objetivo é exatamente recuperar a memória da cidade através do recorte político, fazendo naturalmente um espaço para o que for possível se resgatar dos prefeitos, da câmara de vereadores, das lideranças políticas, a ideia do Memorial Régis Pacheco é preservar, conservar, difundir e fazer uma reflexão sobre a atividade humana fundamental que é a política.* (CASA, 2007, grifo nosso).

A Casa Memorial Régis Pacheco foi tombada em 28 de maio de 1996 por meio do Decreto nº 8.596/96¹¹, e somente no ano de 2007 passou por um projeto executivo de restauração. Durante esse lapso temporal de 11 anos, a edificação ficou fechada, sem uso e manutenção, o que ocasionou um estado precário de conservação, conforme podemos conferir na figura 2, que ilustra a fachada da casa antes de ser restaurada.

Figura 2. Fachada da Casa Memorial Régis Pacheco antes da restauração.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

¹¹ Para mais informações, sugerimos a conferência do Decreto nº 8.596/96 em seu estado original no Anexo A desta dissertação.

Analisando a figura 2, percebemos a degradação da edificação, que, anteriormente, possuía a fachada pintada com cor azul, mas, com a ação do tempo e a falta de manutenção, a pintura foi perdida. Percebemos, também, que as esquadrias estavam danificadas e já não exerciam mais o seu papel funcional de vedar a edificação, visto que foi necessário o uso de uma peça de madeira para conter a abertura.

Além da degradação externa da fachada, a parte interior da edificação também apresentava patologias preocupantes. Conforme podemos ver nas figuras 3 e 4, os elementos estruturais como vigas e pilares estavam comprometidos; o madeiramento do telhado estava degradado devido à ação de cupins; havia problemas de infiltração na cobertura; os acabamentos originais foram sendo corroídos pelas intempéries; entre outros inúmeros problemas que configuravam a edificação em uma situação de ruínas (figura 4).

Figura 3. Telhado e parte da alvenaria da Casa Memorial Régis Pacheco antes da restauração.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

Figura 4. Parte posterior da casa, antes da restauração e da construção do anexo.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

De acordo com Márcia Pinheiro, Secretária de transporte, trânsito e infraestrutura da PMVC na época da restauração e arquiteta responsável pela obra, diversas partes da casa tiveram que ser reconstruídas ao invés de restauradas. Foi possível restaurar a fachada (figura 5), mantendo o seu padrão original, porém, muitas partes internas da casa estavam totalmente destruídas, o que impossibilitou uma completa restauração.

Figura 5. Fachada da Casa Memorial Régis Pacheco durante a restauração.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

Ainda de acordo com a arquiteta responsável pela obra de restauração, por mais que algumas partes da casa estivessem totalmente destruídas, impossibilitando a sua restauração, foi feito um estudo para que a obra tivesse um resultado final o mais próximo possível do original. Para isso, foram realizadas entrevistas com moradores de Vitória da Conquista que chegaram a conhecer a casa em seu estado original, levantando dados através da história oral, além da análise de fotografias, pinturas e das edificações circunvizinhas, visto que a maioria das edificações localizadas nas proximidades da Praça Tancredo Neves possuem um estilo arquitetônico similar.

Segundo Márcia Pinheiro, para que o resultado da obra de restauração ficasse o mais fiel possível ao original, foram contratados profissionais de Salvador, especialistas em restauro, que já tinham experiência no trato de casarões antigos e que trabalharam em obras similares na restauração do Pelourinho. Na figura 6, podemos ver estes profissionais durante o processo de restauro da fachada, replicando os ornamentos externos entulhados a mão e de forma artesanal, garantindo um resultado próximo aos já existentes.

Figura 6. Profissionais durante o processo de restauro da fachada.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

A figura 7 ilustra a fachada da Casa Memorial Régis Pacheco após a obra. Todas as esquadrias foram reconstituídas e pintadas; as pilastras e os capitéis, bem como todos os outros detalhes decorativos foram restaurados quando possível e replicados quando não houve condições de aproveitamento; o gradil frontal foi refeito e, com isso, tornou-se possível a utilização da edificação pela sociedade. Além da restauração externa, toda a parte interna da edificação também foi reconstituída, demonstrando uma preocupação com a originalidade da casa.

Figura 7. Fachada da Casa Memorial Régis Pacheco após a restauração.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

É possível comprovar a real necessidade de restauração da edificação ao analisar a figura 8, que comprova a situação de decadência, tanto nos elementos de vedação quanto nos elementos estruturais. A intervenção arquitetônica era de suma importância, e caso isso não ocorresse, a edificação teria grandes chances de ser totalmente perdida. Segundo a arquiteta responsável, como as paredes não aguentavam o peso do telhado antigo e por terem sido feitas sem estrutura, houve a necessidade de implantação de uma treliça metálica para sustentação do novo telhado, mas esta ficou totalmente camuflada pelo forro de madeira da edificação, não podendo ser identificada pelos visitantes da casa.

Figura 8. Parte interna da edificação antes da restauração.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

Entre o período que compreende o ano de 1996, quando foi expedido o Decreto nº 8.596/96, que “declara tombado o imóvel situado na Praça Tancredo Neves onde residiu o ex-governador Régis Pacheco”, e o ano de 2007, quando a casa foi de fato restaurada, nenhuma medida foi tomada para sua conservação. Depreendemos, assim, que, por mais importante que seja, o decreto de tombamento é um documento proforma, uma vez que, efetivamente, nada foi feito em prol da manutenção da edificação em questão.

É possível verificar, analisando tal documento, que o seu texto não conta a história e o porquê de a casa passar pelo processo de tombamento de forma detalhada. Ressaltamos, aqui, que os decretos de tombamento são importantes para preservação patrimonial. Como tal, devem servir como ferramenta para embasar e fundamentar um tombamento efetivo e sustentável que assegure a preservação de uma edificação e, não somente, exercer um papel figurado.

Podemos afirmar que a prática proforma do tombamento não é um fenômeno

específico encontrado neste trabalho. Segundo Fonseca (2017):

[...] as inscrições nos Livros do Tombo, assim como o não atendimento de um pedido de tombamento, devem ser entendidos como interpretações, feitas pelo agente autorizado, do valor cultural de determinado bem. Essa interpretação é progressivamente produzida, desde os trabalhos prévios de indicação, inventário, informação e pareceres técnicos. Em princípio, ela se fundamenta nas versões do que a instituição considera como valores culturais e nas noções de valor nacional e de valor excepcional. *Na prática, porém, influem sobre essa interpretação outros valores, de ordem ideológica e política, tanto mais atuantes e explícitos quanto se diversificam os atores envolvidos nesse processo.* (FONSECA, 2017, p. 118, grifo nosso).

De acordo com o projeto de justificativa para restauração do Memorial, “o Memorial Régis Pacheco soma-se aos equipamentos incentivadores da cultura regional. Ele representa, por si só, parte importante da memória local, ao homenagear uma personalidade importante como a de Luís Régis Pacheco Pereira” (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007, p. 5). Percebemos, ao ler o trecho da entrevista de José Raimundo Fontes, que o Memorial tem como objetivo ser uma representação não somente da figura de Régis Pacheco, mas retratar a trajetória política conquistense como um todo. Comprovamos tal afirmação ao visitar a edificação (figura 09), que tem a sua sala principal destinada a abrigar pinturas de todos os ex-prefeitos da cidade de Vitória da Conquista, realizando de fato uma retrospectiva da política municipal.

Figura 9. Pórtico de acesso à sala principal da edificação, que expõe quadros dos intendentes e prefeitos de Vitória da Conquista – BA.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

O patrimônio arquitetônico é uma das inúmeras vertentes patrimoniais que, em determinados casos, possui a capacidade de evocar memórias aos indivíduos que ali habitam. Falando especificamente sobre o patrimônio material presente nas edificações, de acordo com Tomaz (2010, p. 3), “é esse espaço urbano de ruas e edificações de aspecto familiar a todos os cidadãos, aparentemente estável, que lhes dá a impressão de que tudo está tranquilo, embora a agitação humana do dia-a-dia continue ininterruptamente”. Podemos afirmar que ter uma memória cultural engloba muito mais do que preservar monumentos arquitetônicos e ofertá-los como espaços de turismo; é, também, proporcionar a sensação de pertencimento aos habitantes do lugar. Esse sentimento de segurança permanece mesmo com a desenvolvimento das cidades e consequente modificação da paisagem urbana, já que o espaço, além de material, é, também, simbólico e carregado de significados.

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar então que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de raízes, uma busca de passado. (ABREU, 1998, p. 21).

Quando se preserva um patrimônio, conserva-se a sua memória social, gerando o sentimento de pertencimento a determinado local. Segundo Tomaz (2010), esses *lugares de memória* assumem um importante significado por fazerem parte da memória das cidades, conceito esse ratificado por Halbwachs (1990, p. 143), quando diz que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. O espaço urbano deve ser entendido como um registro de lembranças coletivas, considerando a cidade um meio de transmissão de cultura e memória para as próximas gerações.

Muitas vezes, quando citamos o termo patrimônio cultural, vêm-nos em pensamento imagens congeladas do passado, bens materiais, como museus, objetos antigos, itens de coleções, entre outros artefatos que remetem ao passado. Porém, o conceito da preservação da memória de um povo não está ligado somente a conservar relíquias ou prédios antigos, englobando também as vertentes identitárias, artísticas, religiosas, culturais, entre outras, o que possibilita a manutenção da história de uma cidade e o caminho que aquela sociedade percorreu até alcançar o seu estágio atual de desenvolvimento (TOMAZ, 2010).

Sabemos que o processo de modernização das cidades é algo inevitável, gradual e de extrema importância para o processo evolutivo das sociedades, mas é importante ressaltar que essa busca pela evolução não pode significar o abandono do passado. Segundo Pollak (1989, p. 7), “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que

compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade [...]”.

Lutar pela preservação do patrimônio histórico é, portanto, elemento essencial da valorização de nossa sociedade e de nossa cultura. Ao possibilitarmos aos jovens conhecer e conviver com o nosso passado, seja por meio da difusão do conhecimento, seja por meio da preservação da materialidade de nossa história, celebramos as tradições e lançamos bases consistentes para a construção de um futuro culturalmente sustentável. (BARROS, 2013, p. 7).

Nesse sentido, a preservação das edificações históricas engloba muito mais do que a atitude de isolados grupos da sociedade; esta deve ser uma ação sistêmica disseminada a toda coletividade, inserida como objeto de discussão desde os primeiros componentes escolares, a fim de sensibilizar as pessoas a saírem do papel de expectadores da proteção cultural para atuantes do processo (Cf. BARROS, 2013). Mais do que difundir a importância da preservação do patrimônio cultural, é importante considerar que uma educação patrimonial deve ser compreendida como uma prática social que conduza os indivíduos não somente a teorizar, mas a se tornarem agentes no processo, definindo o que realmente representa a sua identidade e o que deve ser ou não preservado.

2.1 Contextualização histórica da noção de patrimônio

Com a Segunda Revolução Industrial, a qual se iniciou na segunda metade do século XIX e terminou em meados do século XX, as cidades foram sofrendo mudanças – na maioria das vezes não planejadas – sendo desencadeadas por diversos fatores, como, por exemplo, o êxodo rural. O progresso técnico-científico aumentou o consumismo, a produtividade e, conseqüentemente, a população urbana. As cidades, por sua vez, não tinham estrutura suficiente, surgindo então novas questões a serem solucionadas: destinação do lixo, falta de esgotamento sanitário, falta de água e transporte inapropriado. Essas condições contribuíram para o surgimento de novas sociabilidades no viver urbano, como, por exemplo, a segregação social, não somente em virtude do poder aquisitivo, mas, também, em relação a outros fatores como raça, etnia, religião e nacionalidade, os quais acentuaram a desigualdade social.

De acordo com Fonseca (2017, p. 56), foi no século XV que ocorreram as primeiras medidas preservacionistas, “empreendidas por papas através de bulas, visando a proteção de edificações antigas e cristãs”. Surgiu, também nessa época, uma enorme atividade no que diz respeito à criação de antiquários por toda Europa, os quais produziam uma enorme quantidade de coleções referentes à Antiguidade.

A preocupação com a preservação e restauro ganhou força quando a necessidade de

preservar as edificações antigas e criar legislações específicas se deu pelo alto índice de destruição. De acordo com Françoise Choay, 1992, p. 63 (apud FONSECA, 2017, p. 57), “foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos, já então valorizados como expressões históricas e artísticas – o vandalismo da Reforma e o da Revolução Francesa – (...) para que a preservação dos monumentos se tornasse um tema de interesse público”.

Até o século XVIII, as ações voltadas para a preservação eram ocasionais e basicamente deliberadas pela Igreja. Na segunda metade do século XVIII, registram-se algumas iniciativas em defesa do acervo memorialístico nacional em Paris, provenientes agora de uma preocupação da sociedade, sugerindo a formação de um patrimônio do cidadão. De acordo com Fonseca (2017):

A institucionalização definitiva da atividade de preservação pelo Estado, na França, só veio a ocorrer efetivamente a partir de 1830, quando o historiador Guizot propôs a criação do cargo de inspetor dos monumentos históricos. O escritor Prosper Mérimée, ao assumir o posto em 1832, percorreu toda a França, realizando um notável trabalho de inventário não só de bens, como de atitudes da população em relação ao patrimônio. (FONSECA, 2017, p. 61).

Quando se fala do percurso histórico patrimonialista, é importante destacar dois grandes nomes que influenciaram diretamente nos conceitos de restauração e preservação vigentes até os dias atuais: John Ruskin e Viollet-le-Duc.

John Ruskin foi um dos primeiros teóricos a reconhecer a importância das residências para o patrimônio cultural das cidades. Ele era um devoto das construções do passado e pregava o total respeito à forma original das construções, considerando o patrimônio como um objeto sagrado, insubstituível e intocável. Suas ideias são posteriores ao processo de industrialização, partindo de um pressuposto no qual se pregava a ruptura do feudalismo com o capitalismo.

Ruskin lutava contra os efeitos da industrialização, revelando uma forte ligação com a cultura tradicionalista. Acreditava, também, que existia uma grande relação entre os estilos arquitetônicos e a história das cidades, afirmando que essas construções eram veículos de comunicação dos processos de desenvolvimento cultural. De acordo com Ruskin (2008), nós devemos olhar seriamente a arquitetura como elemento central e abonador desta influência de ordem superior da natureza sobre as obras do homem. Podemos viver sem ela, rezar sem ela, mas, sem ela, não podemos recordar.

A problemática sentida por Ruskin (2008) é que, antes da Revolução Industrial, as edificações eram produzidas com base na permanência e duração por várias gerações. Com o advento da Revolução, houve uma ruptura desse conceito, e a valorização das edificações

como herança tornou-se menos relevante. Ruskin insistia no significado patrimonial e cultural das edificações, o que pode ser comprovado em várias passagens de suas obras. Em seu livro *A lâmpada da memória*, o autor diz que:

Pois de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras ou em seu ouro, sua glória está em sua Idade, e naquela profunda sensação de ressonância de vigilância severa, de misteriosa compaixão, até mesmo de sua aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade. (Sua glória) Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que – através da passagem das estações e dos tempos, e do declínio e nascimento das dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar – mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade das nações (RUSKIN, 2008, p. 68).

Viollet-le-Duc, por sua vez, defendia a ideia de que o monumento ideal era aquele que mais se adequava a cada caso, não necessariamente em sua forma original. Ele defendia uma restauração hipotética da origem do monumento, utilizando de técnicas e conhecimentos atuais os quais teriam sido utilizados caso existissem à época em que foi construída a edificação. A partir desses conceitos, muitas vezes, o resultado da restauração era um produto totalmente diferente do original, o que foi alvo de muitas críticas pelos estudiosos da época, inclusive na *Carta Patrimonial de Veneza*¹². Mesmo que muito questionado, o legado de Viollet-le-Duc deixou importantes marcas para o campo do restauro patrimonial, com uma vasta gama de produção bibliográfica.

Fazemos, aqui, um parêntesis na contextualização histórica patrimonial para analisar o processo de restauro da Casa Memorial Régis Pacheco em relação às teorias supracitadas. Percebemos que a restauração da edificação se aproxima dos ideais de Viollet-le-Duc, já que foram utilizadas técnicas construtivas similares às da época em que a casa foi erguida, como, por exemplo, a confecção de ornamentos de forma artesanal. Além disso, a restauração em questão não segue o projeto de maneira idêntica ao original: podemos associar essa característica analisando a cor atual da fachada, que está pintada na cor pêssego, sendo que a cor original da construção era azul.

As teorias desses autores surgiram no século XIX e, até hoje, são motivo de conflitos

¹² Cartas patrimoniais são documentos de base deontológica que contêm conceitos, medidas e recomendações de ações para preservação, conservação, manutenção e restauro do patrimônio cultural. As Cartas Patrimoniais possuem caráter indicativo e prescritivo, nunca normativo, sendo escritas com base nos desdobramentos temporais da época em que foram desenvolvidas, e devem ser reinterpretadas em relação à cultura e à realidade de cada localidade, podendo ser utilizadas na criação de propostas legislativas de cada país.

entre os estudiosos do assunto, uma vez que ambas possuem vertentes distintas, não existindo ainda um consenso acerca de suas recomendações.

No que diz respeito especificamente ao Brasil, a luta pela preservação surge no contexto da primeira e segunda fases modernistas, em meados dos anos 1920, a partir da iniciativa de escritores como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Gilberto Freyre, entre outros intelectuais de diferentes segmentos sociais. Segundo Fonseca (2017), costuma-se dividir, de acordo com o próprio modo como o SPHAN conta a sua história, a periodização do percurso patrimonialista no Brasil em duas fases: a fase heroica, que vai desde a criação do SPHAN, em 1936, até 1967, quando se encerra a gestão de Mário Franco de Andrade; e a fase chamada moderna, marcada pela inserção de Aloísio Magalhães nos debates culturais.

Segundo Martins (2006, p. 2), podemos afirmar que “a evolução histórica do conceito de patrimônio cultural no Brasil confunde-se e entrelaça-se com a história do SPHAN e, de forma relevante, durante certo período, com a trajetória de vida de intelectuais como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema e Aloísio Magalhães”. A primeira iniciativa federal relacionada a expedir regras preservacionistas foi a elaboração do Decreto nº 22.982, de 12 de julho de 1933, o qual categorizou a cidade de Ouro Preto como monumento nacional. Segundo Fonseca (2017), em 1936, de forma experimental, o SPHAN iniciou os seus trabalhos, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Desde os anos 1920, já havia iniciativas que visavam à proteção dos monumentos, mas, somente em 1936, a partir da iniciativa do ministro Capanema, foi que se pensou em um órgão específico voltado para preservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Decreto-Lei nº 25/37¹³, expedido em 30 de novembro de 1937 e elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, foi o primeiro documento que expedia normas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Segundo Andrade, este “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937), e versa desde os valores que justificam a proteção até as noções mais básicas de tombamento e os seus efeitos práticos. É importante ressaltar que este Decreto não considerava as manifestações étnicas dos diversos grupos formadores da identidade brasileira, restringindo-se a bens móveis e imóveis que tivessem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. O patrimônio imaterial estaria, assim, descartado.

Antes do Decreto-Lei nº 25/37 entrar em vigor, Mário de Andrade já havia

¹³ O Decreto-lei nº 25/37 pode ser lido na sua versão original no seguinte endereço eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>

desenvolvido um anteprojeto de lei que incluía a proteção ao patrimônio imaterial, como o folclore, a arte popular, as danças, os provérbios, as lendas, os costumes, entre outras manifestações, mas esses não foram incluídos no projeto de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Na década de 60 do século XX, uma nova mentalidade se erige, ressaltando a importância de dilatar a compreensão sobre valorização patrimonial. Com isso, patrimônio histórico se desdobra em patrimônio cultural, como perspectiva de abranger não somente construções arquitetônicas e objetos de valor histórico, mas, também, elementos artísticos e da cultura popular. Somente no final do século XX, é que, por meio do Decreto nº 3551¹⁴, expedido em 4 de agosto de 2000, os bens imateriais passaram a ser vistos como itens que deveriam ser preservados, quando foi criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Esse Decreto “Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências” (BRASIL, 2000).

Em 1967, com a aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade e uma nova gestão liderada pelo arquiteto Renato Soeiro, ficou evidente que o órgão precisava se reformular, de forma a atender as novas necessidades de acordo com as mudanças no cenário brasileiro. Em 1984, durante a 1ª Jornada Luso-Brasileiras do patrimônio, realizada em Lisboa, Joaquim de Arruda Falcão apresentou um artigo no qual explica a experiência brasileira e a decadência da atuação do IPHAN nas ações preservacionistas.

Segundo Falcão (2011), até o final da década de 70, a questão da preservação do patrimônio histórico nacional brasileiro estava reduzida à atuação de uma única instituição federal – o IPHAN – que se limitava a poucos técnicos que privilegiavam edifícios e monumentos de pedra e cal da elite brasileira, muitos destes vinculados com a religião católica. Desencadeou-se, assim, uma desvalorização do órgão e, conseqüentemente, redução dos seus recursos orçamentários.

O SPHAN recorreu, então, à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁵, visando a reforçar a sua atuação. “O objetivo era demonstrar a relação entre valor cultural e valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores” (FONSECA, 2017, p. 151). A partir desses acontecimentos, duas iniciativas foram tomadas com o intuito de atender às novas demandas preservacionistas: em

¹⁴ O Decreto nº 3.551 pode ser lido na sua versão original no seguinte endereço eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>

¹⁵ UNESCO - Sigla de: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

1973, criou-se o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), e, em 1975, criou-se o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Em 1979, houve, então, uma unificação entre todas essas instituições, as quais se reuniram em uma só estrutura, desta vez possuindo um órgão normativo (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) e um órgão executivo (Fundação Nacional pró-Memória – FNpM). No final dos anos 70, percebemos uma ampliação do conceito de patrimônio cultural através do conceito de “bem cultural”. O resultado de tais ações foi imediato, e a questão patrimonial voltou a ser debate nos diversos meios de interação, transformando-se em uma questão nacional. Comprovamos tal movimentação ao ler parte do artigo de Falcão (2011):

[...] admitimos o pluralismo ideológico na determinação das políticas de preservação. Logo incorporaram-se na preservação da cultura nacional, os bens culturais de outras etnias, de outras religiões, de outras classes sociais e de todas as regiões do país. Pela primeira vez foi tombada uma região como a de Canudos, cuja marca patrimonial fundamental é o fato de ter abrigado um importante movimento político-popular. Como pela primeira vez admite-se tombar um território de candomblé, ampliando étnica, religiosa e arquitetonicamente a política de preservação. (FALCÃO, 2011, p. 213, grifo nosso).

A partir de tais iniciativas, a importância do patrimônio cultural ganhou destaque e foi mencionado na Constituição Federal de 1988 em diversos artigos e capítulos. A Carta Magna traz em seus artigos 215 e 216 o direito ao acesso à cultura e, ainda, a responsabilidade do Poder Público e da sociedade perante à preservação do patrimônio cultural brasileiro, prevendo, inclusive, a punição para qualquer dano ou ameaça que vier a ocorrer.

Ademais, o artigo 5, § 3º, da Constituição Federal, é garantida aos tratados internacionais que versem sobre os direitos humanos, a hierarquia de emenda constitucional, tendo caráter de aplicação imediata. Sendo assim, o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que versa acerca do direito do homem a participar da vida cultural e fruir das artes, deve ser pleno, sem impor nenhuma ressalva à sua aplicabilidade.

A preocupação do legislador com a garantia ao acesso à cultura se mostra em todos os aspectos da lei. No entanto, a sua aplicação deixa a desejar em diversos projetos. Quando analisada, por exemplo, a criação do Plano Nacional de Cultura previsto em lei (artigo 215, § 3º, CF/88), verificamos que o projeto que foi criado no ano de 2010 deveria ser desenvolvido a longo prazo até o ano de 2020, porém sua plataforma digital já se encontra desativada.

Decorridos exatos trinta anos, em 13 de setembro de 1967, foi criado o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Trata-se de uma autarquia vinculada à

Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e tem como objetivo promover a execução da política de preservação dos patrimônios culturais da Bahia. O instituto externa a preocupação por parte dos órgãos governamentais em garantir a perpetuação da cultura baiana.

Em suma, de acordo com a divisão histórica do IPHAN, o percurso histórico da construção de práticas preservacionistas no Brasil divide-se em duas fases: a fase heroica, a qual abrange desde a criação do SPHAN em 1937 até o final dos anos 1960, e a fase moderna, a qual se inicia na década de 1970. A fase heroica, marcada pela gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, pode ser caracterizada por uma época em que o reconhecimento do valor artístico e estético eram primordiais para o tombamento. Na fase moderna, marcada pela gestão de Aloísio Magalhães, as prioridades do IPHAN passaram a ser severamente criticadas, surgindo uma renovação do reconhecimento patrimonial, a qual procurou dar uma maior importância a diversidade cultural do Brasil, valorando-se também os aspectos históricos e sociais do que deveria ser eleito como patrimônio.

Analisando em específico a Casa Memorial Régis Pacheco, o tombamento, que ocorreu em 1993, enquadra-se temporalmente na fase moderna. É possível identificar, porém, que esse processo de patrimonialização possui características de práticas realizadas na fase heroica, visto que a edificação pertencia a uma personalidade da elite conquistense: Régis Pacheco era um médico, que se tornou deputado, posteriormente governador, uma personalidade efetivamente política. Além disso, a edificação possui traços marcantes de uma construção considerada luxuosa em vista das demais residências da cidade.

A autora Maria Cecília Fonseca traz em seu livro uma importante análise dos critérios de constituição do patrimônio na fase heroica, os quais podemos identificar semelhanças no processo do objeto de estudo. Segundo Fonseca:

[...] o principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas; prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseado nos cânones da arquitetura modernista; [...] na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição no Livro do Tombo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições. (FONSECA, 2017, p. 122).

Atualmente, verificamos uma preocupação por parte dos estudiosos do patrimônio cultural em alargar o sentido do patrimonial para além dos aspectos físicos ou históricos, identificando-o como um conjunto de bens – materiais e imateriais – que definam um povo. “Tal noção, empreendida com a promulgação da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, busca agregar os valores de conjunto – urbano, rural, natural, imaterial – e outras multiplicidades de valores a serem destacados”. (NUNEZ, 2016, p. 201).

2.2 O discurso patrimonial *versus* o que acontece na prática

A prática patrimonialista ainda se configura como um campo de controvérsias. O que caracteriza um determinado edifício como “digno” de ser considerado um patrimônio cultural? Muitas hipóteses podem ser levadas em conta para responder essa pergunta: o seu tempo de existência; a individualidade dos materiais empregados; a especificidade do seu projeto arquitetônico; as histórias que ali ocorreram. Mas, o que é considerado patrimônio para determinada pessoa pode não ser para outra. “Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade” (SALVADORI, 2008, apud FERRARI; GUEDES, 2013, p. 1).

A construção dos patrimônios culturais no Brasil enfrenta diversos desafios em sua trajetória, desde a sua concepção até a sua execução. Destacamos, aqui, duas das principais preocupações relacionadas à sua implantação: a primeira é de que o patrimônio seja uma representação que leva em conta a pluralidade brasileira, de forma que consiga retratar não somente uma camada específica da comunidade, e, sim, o retrato de uma identidade nacional. A segunda preocupação é que a comunidade se sinta parte daquele patrimônio, e, não, que este seja uma imposição do Estado para cumprir uma obrigação legal perante o que é considerado politicamente correto (FONSECA, 2017).

Analisando especificamente o Brasil, outra grande preocupação é a dificuldade de incorporação e aceitação do patrimônio pela sociedade. Por se tratar de um país com um alto índice de desigualdades econômicas, muitas vezes, os investimentos realizados em prol da preservação das manifestações culturais tornam-se algo sem sentido, visto que parte da população sequer tem acesso a eventos e equipamentos destinados à preservação cultural.

De acordo com Gonçalves (2015, p. 212), “a recente literatura sobre o tema “patrimônios culturais” é notavelmente extensa e não para de expandir-se; resenhá-la é um enorme desafio para qualquer pesquisador”. Esse trabalho se dedica a uma análise da Casa Memorial Régis Pacheco não como um produto final, mas, sim, como uma investigação dos processos de construção desse patrimônio. Pretendemos entender os caminhos que levaram a essa patrimonialização e encontrar teorias que nos ajudem a explicar o fenômeno ocorrido.

Quais as razões desse incontrolável processo de expansão dos patrimônios no mundo contemporâneo? E, sobretudo, como entender, ao lado dessa obsessão preservacionista, a fúria destruidora que se abate sobre diversos bens culturais? (GONÇALVES, 2015, p. 212).

Como foi dito na introdução da presente dissertação, iniciamos este estudo com um objetivo inicial: analisar a Casa Memorial Régis Pacheco como um lugar de memória da cidade de Vitória da Conquista – BA. Ao iniciarmos a pesquisa de campo através de entrevistas e análise de documentos, percebemos que seria mais interessante e singular analisar os processos que levaram a patrimonialização dessa edificação.

Ao analisarmos o memorial produzido para embasamento e justificativa do processo de restauração da Casa Memorial Régis Pacheco, o qual traz em seu escopo a identificação, apresentação, justificativa, estratégias de ação e orçamento da obra, podemos evidenciar os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL:

Criar um espaço adequado para acolher o acervo patrimonial histórico do município e onde se possam desenvolver atividades, estudos e pesquisas sociais, culturais e educativas ligadas à memória, ao folclore e à história regional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Recuperar e reformar um dos imóveis mais antigos de Vitória da Conquista, a casa onde morou o ex-governador da Bahia, Dr. Régis Pacheco;
2. Transformar o imóvel num memorial para acolher o acervo de toda a história do município de Vitória da Conquista;
3. Construir um anexo para a realização de atividades culturais diversas;
4. Possibilitar o acesso de estudantes, professores, pesquisadores e comunidade em geral a documentos que contam a história de Vitória da Conquista;
5. Possibilitar a realização de atividades culturais e educativas no espaço anexo. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007).

Percebemos, ao analisar o trecho acima, a falta de um projeto contundente no que diz respeito às práticas e aos usos da edificação, ou seja, um plano museológico com diretrizes reais e operacionais para um efetivo funcionamento do Memorial. É importante entender que o patrimônio não existe sem a apropriação da comunidade, sem que ela se sinta responsável pelo processo. É possível identificarmos essa falta de apropriação da comunidade com a edificação, visto que muitas pessoas sabem que existiu uma pessoa importante chamada Régis Pacheco, mas não sabem de quem realmente se trata, além de nunca terem visitado a edificação em questão.

No caso do patrimônio, não basta, portanto, selecionar e proteger criteriosamente um conjunto de bens. É preciso que haja sujeitos dispostos e

capazes de funcionarem como interlocutores dessa forma de comunicação social, seja para aceitá-la como é proposta, seja para contestá-la, seja para transformá-la. (FONSECA, 2017, p. 41).

De fato, alguns dos objetivos específicos elencados pelo memorial foram cumpridos: a edificação foi recuperada e reformada; foi construído um anexo no fundo da edificação destinado à realização de atividades diversas, conforme pode ser visto na figura 10; a casa foi transformada em um memorial. Física e legalmente, a edificação cumpre o seu papel conforme os objetivos. Refletimos aqui, porém, o subaproveitamento do local, que se configura um espaço potencial para tornar-se um acervo da história de Vitória da Conquista – BA, mas que, de acordo com os dados obtidos através da aplicação dos questionários¹⁶, não é amplamente utilizado pela população conquistense.

Figura 10. Construção do acervo na parte posterior da edificação.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

Ainda no memorial produzido pela PMVC para justificativa da obra de restauração, há as seguintes diretrizes no que diz respeito à sugestão de estratégias de ação:

1. Recuperação da estrutura da Casa (piso, teto, paredes, etc.), mantendo a sua originalidade; a recuperação será acompanhada por engenheiros, arquitetos e historiadores, tendo o cuidado de manter a casa exatamente igual a sua estrutura original;
2. Construção de um anexo para atividades culturais diversas;
3. Aquisição de mobiliário adequado para a criação do Memorial Dr. Régis Pacheco. Contratação de um arquiteto para elaborar um plano de mobiliamento do imóvel, considerando todos os objetivos já definidos.

¹⁶ O resultado obtido com a coleta de dados através da aplicação dos questionários está apresentado na seção IV da presente dissertação.

4. Transporte e armazenamento do acervo histórico da cidade, que hoje está localizado em diversos espaços, a exemplo do Museu Padre Palmeira (em precárias condições), Arquivo Público Municipal e alguns espaços da Prefeitura Municipal. (VITÓRIA DA CONQUISTA, 2007).

Ao analisar as sugestões de estratégias de ação, podemos verificar que elas foram, de fato, aplicadas na obra de restauro da edificação. É possível percebermos uma preocupação dos profissionais em preservar a originalidade da Casa, o que pode ser comprovado na figura 11, onde vemos uma fotografia que ilustra o processo de restauro da fachada, com os detalhes ornamentais reproduzidos de forma artesanal, garantindo que estes ficassem similares aos ainda existentes. Segundo a arquiteta Márcia Pinheiro, foram priorizadas ações no sentido de restaurar o máximo da estrutura que restou após os anos de degradação, porém, quando o restauro não era possível, foram implantadas novas estruturas, mas sempre com o cuidado que estas se parecessem o máximo possível com as originais.

Figura 11. Detalhes da fachada que foram restaurados e replicados.



Fonte: Museu Regional de Vitória da Conquista.

A construção do anexo com destinação às atividades culturais também foi executada (figura 12), e, segundo um funcionário da Casa Memorial Régis Pacheco, nesse espaço, acontecem reuniões administrativas da prefeitura, reuniões do cineclubes, rodas de conversa, saraus, lançamentos de livros, além de outras atividades diversas. São feitas, ainda, exposições temporárias na edificação, que são planejadas de forma a não influenciar na estrutura e nas obras permanentes, prezando pela preservação de toda estrutura física existente. Na foto seguinte, podemos identificar o anexo que foi construído durante a obra de restauração. Configura-se de um módulo localizado na parte posterior da residência, pintado em cor azul e com acesso adaptado para pessoas com deficiência (PCD).

Figura 12. Fotografia da parte posterior da Casa, onde foi construído um anexo destinado a atividades de múltiplo uso.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

A edificação atualmente abriga obras de arte, quadros, móveis e objetos de decoração que pertenceram a Régis Pacheco, como, também, outros que vieram de demais edificações e que se relacionam com a história da cidade, ficando expostos de forma permanente para os visitantes da Casa. Destacamos entre as obras de arte os quadros de Orlando Celino, que retratou em suas pinturas representações artísticas de Vitória da Conquista – BA antes mesmo de se tornar uma cidade, quando ainda se configurava como um Arraial. A casa abriga, ainda, 44 quadros que ilustram as feições dos intendententes do poder executivo (figura 13).

Figura 13. Sala principal da edificação, que expõe quadros dos intendententes e prefeitos de Vitória da Conquista – BA.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Através de uma análise geral da edificação, percebemos que houve uma preocupação advinda dos profissionais responsáveis em realizar uma obra de qualidade e podemos afirmar com veemência que esse encargo foi cumprido com sucesso. Porém, mesmo com todo o investimento realizado, verificamos a falta de apropriação da população conquistense pela edificação. Ao analisarmos o Livro de visitas do ano de 2019, confirmamos uma média de 200 visitas mensais ao memorial, com exceção do mês de dezembro, que possui um número elevado de visitas por conta das festividades natalinas, contabilizando cerca de 3.381 visitas. De acordo Falcão (2011),

A política de preservação que opta apenas por uma ideologia cultural e sistematicamente privilegia a restauração dos monumentos de elite ou reforça a influência europeia na arte e na arquitetura não preserva integralmente o patrimônio cultural de uma nação. É socialmente limitada e pouco representativa. Sobretudo para o Brasil, que molda sua jovem identidade cultural a partir da complexidade e heterogeneidade de suas diversas etnias, religiões, classes sociais e regiões geográficas (FALCÃO, 2011, p. 212).

Por ter tido uma grande importância histórica e política para Vitória da Conquista – BA, Régis Pacheco é um nome muito conhecido, porém poucos sabem de fato quem foi. Em entrevista cedida à Afonso Silvestre (CASA, 2007), Humberto Flores, que foi assessor e amigo pessoal do político, considera Régis Pacheco “como a maior figura política e social de Conquista; você passa as vezes e sempre escuta, Av. Régis Pacheco, escola Régis Pacheco, mas não sabe quem foi Régis Pacheco”. Comprovamos a afirmação de Humberto Flores ao analisar os resultados do questionário aplicado, no qual 6% das respostas afirmam “nunca ter ouvido falar”, 36% afirmam “saber quem é e ter conhecimento sobre a sua história” e 58% afirmam “já ter ouvido falar, mas não saber quem é.”

Considero que falar de uma política pública de preservação supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos da diversidade cultural brasileira e a abertura à participação social na produção e na gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população. (FONSECA, 2017, p. 26).

A afirmação de Humberto Flores também pode ser comprovada no filme realizado pela PMVC e dirigido por Afonso Silvestre e João Omar de Silveira, no qual fazem entrevistas com pessoas da comunidade de Vitória da Conquista – BA. Quando são questionadas sobre quem foi Régis Pacheco, temos as seguintes respostas:

“Régis Pacheco, é um lugar né?” (entrevistado 1 – não identificado);

“Sei que ele foi um homem de muito valor, que aqui já teve até homenagem pra ele, já tem avenida com o nome dele. Detalhes da vida eu não sei não” (entrevistado 2 – não identificado);

“Régis Pacheco já ouvi falar na minha época que eu estudava, já esqueci sobre ele já” (entrevistado 3 – não identificado);

“Sei que ele foi um médico, foi governador do estado da Bahia e aqui tem uma avenida com o nome Régis Pacheco, posto de saúde antigamente era chamado Régis Pacheco, não sei hoje, deve ser ainda, e foi um moço que trouxe muito progresso para Vitória da Conquista, até onde eu conheço” (entrevistado 4 – não identificado);

“Já ouvi falar na Rua Régis Pacheco, na Avenida Régis Pacheco, mas não conheço história nenhuma sobre essa pessoa” (entrevistado 5 – não identificado);

“Já ouvi falar, mas não conheço” (entrevistado 6 – não identificado);

“Meu nome é Valda e eu não conheci Régis Pacheco, já ouvi falar muito e gostaria muito de saber quem ele é, quem foi, o que fez” (entrevistado 7). (CASA, 2007).

A partir das informações retiradas do filme realizado pela PMVC, depreendemos que Régis Pacheco é um nome conhecido na cidade de Vitória da Conquista – BA, mas poucas pessoas de fato sabem quem realmente foi, a sua história, e o que representa para a memória local. Mas quem foi Régis Pacheco?

Luís Régis Pacheco Pereira, nascido em Salvador em 1895, foi um reconhecido médico e político na cidade de Vitória da Conquista – BA. Formado em 1919, no ano de 1920 vem para cidade com a missão de erradicar uma epidemia de varíola, missão que foi realizada com sucesso. Após instalar-se na cidade, casou-se com Enerina Santos, recebendo a edificação em estudo de presente do seu sogro, onde Régis instalou o seu consultório médico. Muitas vezes, Dr. Régis Pacheco não cobrava honorários dos seus pacientes, o que gerou um sentimento de admiração e gratidão por parte dos conquistenses. Sua casa também era conhecida por receber muitas visitas e sediar grandes festas de aniversário.

Os trabalhos de Régis Pacheco não se limitaram à medicina. Segundo Oliveira (2017), após três anos residindo em Vitória da Conquista – BA, Régis Pacheco já disputava as eleições contra Justino Gusmão, perdendo por uma diferença de apenas 27 votos. Alguns anos depois, foi vereador, deputado e, em 1950, substituiu o candidato Lauro de Freitas, que faleceu em um acidente de avião, sendo eleito Governador da Bahia. Mesmo deixando o cargo em 1955, Régis Pacheco continuou sendo uma figura influente na política, defendendo

a revogação do AI-5 – Ato Institucional nº 5 e apoiando o regime democrático no Brasil.

A Casa Memorial Régis Pacheco é uma edificação térrea construída por volta dos anos 1920, com estilo neoclássico e tendências ecléticas. Possui em seu frontispício uma porta e seis janelas, intercaladas por colunas que se destacam na fachada. Ao observar a platibanda da construção, podemos verificar as letras iniciais JFO, referentes ao seu proprietário, o coronel João Fernandes de Oliveira Santos, pai de Enerina Santos. A casa foi construída por Luiz Alexandrino de Melo, também conhecido como Luís Pedreiro, que foi um projetista e mestre de obras de muito destaque naquela época. Em 1940 foram iniciadas obras urbanísticas no entorno da Praça Tancredo Neves para divisão da Rua Grande, em que foi necessário um rebaixamento de 2,22m da frente da casa e uma instalação de uma escada de acesso, ocasião em que a casa foi reformada. Sua estrutura permaneceu assim até ter sido restaurada no ano de 2007.

A Casa Memorial Régis Pacheco é considerada um local de múltiplos usos, uma vez que, além de ser um memorial e museu aberto a visitas, também abriga reuniões do poder executivo, exposições, oficinas, lançamentos de livros, cineclube, entre outras práticas, abrangendo, assim, atividades além de exposições permanentes e temporárias. É importante ressaltarmos que o alargamento das dinâmicas realizadas na Casa proporciona à população de Vitória da Conquista a oportunidade de utilização de um ambiente de grande valor físico, histórico e funcional para realização das mais diversas atividades que possam ocorrer.

O ambiente museológico, por muito tempo, foi visto como um local que abarca o que deve ser preservado. Os museus eram produto de imagens congeladas do passado, bens materiais, objetos antigos, itens de coleções, entre outros artefatos reminiscentes. Porém, de acordo com Judite Primo (2014), desde a segunda metade do século XX essa visão vem sendo desconstruída, emergindo, então, uma Nova Museologia, em que os modos de pensar e os sujeitos sociais também são objetos de investigação museológica. A Casa Memorial Régis Pacheco aproxima-se da Nova Museologia, deixando de ser somente um espaço de exposição e passando a ser um espaço de vivências.

Retornando ao título desse subitem: o discurso patrimonialista *versus* a prática, depreendemos que existe um longo caminho para que os resultados das práticas patrimonialistas se aproximem da retórica do patrimônio. Defendemos a hipótese de que as teorias não condizem com o processo identificado na patrimonialização da Casa Régis Pacheco, seja na identificação da população com a memória retratada naquela edificação; seja na apropriação da população conquistense com a Casa; seja nas motivações que levaram ao tombamento e restauro.

[...] contribuirão também para que a prática já consolidada da preservação de bens culturais seja democratizada, no sentido de ser efetivamente apropriada, na qualidade de produção simbólica e como prática política, pelos diferentes grupos que integram a sociedade brasileira. (FONSECA, 2017, p. 241).

Assim sendo, o florescimento do fenômeno preservacionista pode ser explicado, entre diversas hipóteses, não somente por um esforço coletivo de se evitar a perda da identidade de um povo, mas, sim, por uma concepção na qual esteja em “jogo um trabalho coletivo de mediar e equilibrar contradições em nosso modo contemporâneo de representar o tempo, uma concepção na qual o futuro já não brilha como o foco das esperanças utópicas, e o passado é preservado ou reconstruído na vã expectativa de parar o tempo” (GONÇALVES, 2015, p. 2018).

3 AS TEORIAS DA MEMÓRIA E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO PATRIMONIALISTA

Sendo a memória um campo multidisciplinar, ela possui várias correntes de pensamento, cada uma com sua individualidade e relevância para produção científica. Desde a Antiguidade, Platão e Aristóteles já discutiam sobre a memória e as suas implicações para o homem, sendo um tema com vasta gama de material produzido. De acordo com Huysen (2000), os discursos de memória ganharam força no ocidente depois da década de 1960, no rastro da descolonização e dos novos acontecimentos sociais, em uma busca por histórias alternativas e revisionistas. Já nos Estados Unidos e na Europa, os discursos da memória foram impulsionados no começo da década de 1980, a partir dos debates sobre o Holocausto.

Ao se discutir especificamente sobre memória e patrimônio, é comum encontrarmos pesquisas que utilizam uma fundamentação teórica baseada em obras como a de Maurice Halbwachs e Pierre Nora, autores que são conhecidos por debater o espaço e os lugares como vertentes de referência da memória.

Durante o período letivo do curso de mestrado, a partir da realização de disciplinas que trouxeram como temática obras dos autores supracitados – e também diversos outros autores – passamos por um amadurecimento acadêmico no que diz respeito ao conhecimento e ao aprofundamento sobre as teorias memorialísticas. Atrelando isso com o fato do PPGMLS ter como área de concentração a memória como objeto multifocal, desenvolveremos nesta seção uma reflexão teórica e interpretativa, apresentando os pensamentos do sociólogo Maurice Halbwachs e do historiador Pierre Nora, relacionando-os com o objeto de estudo. Pretendemos com esta seção discernir os limites conceituais de tais teorias, explanando a dificuldade da sua aplicação de forma generalizada e explicando por que estas não se aplicam ao fenômeno de patrimonialização ocorrido na Casa Memorial Régis Pacheco.

Maurice Halbwachs foi um sociólogo francês, conhecido por ter introduzido no meio filosófico o termo *memória coletiva*, o qual teve sua teoria influenciada por grandes pensadores como Henri Bergson e Émile Durkheim. Com um pensamento racionalista e materialista, suas ideias são consagradas até os dias atuais, sendo suas obras consideradas leituras importantes para estudantes da área da memória, filosofia, literatura, psicologia, entre outras.

Seu grande feito como escritor e sociólogo foi a categorização da memória coletiva, questionando as afirmações de Bergson, que acreditava em uma memória individual e pura. Para Halbwachs, não existe memória pura sem ser construída através das relações sociais. O

sociólogo apropriou-se das obras de Bergson e de outros autores para refutá-las, realizando, então, uma ruptura epistemológica e afirmando que toda memória individual é produto de uma interação social, resultante de uma memória coletiva. Segundo Halbwachs (1990), a memória individual é constituída a partir de recordações relacionadas ao grupo no qual o indivíduo está inserido.

Halbwachs revoluciona os pensamentos da época, defendendo a tese de que a memória não pode ser considerada se não for levado em conta o contexto social que o indivíduo está inserido, sendo este contexto base para recordação (HALBWACHS, 1990). A memória individual não é descartada, porém afirma-se que toda e qualquer recordação diz respeito às experiências produzidas pela memória do grupo, experiências estas que servem como embasamento para memória individual. Podemos confirmar tais afirmações lendo um trecho do livro *A memória coletiva*, no qual Halbwachs (1990) explana sobre a existência da memória individual, porém, esta é totalmente inerente à memória coletiva:

Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 1990, p. 136).

Para materializar a sua teoria, Halbwachs introduziu a ideia dos quadros sociais da memória, sendo ferramentas legítimas para construção da memória coletiva. Esses quadros são a concretização da corrente de pensamento de Halbwachs, uma vez que a memória se apoia em fatos que ocorreram no passado. Sendo assim, a memória coletiva pode ser considerada como o trabalho que determinado grupo executa, localizando as recordações em quadros sociais que os agrupam por características em comum.

Aproximando os estudos de Halbwachs ao objeto de estudo desta dissertação, destacamos aqui um dos quadros analisados por Halbwachs: o espaço. Segundo o autor, o espaço funciona como importante elemento ativador no processo da reminiscência. Halbwachs dedica o IV capítulo do livro *A memória coletiva*¹⁷, uma das suas maiores obras e que foi publicada postumamente em 1950, especificamente a esta temática, sendo essa leitura largamente utilizada pelos pesquisadores da memória, patrimônio histórico, história das cidades, entre outros temas análogos. De acordo com Abreu (1998),

¹⁷ A versão original do livro chama-se *La Memoire Collective*, e sua primeira edição foi publicada em 1950.

Os ensinamentos de Halbwachs são importantes para a discussão da memória das cidades, da memória dos lugares. Primeiramente, porque enfatizam a exigência de ancoragem objetiva das memórias compartilhadas [...] Em segundo lugar, porque apontam para o dinamismo das memórias coletivas, que estão sempre se transformando. Em terceiro, porque dão destaque aos momentos de ruptura, isto é, àqueles períodos de “quebra da tradição”, que são às vezes bastante curtos, mas que têm o poder de redefinir todo o quadro social das memórias de uma coletividade. (ABREU, 1998, p. 27, grifo nosso).

Porém, o livro *A memória coletiva* não é a primeira obra de Halbwachs que introduz o tema do espaço como transmissor da cultura através da memória. Em 1925, é publicado o livro *Os marcos sociais da memória*¹⁸, no qual o autor já discutia o espaço como importante demarcador na construção da recordação, afirmando que a localização¹⁹ é um dos marcos que dá embasamento para memória, facilitando a recordação e, conseqüentemente, funcionando como um meio de transmissão cultural entre as gerações.

De acordo com o autor, o marco da localização precede o espaço físico, uma vez que a paisagem urbana muda o tempo todo, refaz-se, recompõe-se, fazendo com que o reconhecimento do espaço não seja exclusivamente físico, mas, principalmente, simbólico, visto que a memória permanece mesmo se determinado local for demolido (HALBWACHS, 1990). Segundo Halbwachs (1990), ao se destruir um espaço, não se destroem as recordações, pois estas conservam-se vivas na memória do grupo, uma vez que trazem consigo uma natureza simbólica, carregada de sentidos.

Mesmo com a transformação natural das cidades ao longo dos tempos, a memória espacial do grupo permanece, uma vez que a recordação resiste à demolição física (HALBWACHS, 1990). Existe, então, um reconhecimento do indivíduo para com o espaço, mesmo que este espaço tenha sido modificado ou, até mesmo, destruído com a evolução urbana. De acordo com Halbwachs (1990), o espaço edificado é considerado um quadro de referência da memória coletiva, visto que ao se preservar uma edificação, não são somente as casas e muralhas que persistem através dos séculos, mas, também, toda a parte que está em contato com elas.

Conforme Halbwachs (1990),

Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se

¹⁸ A versão original do livro chama-se *Les cadres sociaux de la mémoire*, e sua primeira edição foi publicada em 1925.

¹⁹ Para saber mais sobre o conceito de *localização*, conferir o capítulo IV: *La localización de los recuerdos*, do livro *Los marcos sociales de la memoria*, de Maurice Halbwachs (2004).

regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. Eliminaí agora, eliminaí parcialmente ou modificaí em sua direção, sua orientação, sua forma, seu aspecto, essas casas, essas ruas, essas passagens, ou mudai somente o lugar que ocupam um em relação ao outro. As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis (HALBWACHS, 1990, p. 137).

De acordo com os pensamentos de Halbwachs, as imagens espaciais desempenham um papel de suma importância na memória coletiva, já que, segundo ele, “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e as figuras” (Cf. HALBWACHS, 1990, p. 133).

E o que faz determinado local ser considerado um quadro de referência de uma memória coletiva? Retornamos, mais uma vez, à dialética no que diz respeito ao poder ou não ser identificado como patrimônio cultural, e, neste caso, o que pode ser considerado uma referência coletiva de memória. Esta é uma importante questão a ser refletida, e muito difícil de ser respondida de forma impessoal, desprovida de opinião própria.

É possível que determinada parcela da população de Vitória da Conquista – BA, provavelmente um público mais velho e que conviveu com o médico Régis Pacheco, veja-se representada naquela edificação e consiga identificar na fachada, nos cômodos, nos móveis, nos quadros, momentos do seu passado, trazendo à tona a memória de ocasiões do passado, configurando uma reminiscência da memória coletiva e, conseqüentemente, de uma memória individual.

A edificação possui um valor material, por ser uma edificação histórica e preservada, mas mais do que isso, possui representatividade para aqueles que conviveram com o Dr. Régis Pacheco em vida. A edificação era conhecida por toda população da época e estava sempre de portas abertas para quem precisasse de ajuda médica, conforme podemos conferir na transcrição do filme produzido pela PMVC:

Em 1921 Enerina, a filha de João Santos casa-se com o médico Luiz Pereira Pacheco. O jovem casal recebe a casa como presente, e nela é instalado o consultório de Dr. Régis, que atendia a todos que precisavam de seus serviços médicos. Não cobrava nenhum honorário e a comunidade lhe dedicava o mais alto respeito, admiração e gratidão. Seu aniversário era um acontecimento: porta aberta, comida farta, doces refinados, bandas de músicas e muitos fogos. *Por questões culturais, e por todo o apreço que, merecidamente, Dr. Regis recebeu da comunidade, a casa do Cel. João Santos torna-se conhecida, para sempre, como a Casa de Dr. Régis* (CASA, 2007, grifo nosso).

Por outro lado, algumas pessoas podem visitar a Casa Memorial Régis Pacheco, achar a edificação bela, conservada, restaurada, e não se identificarem com aquele ambiente. Tal

posicionamento não diminui a importância da edificação para a cidade de Vitória da Conquista – BA, e aquela continua a ter uma grande relevância para disseminação da história municipal, porém, para estas pessoas, tal edificação não se configura como uma referência de memória coletiva. Refletimos aqui a subjetividade da visão e do julgamento de cada indivíduo em relação ao que embasa a sua história, a sua memória, a sua identidade.

Sendo assim, a Casa Memorial Régis Pacheco pode ser considerada um quadro de referência da memória para determinada parcela da população de Vitória da Conquista – BA, tanto pelo seu sentido espacial, simbólico e artístico. Para outra parcela da população, a edificação pode ser considerada um espaço mantenedor da história da cidade. A edificação, que é aberta à comunidade para visitas diárias, presta um serviço contínuo de manutenção da história conquistense aos visitantes, visto que, durante a visita guiada, importantes momentos políticos e históricos são explanados, mas exercer esse papel não o torna um quadro de referência da memória.

A partir dessas reflexões, depreendemos que as abordagens sociológicas da memória coletiva teorizadas por Halbwachs, as quais sugerem formações de memórias sociais a partir de um coletivo, não conseguem explicar a dinâmica atual da mídia e da temporalidade, da memória, do tempo vivido e do esquecimento (HUYSSSEN, 2000). Em um mundo globalizado, no qual grupos sociais possuem cada vez mais identidades e opiniões fragmentadas, torna-se quase impossível afirmar a existência de uma memória consensual e coletiva, de uma coesão social e cultural.

Por mais que Halbwachs seja até hoje considerado um dos maiores autores da memória, a teoria da memória coletiva vem sendo questionada por muitos autores. Joël Candau (2011) afirma e acredita não existir uma memória estritamente coletiva ou individual, compreendendo o ato de lembrar como um fenômeno individual influenciado por marcos sociais, mas que isso não o torna coletivo. Bergson (1999, p. 209), por sua vez, também discorda da ideia de memória coletiva, afirmando que não existe um acúmulo de lembranças, mas, sim, um conjunto de imagens que não são armazenadas, “mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta graças à eficácia real que lhe confere, a lembrança útil, aquela que completará e esclarecerá a situação presente em vista da ação final”.

3.1 O museu como lugar de memória

A palavra *museu* vem do latim *museum*, “lugar de estudo”, que por sua vez tem origem do grego *mouseion*, que significa “altar das musas”, referindo-se ao templo onde residiam as

divindades da mitologia grega, as quais inspiravam as mais diversas formas de expressão artística. Dominique Poulot, historiador e importante pesquisador sobre temas como museus, museologia e patrimônio, afirma em seu artigo *Culture, Histoire, valeurs patrimoniales et musées*²⁰ que a história dos museus está intimamente ligada à história dos edifícios patrimoniais. Os museus que seguem uma tradição histórica exercem o papel de salvaguardar histórias, memórias e tradições, servindo como uma “oficina aos historiadores e de espelho de um mundo desaparecido que é necessário reivindicar e também encarnar de maneira convincente” (POULOT, 2011, p. 471).

Realizando uma breve contextualização histórica da gênese museológica, ainda de acordo com Poulot (2011,), a criação de coleções e antiquários se deu durante o século XVIII, fortalecendo as ligações entre o patriotismo e os arqueólogos, em uma busca em proteger os tesouros das nações. Após a Revolução Francesa, as questões preservacionistas ganharam força, quando a depredação de patrimônios era utilizada como forma de indignação pela população contra atitudes arbitrarias dos governantes, uma vez que “destruir o patrimônio passou a ser uma questão ideológica na luta entre a tradição e o progresso” (POULOT, 2011, p. 473). Tem-se, então, na década de 1790, uma intensificação da preocupação no que diz respeito à proteção de monumentos e objetos históricos, que, na sua maior parte, eram de propriedade da Igreja.

Ainda no artigo *Culture, Histoire, valeurs patrimoniales et musées*, Poulot (2011) faz uma importante reflexão sobre os diferentes tipos ideológicos de coleções, o qual distingue entre *patrimônio da tradição* e *patrimonialismo moderno*:

O uso *tradicional do patrimônio* por seus habitantes e geralmente por seus “amigos” baseia-se na familiaridade da vida cotidiana e se construiu por meio dos erros de apreciação. Por outro lado, a *patrimonialização moderna*, ao qual o museu proporciona um lugar exemplar, se legitima largamente por meio de uma leitura esclarecida e crítica das obras e dos objetos, impondo um quadro propício ao seu reconhecimento autêntico no seio de um sistema de interpretação histórico e formal específico (POULOT, 2011, p. 472, grifo nosso).

O museu como instituição de memória vem sofrendo, ao longo dos séculos, uma série contínua de transformações e adaptações que acompanham o curso natural da evolução humana. Trazemos aqui a evolução de definição do conceito de museus, segundo o Conselho Internacional de Museus (ICOM²¹):

²⁰ Tradução de *Culture, Histoire, valeurs patrimoniales et musées*: Cultura, História, valores patrimoniais e museus.

²¹ ICOM – sigla de: International Council of Museums.

Um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, com vistas a coletar, conservar, estudar, explorar de várias maneiras e, basicamente exibir para educação e lazer de valor cultural (ICOM, 1946).

Um estabelecimento permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que coleciona, conserva, pesquisa, comunica e exibe, para o estudo, a educação e o entendimento, a evidência material do homem e seu meio ambiente (ICOM, 1974).

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade (ICOM, 2001).

Ao analisar tais definições, percebemos a preocupação dos autores no sentido de acompanhar os acontecimentos em relação à época em que foram escritos. Podemos constatar que a definição de 1974, em detrimento à de 1946, deixa claro que o museu deve ser um local a “serviço da sociedade”, evidenciando que este se dedica “ao homem e o seu meio ambiente”. Sendo assim, o museu passaria de um local de exposição de objetos e coleções para um ambiente de estudo do indivíduo. Com um salto de 27 anos, a última definição do ICOM troca a palavra “estabelecimento” para “instituição”, o que transmite a ideia de um local com função social, enfatizando novamente a sua finalidade em difundir a história da humanidade para sociedade.

No Brasil, temos a Lei nº 11.904²², expedida em 14 de janeiro de 2009, a qual “institui o Estatuto de Museus e dá outras providências”. A definição do seu art. 1º é bastante similar às definições do ICOM. No art. 2º, a lei elenca os princípios fundamentais dos museus, sendo eles:

Art. 2º São princípios fundamentais dos museus:

I – a valorização da dignidade humana;

II – a promoção da cidadania;

III – o cumprimento da função social;

IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;

V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;

VI – o intercâmbio institucional (BRASIL, 2009).

²² A lei nº 11.904 pode ser lida na sua versão original no seguinte endereço eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm#:~:text=S%C3%A3o%20considerados%20museus%20p%C3%ABlicos%20as,o%20cumprimento%20de%20suas%20finalidades.>

Realizando uma interlocução entre as definições supracitadas e o objeto de estudo desta dissertação, percebemos que ainda que a Casa Memorial Régis Pacheco não tenha em sua nomenclatura o termo museu, ela se configura funcionalmente como tal, uma vez que a casa possui como missão preservar a memória do ex-governador Régis Pacheco, de modo a promover um diálogo com a cultura e a educação, e torná-las acessíveis e úteis à comunidade. Os museus, em geral, assim como a Casa Memorial Régis Pacheco, configuram-se como lugares de memória, que são construídos a partir de uma preocupação em manter viva uma história, garantindo que essa seja resguardada para as próximas gerações.

Quando falamos de museus como lugares de memória, vamos ao encontro das considerações de Pierre Nora e a discussão do que o mesmo intitula como *lugares de memória*. Nora é um dos historiadores contemporâneos mais conhecidos na França, sendo considerado um autor da Terceira Geração dos Annales²³. Em seu texto *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*²⁴, o qual abre o volume inicial da obra *Lex Lieux de mémoire*²⁵, originalmente publicada em sete volumes e escrita entre 1984 e 1992, Nora introduz o conceito dos *lugares de memória*, que segundo ele, vêm sendo cada vez mais multiplicados, visto que a perda desperta o desejo de preservar. Uma síndrome arquivista passou a afetar as nações, ocasionando a formação de museus, arquivos, centros de cultura, bancos de dados, na busca de se criar lugares de memória. De acordo com Nora (1993, p. 16), “produzir arquivo é o imperativo da época”.

Segundo Gonçalves (2012), Nora já havia introduzido a discussão sobre os *lugares de memória* em um seminário ministrado por ele entre 1978 e 1981, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*²⁶. O gatilho para o início desse estudo se deu por um diagnóstico histórico feito pelo autor, quando a sociedade francesa estava passando por uma situação de aceleração das transformações dos processos históricos, no qual um conjunto de mudanças desencadeou uma crise da identidade nacional francesa. Essas alterações políticas, econômicas, geográficas e sociais fizeram com que emergisse uma necessidade de se buscar lugares que afirmassem a identidade daquela população, o que motivou o autor a escrever o

²³ Para saber mais sobre a Terceira Geração dos *Annales*, sugerimos a leitura do texto de Leandro Rust: A “terceira geração dos annales” e o exorcismo do tempo.

²⁴ O texto é uma tradução de Yara Aun Khoury, autorizada pelo Editor Editions Gallimard. Originalmente encontrado em: *Les lieux de mémoire*. I La République, Paris, Gallimard, 1984, p. XVIII-XLII.

²⁵ Tradução de *Lex Lieux de mémoire*: lugares de memória.

²⁶ Tradução de *École des Hautes Études en Sciences Sociales*: Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais.

texto *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Segundo Nora (1993), “há lugares de memória porque não há mais meios de memória”.

Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões da eternidade. (NORA, 1993, p. 13).

Sendo assim, lugares de memória são espaços criados pelo homem contemporâneo, a fim de suprir as carências desencadeadas pelos paradigmas modernos. Esses espaços serviriam como instrumentos mantenedores da memória e da identidade social de um povo, e sua criação é sempre velada, visto que para o autor, não existe memória espontânea. A criação desses espaços busca dar um certo sentido material e simbólico às sociedades pós-modernas, reunificando a identidade nacional que se fragmentou ao decorrer dos anos.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13, grifo nosso).

É importante ressaltar que, de acordo com Nora, para que seja considerado um lugar de memória, este deve revestir-se em três sentidos: material, simbólico e funcional. Um lugar de aparência material histórica só será um lugar de memória se for investido por uma aura simbólica e utilitária. Sendo assim, um lugar é material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese e simbólico por definição.

Aplicando a teoria de Nora ao objeto de estudo, ao analisar a Casa Memorial Régis Pacheco observamos que a edificação, em teoria, enquadra-se nos sentidos elencados por Nora, caracterizando-se assim como um lugar de memória. A casa encontra-se preservada, abarcando inúmeras obras de arte e objetos que contam a história do antigo proprietário, além de estar localizada²⁷ em uma região privilegiada historicamente (conferir figura 14), atendendo ao sentido material. No sentido funcional, a edificação é aberta a visitas e opera

²⁷ Gostaríamos de fazer um adendo em relação a localização geográfica privilegiada da Casa Memorial Régis Pacheco. A edificação encontra-se em uma área onde se iniciou a gênese da urbe da cidade de Vitória da Conquista – BA, exatamente em frente à Praça Tancredo Neves, local muito conhecido pelos cidadãos conquistenses pela sua história de lutas entre os índios e os colonizadores. Podemos generalizar que os centros históricos são lugares de memória, mas gostaríamos de deixar aqui uma reflexão: isso acontece somente na teoria, ou na prática a centralidade urbana é vivida, de fato, como um marco de referência simbólica da cidade? Acreditamos que, de acordo com o resultado da coleta de dados, muitos cidadãos não sabem a história da edificação em estudo, mas sabem que ali se configura parte de um centro histórico.

como um museu que conta uma retrospectiva política e histórica da cidade. Além disso, a casa oferece o seu espaço para diversas ações, como amostras de cinema, reuniões da prefeitura, visitas acadêmicas, atividades pedagógicas, exposições de obras temporárias, entre outras atividades. No sentido simbólico, ela representa para determinada parte da população de Vitória da Conquista – BA um local que deve ser preservado, que guarda memórias de uma importante personalidade médica e política da cidade.

Figura 14. Entorno da Casa Memorial Régis Pacheco, localizada próxima à Igreja Catedral Nossa Senhora das Vitórias.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Porém, quando falamos que a edificação se enquadra nos sentidos propostos por Nora de forma teórica, significa dizer que, muitas vezes, tais descrições podem ser vistas de forma utópica. A edificação foi restaurada no ano de 2007, porém não vem sendo mantida a sua preservação ao longo dos anos, conforme podemos comprovar na imagem abaixo, na qual percebemos a falta de pintura e a degradação de parte da fachada, onde são instalados pregos para instalação de mangueiras de *led* como forma de enfeitar a praça nos festejos natalinos. Recentemente, o entorno da edificação sofreu uma reforma, de forma que a rua frontal à edificação foi fechada para o trânsito de carros e se transformou em uma alameda, facilitando e estimulando a circulação de pedestres. Além disso, por mais que a casa esteja aberta para visitas, esta possui um número reduzido de visitas em relação ao seu potencial de exploração.

Figura 15. Patologias encontradas na fachada atualmente – fotografia feita em fevereiro de 2021.



Fonte: Acervo pessoal do autor.

De fato, os laços que envolvem a memória e o passado são profundamente paradoxais, visto que, segundo Vieira (2015), existe uma frequência crescente de pensamentos críticos que acusam a própria cultura da memória contemporânea de amnésia, apatia ou embotamento, destacando a incapacidade de lembrar, o que lamentavelmente gera uma perda da consciência histórica. O pesquisador da memória encontra, assim, um grande desafio teórico a enfrentar, de forma a entender a subjetividade, desapegando-se de uma verdade única e generalizada. A narrativa dos *lugares de memória* é válida e, até hoje, vem sendo largamente utilizada, porém, torna-se frágil no momento em que enaltecem determinados lugares como uma espécie de refúgio mnemônico, mas que não são incorporados por uma totalidade social.

A acusação é feita através de uma crítica à mídia, a despeito do fato de que é precisamente essa, desde a imprensa e a televisão até os CD-Roms e a internet, que faz a memória ficar cada vez mais disponível para nós a cada dia. Mas e se o aumento explosivo de memória for inevitavelmente acompanhado de um aumento explosivo de esquecimento? E se as relações entre memória e esquecimento estiverem realmente sendo transformadas, sob pressões nas quais as novas tecnologias de informação, as políticas midiáticas e o consumismo desenfreado estiverem começando a cobrar seu preço? (HUYSSSEN, 2000, p. 18, apud VIEIRA, 2015, p. 2).

Em seu livro intitulado *Seduzidos pela memória*, Andreas Huyssen aborda um fenômeno o qual intitula de *musealização do mundo*, que, de acordo com a autora, caracteriza-se por uma obsessão com a memória e com o passado, configurando uma *cultura da memória*. Segundo ela, o objetivo é conseguir uma recordação total, o que seria uma

utopia, já que existe um passado mítico e um passado real, e a linha de separação entre ambos é tênue, visto que “o real pode ser mitologizado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade [...] a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais em todos os pontos do planeta” (HUYSEN, 2010, p. 16).

A partir de uma proliferação patrimonialista, Nora (1993) encontrou-se em uma dialética no que diz respeito aos vários lugares de memória que foram sendo construídos e reconstruídos em um momento de crise Francesa. Diante de tal situação, Nora apresentou, em 1992, um deslocamento da noção de lugar de memória que havia sido discutida anos atrás, a partir de um questionamento sobre a possibilidade de uma utilização errônea e abusiva do seu projeto original, que consistia em fazer um diagnóstico histórico da memória francesa, investigando os processos historiográficos daquela nação. No texto *Comment écrire l’histoire de France?*²⁸, publicado em 1992, Nora classificou categorias conhecidas, definindo a diferença entre patrimônio e monumento, o que facilitou o historiador no debate sobre o patrimônio:

O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os simbólicos sobre a base de que possuam “qualquer coisa” em comum. Esta qualquer coisa é que o faz ser o caso. É espontânea e faz mais ou menos sentido para todos. Ao historiador cabe analisar esta “qualquer coisa”, desmontar-lhe o mecanismo, estabelecer-lhe os estratos, distinguir-lhe as sedimentações e as correntes, [...]. A identificação não é indiferente a conter a exumação, mas não é o principal trabalho do historiador. O que importa para ele não é a identificação do lugar, mas o desdobramento de que este lugar é a memória. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história. *Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.* (NORA, 1992, p. 20, grifo nosso).

Podemos perceber a dificuldade de aplicar o conceito de Pierre Nora sobre os lugares de memória fazendo uma análise da trajetória do monumento histórico. De acordo com Júnior (2015), atualmente, muitos trabalhos apontam uma contrariedade em dizer que o patrimônio seria inevitavelmente um lugar de memória. Mesmo que os bens patrimoniais tenham servido como forma de materializar a história de uma nação, “uma vez patrimonializado, o bem cultural deixa de se submeter à dinâmica da memória, pois fica menos sujeito às revisões e aos escrutínios” (TAMASO, 2012, p. 29).

²⁸ Tradução de: *Comment écrire l’histoire de France?*: Como escrever a história da França?

Analisando esta citação, podemos explicar o porquê determinados locais foram preservados e privilegiados como lugares de memória, como, por exemplo, os restos romanos, gregos, góticos, coloniais sertanejos em detrimento de muitos outros que possuíam grande valor simbólico, material e funcional, mas que foram ignorados na classificação patrimonial, embora não perdessem a sua essência e importância (JÚNIOR, 2015).

A partir das reflexões anteriormente feitas, depreendemos que a síndrome arquivista que acometeu as sociedades contemporâneas é considerada positiva, se observada do ponto de vista da manutenção da história e da identidade. Os lugares de memória podem ser importantes ferramentas nos processos identitários, vistos que estes são mais do que físicos, mas, também, simbólicos e carregados de sentidos. Por mais que a criação dos lugares de memória tenha origem em um possível “desprezo” do homem perante o seu passado, não se pode negar que o efeito destes lugares é benevolente com as atuais e futuras gerações. A problemática dessa discussão gira em torno da verdadeira função desses *lugares de memória*, se estes são representações de uma cultura de memória ou se são, apenas, culturas de mercadoria.

3.2 A Casa Memorial Régis Pacheco: percepções como lugar de memória

Como dito na introdução, buscamos a partir desta dissertação analisar os processos que levaram a patrimonialização da Casa Memorial Régis Pacheco. Diferentemente da maioria dos trabalhos que discutem o patrimônio cultural através de uma análise dos discursos oficiais, abordaremos nessa subsecção uma investigação do objeto de estudo não como um produto final, mas, sim, sobre o seu processo de construção e as respectivas práticas institucionais desenvolvidas durante tal patrimonialização. Partimos do pressuposto de que falar sobre políticas preservacionistas “supõe não apenas levar em conta a representatividade do patrimônio oficial em termos da diversidade cultural brasileira e abertura à participação social na produção e gestão do patrimônio, como também as condições de apropriação desse universo simbólico por parte da população” (FONSECA, 2017, p. 26).

A Casa Memorial Régis Pacheco carrega parte da memória política e histórica de Vitória da Conquista – BA. Após ter pertencido a outras pessoas posteriores ao seu primeiro dono, a edificação foi alugada pela PMVC na década de 1970 e, após cerca de 10 anos, passou a abrigar o Conservatório Municipal de Música. Depois de algum tempo fechada, a casa foi adquirida pelo Governo, sendo tombada em 1996, durante a gestão de José Pedral, e restaurada em 2007, durante a gestão de José Raimundo Fontes.

Segundo Cristina Rocha, secretária municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer no ano de 2017, em entrevista cedida e publicada no site da PMVC²⁹, o objetivo da Casa Memorial Régis Pacheco é:

[...] reservar uma sala para abrigar os objetos que são relacionados à figura de Régis Pacheco. E, no restante do espaço, organizar o “museu de Vitória da Conquista”. Pedir às pessoas objetos antigos, alguma coisa que elas não queiram mais e que pertenceram às suas famílias, e possam ceder para o museu. E a gente começar a ter alguma coisa de resgate da história de Vitória da Conquista. (PMVC, 2017, n.p).

Confrontando tal afirmação com a realidade vista durante visita guiada no museu, refletimos aqui a dúvida referente ao verdadeiro propósito da edificação em questão: a Casa Memorial Régis Pacheco tem como intenção ser um museu político, um museu histórico ou um museu em memória do ex-governador Régis Pacheco? A partir de tais reflexões, depreendemos que a identidade do Memorial ainda se encontra confusa, visto que, ao visitar a edificação, não conseguimos definir o seu verdadeiro foco museológico. Conforme afirma Abreu (1998):

Como bem lembrou Le Goff (1990), as classes mais poderosas não apenas construíram objetos mais duráveis, como foram também as criadoras das próprias instituições de memória, não raro estabelecidas exatamente para guardar as lembranças que aqueles que as instituíram consideravam importantes. Por essa razão, os documentos que se encontram nessas instituições, e que são invariavelmente utilizados como fontes ou atestados de “memória urbana”, são, eles também, expressões de poder. Como afirmou Foucault (1969), os documentos não são uma matéria-prima objetiva. Eles expressam também o poder da sociedade sobre a memória e sobre o futuro. (ABREU, 1998, p. 28)

Ao realizar uma visita guiada, percebemos características que podem enquadrar o Memorial em todas as hipóteses museológicas supracitadas. O primeiro ambiente a ser visitado se trata de uma grande sala³⁰, intitulada Sala dos Próceres, a qual abriga os quadros de todos os gestores, intendentos e prefeitos de Vitória da Conquista – BA. Segundo Afonso Silvestre, funcionário responsável pelo acompanhamento da visita guiada, a maioria dos gestores da cidade são descendentes do bandeirante João Gonçalves da Costa, fundador do Arraial da Conquista. Ainda nesta sala temos uma pintura emblemática de autoria do artista plástico Orlando Celino, que teve a liberdade artística de retratar João Gonçalves com a afeição de Elomar Figueira, um importante compositor e escritor brasileiro, o qual também é

²⁹ A matéria completa pode ser lida na sua versão original no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.pmvc.ba.gov.br/memorial-regis-pacheco-completa-dez-anos-e-prefeitura-quer-revitaliza-lo/>>

³⁰ Para ver uma fotografia da sala em questão, conferir a figura 13 na página 49 desta dissertação.

descendente direto do bandeirante.

Figura 16. Quadro pintado por Orlando Celino, retratando o bandeirante João Gonçalves da Costa.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Os outros ambientes da casa são preenchidos por quadros de diversos artistas, móveis e objetos que pertenceram a Régis Pacheco, além de *banners* explicativos que elucidam a história da casa, do médico e do político homenageado. Ressaltamos aqui três quadros que ilustram Vitória da Conquista – BA em diferentes fases, com um lapso temporal de aproximadamente 50 anos entre cada representação, os quais contam de forma sábia e artística a gênese da cidade.

A figura 17 trata-se de uma obra de óleo sob tela do artista Silvio Jessé, retratando Vitória da Conquista – BA por volta de 1817. Segundo o historiador Afonso Silvestre, em entrevista publicada no canal do Conselho de Cultura de Vitória da Conquista – BA no YouTube³¹, o quadro ilustra uma representação do etnógrafo, zoólogo e pesquisador botânico Maximiliano, Príncipe da Renânia, o qual fez viagens pelo Brasil e passou por esta cidade. Segundo Afonso, o Príncipe avisa aos viajantes para tomarem cuidado com a cidade, por ser um local ainda pouco habitado e violento, cercado por matas, com ausência de autoridade policial e presença de muitos jovens com traços de alcoolismo e ostentação de armas na cintura.

³¹ Para assistir a visita guiada completa, sugerimos assistir o vídeo intitulado: Primavera dos Museus - Casa Memorial Governador Regis Pacheco, no YouTube, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=IHxO4P6nFX4&t=301s>>

Figura 17. Quadro do artista Silvio Jessé.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Na figura 18, após um salto temporal de 50 anos, temos um quadro pintado por J. Murilo no ano de 2008, que representa a Imperial Vila da Vitória por volta de 1870. Neste quadro, podemos ver a ilustração da feira localizada na Rua Grande, que recebia pessoas de toda região circunvizinha para vender seus produtos. Podemos observar a riqueza de detalhes desta obra, que mostra agricultores, transeuntes, comerciantes vendendo gado, carnes secas e produtos de diversas origens. Percebemos no cenário a presença de poucas carroças, uma vez que estas eram consideradas artigos de luxo naquela época. Outro detalhe importante deste quadro é a representação da igreja anterior à Catedral Nossa Senhora das Vitórias, que era uma pequena capela barroca que foi demolida para dar lugar à atual igreja.

Figura 18. Quadro do artista J. Murilo.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Na figura 19, temos outro quadro de Orlando Celino, ilustrando Vitória da Conquista por volta de 1920. Nesta pintura já podemos ver algumas casas construídas, constituindo um arraial, inclusive a casa de Régis Pacheco, retratando o salto de desenvolvimento da cidade em 50 anos.

Figura 19. Quadro de Orlando Celino.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Partindo da hipótese de que a Casa Memorial Régis Pacheco é, reconhecidamente, um patrimônio cultural do município de Vitória da Conquista – BA e tendo ciência a respeito da sua função como museu histórico e político da cidade, buscamos analisar qual a relação e a percepção da população local com o edifício. A necessidade de analisar essa ligação nasceu a partir da pesquisa de campo sobre o objeto de estudo, momento em que obtivemos indícios através de entrevistas e documentos que a edificação, apesar de ter sido restaurada, ser histórica e estar aberta ao público para visitas, ainda é subaproveitada pela população. Conforme afirma Santos (2002),

[...] a memória só tem a devida importância se um grupo a coloca neste patamar, o que acontece apenas se houver um sentimento de pertencimento, de se sentir parte integrante de um todo que não pode ser esquecido. As lembranças humanas, as guerras e outros fatos marcantes no mundo, o próprio ensino em salas de aula derivam de escolhas feitas de acordo com o que se quer passar para as gerações posteriores (SANTOS, 2002, p. 4).

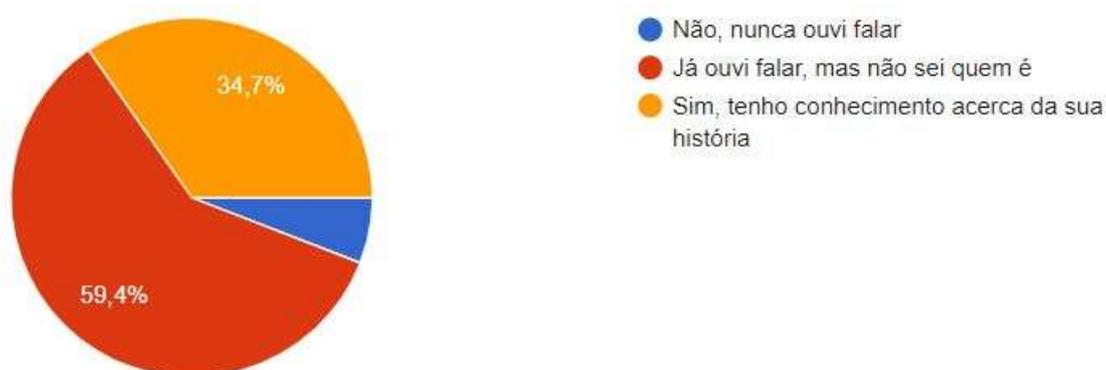
A fim de comprovar tal hipótese, optamos por utilizar a aplicação de questionários como forma de investigar as relações entre população e edificação. Para isso, aplicamos 384 questionários, restringindo a um público maior de 15 anos e que fosse morador de Vitória da Conquista – BA. Os questionários foram aplicados de forma virtual e presencial e de maneira aleatória, sem distinção de sexo, faixa etária ou qualquer outro tipo de classificação. Após a coleta, os dados foram computados com o auxílio da ferramenta *Google Forms*, que gerou

automaticamente os gráficos que serão apresentados a seguir.

Iniciamos o questionário perguntando há quanto tempo o entrevistado mora em Vitória da Conquista e qual a idade, caso houvesse a necessidade de um cruzamento de respostas para uma possível posterior pesquisa com maior profundidade de análise. Para a presente pesquisa, não notamos a necessidade de cruzar os dados obtidos. Perguntamos, então, se o entrevistado sabe o que é patrimônio cultural: 2,1% afirmou não ter a mínima noção do que seja; 32,4% afirmou ter uma noção básica; 51,7% afirmou ter uma noção mediana; 13,7% afirmou ter uma grande noção e ler pesquisas relacionadas ao tema. A seguir, perguntamos qual a relevância do patrimônio cultural para uma cidade, e obtivemos as seguintes respostas: 2,7% acredita ser indiferente; 43,2% acredita ser importante e 54,2% acredita ser essencial.

Após a introdução com perguntas consideradas de maior abrangência, partimos para uma abordagem mais específica. Perguntamos, então, se o entrevistado sabia quem foi o médico e político Régis Pacheco (gráfico 1), e obtivemos as seguintes respostas: 5,9% não sabe quem é; 34,6% sabe quem é e tem conhecimento acerca da sua história e 59,5% já ouviu falar, mas não sabe quem é. A partir do gráfico 1, é possível confirmar as informações obtidas ao analisar as entrevistas do filme realizado pela PMVC e dirigido por Afonso Silvestre e João Omar de Silveira, as quais foram mencionadas na página 50, seção II desta dissertação. Comprovamos a partir das respostas a veracidade da hipótese de que a maioria das pessoas apenas conhece o nome “Régis Pacheco”, mas de fato não sabem a sua história, tornando-se questionável a real importância que essa personalidade tem para a população.

Gráfico 1. Você sabe quem foi o médico e político Régis Pacheco?

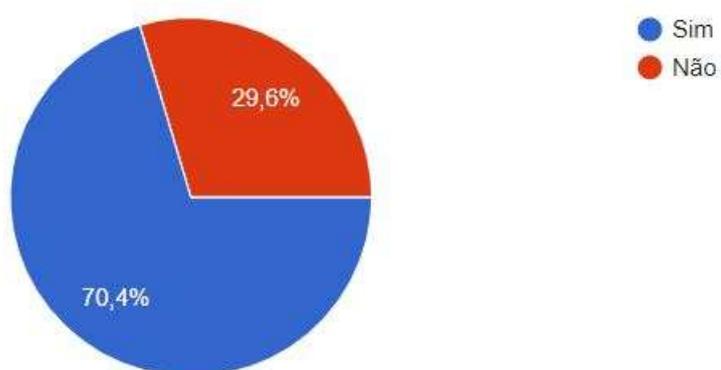


Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Quando questionados sobre saber da existência da Casa Memorial Régis Pacheco, 70,5% dos entrevistados responderam que sim, sabem da existência; 29,5% responderam que

não sabem da existência da edificação, o que equivale a aproximadamente 115 pessoas em uma amostragem de 384 pessoas. Pelo fato da Casa Memorial Régis Pacheco ser uma das poucas edificações tombadas e restauradas pelo município, consideramos relativamente alto o percentual de pessoas que não sabem da existência da Casa, o que nos leva a refletir sobre a necessidade de uma maior divulgação do ambiente e, conseqüentemente, maior conhecimento por parte da população.

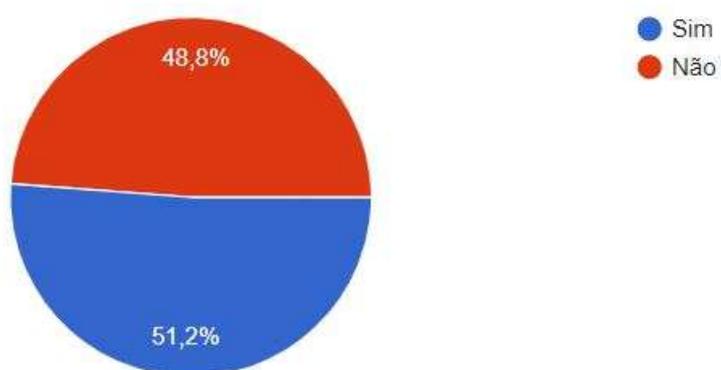
Gráfico 2. Você sabe da existência da Casa Memorial Régis Pacheco?



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Perguntamos, então, se o entrevistado já havia visitado a Casa Memorial Régis Pacheco (gráfico 3), e obtivemos o seguinte resultado: 51,2% afirmaram já ter visitado; 48,8% afirmaram não ter visitado.

Gráfico 3. Você já visitou a Casa Memorial Régis Pacheco?

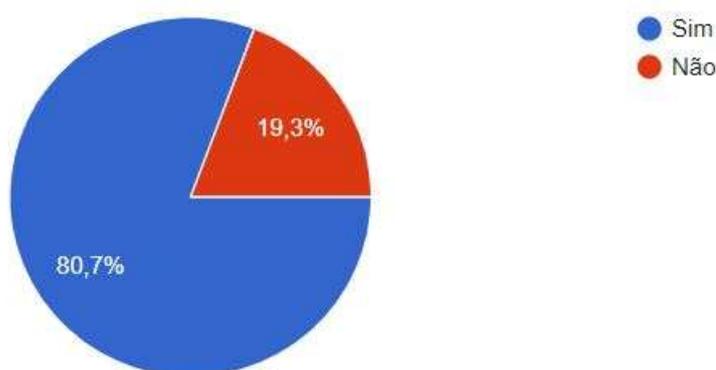


Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Por fim, questionamos aos entrevistados se estes consideram a Casa Memorial Régis

Pacheco um lugar que remete à memória e a história da cidade de Vitória da Conquista – BA (gráfico 4), sendo que 80,7% responderam que sim contra 19,3% que disseram não considerar. Analisando os resultados dessas duas perguntas, percebemos a diferença entre a teoria e a prática: a maior parte dos entrevistados considera a Casa um lugar que remete à história da cidade, mas nunca a visitou. Através da análise dos questionários aplicados, podemos confirmar que muitas pessoas sabem quem foi Régis Pacheco, mas não conhecem a sua história. Simbolicamente falando, a personalidade a quem a Casa homenageia foi uma pessoa importante em diversos momentos no desenvolvimento da cidade, porém, os próprios moradores não sabem o porquê dessa importância, somente escutam falar.

Gráfico 4. Você considera a Casa Memorial Régis Pacheco um lugar que remete à memória e a história da cidade de Vitória da Conquista?



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Depreendemos, através dessa análise, que a iniciativa de se preservar não se manifestou através de uma real necessidade de se proteger a memória existente naquela edificação, mas, sim, pelo surgimento de uma verba, a qual precisava ser aplicada, e racionalmente diante das práticas do município, optou-se por aproveitar a oportunidade e restaurar a casa. De acordo com uma entrevista feita com um participante efetivo das discussões patrimonialistas da Casa Memorial Régis Pacheco, o que iria acontecer naquele espaço, a destinação de utilização e o resgate das memórias foi algo pensado após a restauração, e não discutido anteriormente à aplicação da verba. Percebemos que esta não é uma prática exclusiva da patrimonialização do objeto de estudo ao ler o seguinte trecho de Fonseca (2017), que explana a ocorrência de tal fenômeno no Brasil:

Ao analisar a representação do patrimônio histórico e artístico nacional construída pelo Estado, *não a considero reflexo das classes dominantes ou da pluralidade cultural brasileira*. Procuo, sim, adotar uma posição de

crítica ao modo como esse objeto tem sido construído e ideologicamente elaborado por determinados sujeitos sociais, que têm detido, no Brasil, o monopólio dessa construção. (FONSECA, 2017, p. 25, grifo nosso).

A partir da hipótese de que a restauração da Casa Memorial Régis Pacheco teve como pressuposto inicial a instrumentalização de uma verba e, não, um desejo latente da sociedade conquistense, surge o seguinte questionamento no que diz respeito às práticas patrimonialistas: qual a real razão de se preservar uma edificação? Respondendo à questão de maneira otimista, "o patrimônio serve como suporte da memória, capaz de produzir identificações a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço" (SALVADORI, 2008 apud LIMA; FERRARI; GUEDES, 2015, p. 97). Porém, refletimos aqui se realmente esse é o motivo pelo qual as práticas patrimonialistas são executadas, ou se estas são formas instrumentadas conduzidas pelo Estado, com a participação de atores também definidos por ele, com o intuito de legitimar projetos nacionais, inserindo o país em um "padrão" de nações civilizadas.

Enfim, havia, entre as classes mais altas, a ideia de que a "civilização" estava nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte e que a única maneira de o Brasil "civilizar-se" era imitar esses modelos. (FONSECA, 2017, p. 112)

4 DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE OS PROCESSOS PATRIMONIALISTAS

Os últimos 500 anos testemunharam uma série de revoluções de tirar o fôlego. A Terra foi unida em uma única esfera histórica e ecológica. A economia cresceu exponencialmente, e hoje a humanidade desfruta do tipo de riqueza que só existia nos contos de fadas. A ciência e a Revolução Industrial deram à humanidade poderes sobre-humanos e energia praticamente sem limites. A ordem social foi totalmente transformada, bem como a política, a vida cotidiana e a psicologia humana. *Mas somos felizes?* (HARARI, 2019, p. 386, grifo nosso).

Partindo de uma perspectiva evolutiva e cognitiva, buscamos trazer nesta seção uma visão diferente da que geralmente costumamos encontrar nos trabalhos que se dedicam à análise do patrimônio. Pretendemos discutir, através de um viés antropológico e utilizando teorias de autores contemporâneos, hipóteses que possam explicar o que as tradicionais teorias patrimonialistas não conseguem. Através da leitura de autores contemporâneos, passamos por um amadurecimento acadêmico no que diz respeito a entender que as teorias consideradas “padrão” para determinado campo são importantes, mas que, em determinados casos, não conseguem explicar o fenômeno na prática, sendo pertinente a nós pesquisadores nos abriremos para novas leituras.

Quando se fala em cultura, instintivamente emerge-se a ideia de que a carga cultural de determinado indivíduo é produto do meio em que ele cresceu e se desenvolveu. Essa é uma teoria muito difundida, e que se aproxima do que Halbwachs afirma em seus livros ao falar sobre a memória coletiva. Compreender a dinâmica da cultura, como acontece essa acumulação e de que forma a experiência cultural é transferida entre ancestralidades ainda é uma questão muito discutida e investigada pelos pesquisadores da área.

Por muito tempo, a absorção de conceitos e normas por observação e convivência foi a única resposta que a antropologia tinha a dizer sobre a incorporação cultural (BOYER; WERTSCH, 2009). Porém, nos últimos vinte anos, houve um desenvolvimento considerável em pesquisas sobre o fundo evolutivo da transmissão cultural (SPERBER; HIRSCHFEL, 2004 apud BOYER; WERTSCH, 2009), principalmente por um notável desenvolvimento da ciência cognitiva. Atualmente, existem outros estudos que englobam as possíveis formas de aquisição da cultura, ainda que a comunicação e a convivência continuem tendo grande importância na explicação da transmissão cultural.

Um dos autores contemporâneos que estuda as diversas formas da transmissão cultural é Pascal Boyer, antropólogo cognitivo e psicólogo evolucionista, sendo atualmente professor

de memória individual e coletiva do departamento de Psicologia e Antropologia da *Washington University*. No seu livro intitulado *Minds Make Societies*, o autor faz um estudo da evolução cultural pelo viés da seleção natural, utilizando conceitos da biologia evolutiva, psicologia, genética, entre outros campos para explicar o funcionamento das sociedades humanas. Diferentemente de Halbwachs, para Boyer (2018) a transmissão cultural é baseada na comunicação humana, na construção da memória nos cérebros humanos e na motivação do homem para formação e cooperação de grupos.

Segundo Boyer (2018, p. 127), nos últimos dois milhões de anos, vários processos de evolução ocorreram simultaneamente, o que resultou na forma de vida atual. Partindo do pressuposto de que a seleção natural adapta o homem de acordo as suas necessidades, apostamos na hipótese de que as propriedades intelectuais relacionadas à cultura, às crenças e às tradições também vêm evoluindo em relação às novas sociabilidades de interação do homem com o mundo globalizado. A partir dessas reflexões, acreditamos que a biologia possa ser culturalmente determinada, uma vez que a evolução natural e a transmissão cultural estão intrinsecamente ligadas. “As habilidades cognitivas humanas, geneticamente determinadas, resultam de um processo de seleção natural” (SPERBER, 1966, p. 66).

Esse estudo da evolução cultural pelo viés da seleção natural pode explicar a maneira como os seres humanos pensam e se comportam; por que existe a cooperação, a amizade, a moralidade; por que existem famílias, religiões, entre muitas outras questões que parecem ser processos naturais, mas que podem ter explicação na seleção natural, o que pode ser cientificamente comprovado através do estudo de casos empíricos. Podem explicar, inclusive, essa tendência preservacionista exacerbada que vivemos atualmente.

A seleção natural resultou no desenvolvimento de capacidades e motivações altamente específicas nas mentes humanas, especializadas no tratamento de diferentes problemas que foram surgindo, se alterando, mais precisamente, se adaptando. Yuval Harari (2019), em seu livro *Sapiens: uma breve história da humanidade*, afirma que:

Desde a revolução cognitiva, o homo sapiens tem sido capaz de revisar seu comportamento rapidamente de acordo com necessidades em constante transformação. Isso abriu uma via expressa de evolução cultural, contornando os engarrafamentos da evolução genética. Acelerando por via expressa, o homo sapiens logo ultrapassou todas as outras espécies humanas em sua capacidade de cooperar. (HARARI, 2019, p. 41, grifo nosso).

De acordo com Boyer (2009), a memória é realmente o cerne da transmissão cultural, já que a capacidade de rememorar é uma consequência da evolução humana. A memória permite que o indivíduo armazene informações sobre o passado, possibilitando a organização

do comportamento presente e futuro, já que um comportamento eficiente exige determinada conexão com o passado. Armazenar informações sobre o passado pode ser útil para organismos que vivem em ambientes estáveis o suficiente para que situações passadas carreguem informações sobre presentes (BOYER, 2009) e servindo como alicerce para futuras decisões.

The transmission of cultural information was not properly studied in classical social sciences, at least not before the 1970s. Things started to change when biologists and anthropologists began to consider cultural transmission as a population phenomenon. The inspiration came from evolutionary biology, which had shown how the evolution of species, a large-scale phenomenon, could be explained by the aggregation of small changes in the replication of genes in individuals (BOYER, 2018, p. 234).³²

Acreditamos que o conceito de transmissão cultural através da convivência é uma hipótese bastante relevante, mas não completamente satisfatória. Estudos mais recentes visam a substituir as noções míticas, como a da memória coletiva (BOYER, 2009). De acordo com Boyer (2009), o que chamamos de cultura é o resultado de encontros entre pessoas com valores diferentes ou semelhantes – não necessariamente de um mesmo grupo de convivência – os quais mudam, mantêm ou descartam seus modos de pensar de acordo com esses encontros. Sendo assim, a cultura é a agregação de muitos episódios de transmissão individual (BOYER, 2009).

Ainda utilizando das hipóteses elencadas por Boyer para explicar processos considerados naturais através da seleção natural, aproximaremos agora tais teorias para o universo do patrimônio cultural.

Podemos afirmar que o que distingue o homem dos demais seres é a sua capacidade de colaborar e cooperar de maneiras extremamente flexíveis com um imensurável número de pessoas distintas. Essa capacidade de cooperação possibilitou ao *homo sapiens* grandes conquistas, e tudo isso só ocorreu graças à sua linguagem única. Além da capacidade singular do *homo sapiens* em se comunicar, este desenvolveu a aptidão em falar sobre ficções, o que permitiu o desenvolvimento da imaginação e, conseqüentemente, a possibilidade de imaginar coletivamente. Criaram-se assim os mitos, os quais deram ao homem a competência sem

³² A transmissão de informações culturais não foi estudada adequadamente nas ciências sociais clássicas, pelo menos não antes da década de 1970. As coisas começaram a mudar quando biólogos e antropólogos começaram a considerar a transmissão cultural como um fenômeno populacional. A inspiração veio da biologia evolutiva, que havia mostrado como a evolução das espécies, um fenômeno de larga escala, poderia ser explicada pela agregação de pequenas mudanças na replicação de genes nos indivíduos. (BOYER, 2018, p. 234, grifo nosso).

precedentes de cooperar de modo versátil em grande número.

Como o homo sapiens conseguiu ultrapassar esse limite crítico, fundando cidades com dezenas de milhares de habitantes e impérios que governam centenas de milhões? *O segredo foi provavelmente o surgimento da ficção.* Um grande número de estranhos pode cooperar de maneira eficaz se acreditar nos mesmos mitos. (HARARI, 2019, p. 35, grifo nosso).

Além dos mitos, destacamos como decorrência da cooperação a criação das tradições, as quais são práticas e conceitos passados de geração em geração, podendo ser rápidas ou permanecerem durante muitos anos. A estabilidade ou disseminação das tradições é o verdadeiro fenômeno a ser explicado, sendo ainda um mistério para os estudiosos do tema (BOYER, 2018). As tradições são favorecidas através da possibilidade de comunicação e transformação, visto que sofrem inúmeras influências, mudando ao longo do tempo. Podemos afirmar que qualquer grupo de pessoas conectadas por uma convivência em comum possuem suas tradições, criadas a partir de episódios de comunicação. Em seu livro, *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2006) destaca a tradição como uma estratégia representacional acionada para construir o senso comum de uma população para com a sua nação, fortalecendo uma identidade nacional:

Tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente e algumas vezes inventadas... Tradição inventada significa um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado [...] Tradições inventadas tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis, transformando a desordem em "comunidade". (HALL, 2006, p. 54).

Associamos as políticas patrimonialistas a tradições de se preservar o passado. A partir da coleta de dados através das entrevistas, obtivemos respostas favoráveis à identificação da população com a edificação: 81% dos entrevistados considera a Casa Memorial Régis Pacheco um lugar que remete à memória e a história da cidade de Vitória da Conquista – BA contra 19% que respondeu não considerar. Teoricamente, a população aceita a edificação como um lugar de memória, mas quando questionados sobre já ter visitado a Casa, 51% responderam sim e 49% responderam não ter visitado, o que nos leva a acreditar que as práticas patrimonialistas podem ter uma motivação real em seguir tradições antigas.

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização em um

dispositivo da modernidade. (HALL, 2006, p. 48)

Do ponto de vista de Harari (2015), observamos que o processo histórico da humanidade está diretamente ligado ao desenvolvimento das cidades. A interação entre os homens se dá a partir de interesses capitalistas, fato este que pode ser visto desde o processo mercantil até os dias atuais. Atrelando tal raciocínio ao conceito do patrimônio histórico, é possível percebermos que o “agir” se repete. Corroborados pelos dados colhidos em campo, constatamos que aproximadamente metade dos entrevistados não visitou a Casa Memorial Régis Pacheco. Ainda assim, considerando que a história é diretamente ligada à política, a elaboração arquitetônica do ponto de vista evolutivo é contada, esculpida e lastreada em comportamentos culturais ou em tradições, muitas vezes, representadas por uma minoria e, talvez, sem eficácia em termos de utilização e disseminação histórica do ponto de vista social.

A história não pode ser explicada de forma determinista e não pode ser prevista porque é caótica. Tantas forças estão em ação, e suas interações são tão complexas, que variações extremamente pequenas na intensidade dessas forças e na maneira com que interagem produzem diferenças gigantescas no resultado. (HARARI, 2015, p. 249).

4.1 O cenário do patrimônio a partir da fragmentação cultural

A pós-modernidade caracteriza-se como um período de rapidez nos processos sociais e econômicos, resultantes de fenômenos como o desenvolvimento dos meios de comunicação e de transportes de massas, novas tecnologias, distâncias encurtadas por redes sociais, imediatez na propagação das informações, aceleração das relações, e todos os outros resultados que a globalização ocasionou. Essa intensificação das transições resultou na fragmentação das identidades políticas e sociais, em que tempo e espaço deixam de se configurar como constrangimentos na organização das atividades humanas (GIDDENS, 1990 apud ANICO, 2005, p. 72).

Analisando essa forma de relacionar-se com o mundo globalizado, seria insensato e até mesmo inocente imaginar que as relações entre homem e cultura permaneceriam as mesmas de séculos atrás. Em um mundo híbrido, de movimento e transições, em que pessoas se deslocam de localidades distantes e se reconfiguram a novas realidades de acordo com as suas necessidades em um tempo célere, não se pode conceber a cultura como algo essencializado, fixo, herdado e que se perpetuará pelas gerações. A globalização econômica está inevitavelmente ligada a globalização cultural, “um processo que se reflete na criação de um hiperespaço global, um mundo de simulações e de simulacros pautado pela instantaneidade e

pela superficialidade (BAUDRILLARD, 1991 apud ANICO, 2005, p. 72).

Stuart Hall, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), faz um breve apanhado histórico a respeito do que ele considera ser os três tipos de sujeito: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Para o autor, o sujeito do Iluminismo era:

Um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo. (HALL, p. 10, 2006).

A noção de sujeito sociológico, por sua vez, refletia a crescente complexidade do mundo moderno, no qual o indivíduo passa a perceber que não é autossuficiente e sua formação depende da relação com outras pessoas, inclusive das relações culturais. Já o sujeito pós-moderno é caracterizado por não ter uma identidade fixa ou permanente – também conhecida como fragmentada –, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987 apud HALL, p. 13, 2006).

Vivemos hoje uma cultura de movimento: em um mundo contemporâneo no qual mercadorias são produzidas e consumidas em uma escala global, podemos verificar uma tendência em mudar o que antes era considerado inviolável. A possibilidade de liberdade geográfica, de expressão, opinião, credo, crença, religião, opção sexual também se estende à identidade e à cultura. De acordo com Anico (2005), nesse cenário de intensificação de fluxos e ideias é possível verificar um crescente distanciamento dos indivíduos em relação ao seu passado histórico, suas raízes e origens, produzindo sujeitos descentrados em busca de instrumentos de identificação e vinculação locais nesse novo contexto global.

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo. (HALL, 2006, p. 9).

O processo de globalização da cultura nacional submete os sujeitos a inúmeros episódios de interação e de intervenção, conectando comunidades de todo o mundo,

resultando em um indivíduo cada vez mais integrado socialmente. Pensando em uma escala global, essa tendência de identidade fragmentada e cultura não consolidada gera um sentimento nostálgico em relação ao passado, o que resultou na criação de uma indústria de patrimônios. Muitas estratégias vêm sendo criadas para que não se perca a sensação de pertencimento, de ancestralidade, e muitas vezes é necessário que se criem instrumentos que resgatem, idealizem ou até mesmo, inventem memórias. A partir dessa interação contínua entre culturas e ideologias, são produzidas “identidades abertas, desprendidas dos referentes tradicionais de espaço e tempo, vez que essas demarcações são dissolvidas”. (SOUZA, 2014, p. 95)

Sendo um dos objetivos específicos deste trabalho entender como a tendência preservacionista e o crescimento do processo de expansão patrimonialista têm atropelado determinadas questões simbólicas e estruturais em busca de uma possível materialidade obsoleta, refletimos aqui um pouco sobre o que Anico (2005) denomina de *boom da memória*. O fenômeno da dinamicidade – não planejada e não proposital – da história e da cultura, proveniente da aceleração dos processos globais repercutiu na proliferação de lugares de memória, que buscam valorizar as identidades locais e os vestígios do passado através de ideologias nacionalistas. O *boom da memória* pode ser visto como uma preocupação global em preservar o passado, configurando-se como uma estratégia de proteção “baseada na conservação de identidades centradas, unidas e coerentes, mediante à valorização do patrimônio e da memória, como resposta às pressões das forças da globalização, ao desconforto do presente e às incertezas do futuro”. (ANICO, 2005, p. 75).

A partir da globalização cultural e da proliferação patrimonialista, observa-se uma tendência crescente no que diz respeito à instituição de museus, memoriais, monumentos, lugares de memória. De acordo com Huyssen (2000, p. 28), “precisa-se da memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e espaço”. Com a proliferação desses espaços, deparamo-nos com uma importante inquietação em relação à apropriação e identificação desses lugares pelos sujeitos sociais, os quais deveriam se sentir representados por tais patrimônios.

O indivíduo fragmentado, com identidades múltiplas e não consolidadas, muitas vezes, não se reconhece perante tal patrimônio enquanto representação do passado. A infinita possibilidade de interpretações resulta em uma avaliação positiva, mas, também, em uma avaliação negativa da tentativa de representação, o que depende da trajetória pessoal de cada

sujeito. As condições de cada observador conferem sentido e experiência única, “significado esse que pode ser construído e negociado por diversos actores sociais, cujas relações de poder nem sempre são simétricas, e cujos interesses não são rígidos ou fixos” (ANICO, 2005, p. 77). O olhar de cada pessoa para determinado patrimônio possui significações plurais e que, frequentemente, conflitam-se. Huyssen (2000) discute sobre tal fenômeno no primeiro capítulo do seu livro *Seduzidos pela memória*, e faz um importante alerta sobre a ingenuidade de se pensar que os museus podem suprir tal instabilidade:

A crença conservadora de que a musealização cultural pode proporcionar uma compensação pelas destruições da modernização no mundo social é demasiadamente simples e ideológica. Ela não consegue reconhecer que qualquer senso seguro do próprio passado está sendo desestabilizado pela nossa indústria cultural musealizante e pela mídia, as quais funcionam como atores centrais no drama moral da memória. A própria musealização é sugada neste cada vez mais veloz redemoinho de imagens, espetáculos e eventos e, portanto, está sempre em perigo de perder a sua capacidade de garantir a estabilidade cultural ao longo do tempo (HUYSSSEN, 2000, p. 30, grifo nosso).

Hall (2006) introduz no capítulo IV do livro: *A identidade cultural na pós-modernidade* o conceito do que ele chama de *homogeneização cultural*. Segundo o Hall (2006, p. 75), a medida que a vida social converte-se em uma alienação global de estilos marcados por “lugares e imagens, viagens internacionais, imagens da mídia e sistemas de comunicação globalmente interligados, mais identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente”. A partir da globalização, analisamos um mundo pós-moderno não como um anulador das antigos costumes e tradições, mas sim uma flexibilização das velhas identidades, que costumavam ser enraizadas e bem delimitadas, através da criação simultânea de “novas identificações globais e novas identificações locais” (HALL, 2006, p. 78).

Essas alterações resultantes da globalização podem explicar determinados fenômenos que ocorrem no cenário patrimonial, e que ainda não possuem uma explicação consensual pelos seus pesquisadores. Ao realizar uma análise do patrimônio histórico mundial, inquietamo-nos em desvendar se as iniciativas patrimonialistas são pautadas em uma real vontade de representação de uma pluralidade identitária, ou se são reflexo de interesses pessoais, políticos, ou de classes dominantes.

Além das questões supracitadas, outro fenômeno interessante e que vem sendo muito elencado nas discussões patrimoniais atuais é sobre a homogeneização das cidades, em que centros urbanos tornam-se palcos para criação de cenários históricos e, conseqüentemente, venda de uma memória forjada para as empresas de turismo.

Henri-Pierre Jeudy faz parte de um conjunto de analistas que discutem tal movimentação urbana. Em seu livro *Espelho das Cidades*, composto de dois volumes, o autor faz uma crítica sobre o que ele chama de *espetacularização das cidades*, discutindo sobre dois processos distintos: a patrimonialização e a estetização urbana. As críticas do autor giram em torno da reprodução dos centros históricos europeus, os quais estão tornando-se cada vez mais parecidos, resultando em uma memória simulada que se afasta da realidade histórica das cidades.

Essa espetacularização está associada a estratégias de marketing que buscam construir uma imagem “culturalmente padronizada” de uma cidade, que garantam a participação dela em uma rede internacional do consumo do turismo. Pensando a partir de uma visão contemporânea, a teoria da *espetacularização das cidades* de Jeudy (2005) dialoga com o *boom da memória* de Anico (2005) e com a *homogeneização cultural* de Hall (2006), visto que são fenômenos decorrentes das novas emergências trazidas pela globalização. A cultura, a memória e o patrimônio passaram a ser produtos a serem consumidos, uma vez que “o mundo deve se tornar um grande museu para que a identidade, a etnicidade, a alteridade não sejam mais do que rótulos, e que a invocação destas últimas sirva sobretudo para o comércio turístico mundial” (JEUDY, 2005, p. 42).

De acordo com Jeudy (2005), o consumo cultural trouxe uma espécie de competição entre as cidades, que, cada vez mais, esforçam-se para tornar a sua paisagem urbana interessante para os turistas. Isso faz com que gestores e investidores passem por cima de determinadas questões históricas, executando estratégias que consigam “vender” a imagem das cidades, inserindo-as em uma rede de competição global pelo turismo. Segundo o autor, essas ações são consideradas estratégias de marketing. Também chamadas de *branding* urbano, que buscam garantir um lugar na lógica internacional de consumo cultural. As cidades buscam se adaptar cada vez mais a um modelo padronizado que chama a atenção de agentes financiadores de projetos urbanos. Como consequência desses planos, as cidades se revitalizam, porém, tornam-se reflexo de uma cultura de consumo patrimonialista.

Em entrevista para o jornal A Folha de São Paulo, Jeudy (2005) explica que a fonte do problema não está na preservação de edifícios históricos, mas, sim, no processo da conservação, que torna as cidades cada vez mais parecidas a partir de uma tendência em comercializar os centros históricos. Segundo o autor, que já esteve em Salvador em uma diferença de 15 anos entre uma visita e outra, a cidade tornou-se uma vitrine de loja: “O centro, que era uma área viva, se transformou num museu, um pólo para turistas. Esse princípio da conservação, de fazer do centro um museu, é uma síndrome de morte da cidade.

Ele petrifica a cidade.” (JEUDY, 2005). Ainda segundo Jeudy (2005), o mesmo acontece com inúmeras cidades europeias, como Paris, Marseille, Lyon, entre outras.

Jeudy (2005) menciona em seu livro uma visão interessante a respeito do Japão, que segundo o autor, tem uma noção patrimonial diferente das demais nações. Segundo ele, os japoneses aprenderam a conviver com a ideia de que a materialidade a qualquer momento pode ser perdida, a partir de eventos naturais como terremotos ou até mesmo por conta da ação humana, como bombas atômicas. Sendo assim, eles não conservam edificações ou monumentos, mas vivem seus rituais diariamente, e suas tradições permanecem vivas, sem a necessidade de criar ou petrificar memórias. Os templos são refeitos de tempos em tempos e a cidade pode ser considerada um local sem memória material, mas muito rica em memória imaterial.

O patrimônio cultural dialoga diretamente com a identidade de um povo, visto que a constituição patrimonial nasce a partir da necessidade de preservação de um bem para sociedade, com o intuito de materializar a história de uma nação, representando a sua identidade. Deparamo-nos, então, com uma dialética intrigante que caminha em sentidos opostos. Como entender o verdadeiro sentido do patrimônio cultural – o qual tem uma ideia de permanência, conservação e representação – em meio a um mundo globalizado, no qual o homem pós-moderno é dotado de uma identidade fragmentada – híbrida, flexível, de constantes mudanças? Essa é uma inquietação que acomete não somente a nós, como a maioria dos pesquisadores do patrimônio cultural. Segundo Huyssen (2000):

Nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto. (HUYSSSEN, 2000, p. 32).

Acreditamos ainda não existir uma resposta definitiva para tal pergunta, afinal, estamos vivendo uma conjuntura que ainda está em processo. De fato, o mundo está em uma constante transformação, assim como o homem, sua identidade e suas necessidades. O patrimônio cultural não é responsável por definir a identidade de determinada pessoa, mas pode ser considerado sim, parte indissociável e relevante na constituição identitária de um grupo.

4.2 A memória e o patrimônio cultural como ferramentas na construção da identidade

O tema da memória tem sido, há muitos de anos, um diálogo recorrente entre grandes estudiosos. Por ser considerado um fenômeno multidisciplinar, a memória é discutida em diversos campos, como na filosofia, sociologia, psicanálise, literatura, história, e se desdobrando em outras áreas de investigação. Importantes nomes da ciência tiveram sua pesquisa – ou ao menos uma parte dela – voltada para o estudo da memória, a exemplo de Bergson, Ricouer, Freud, Proust, Ebbinghaus, Marc Bloch, Halbwachs, Nora, entre muitos outros.

O termo memória tem sua origem etimológica do latim *memoria*, de *memor*, e significa “lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado e habilidade de acessar essas informações na mente”³³. Podemos explicar a recorrência em se estudar o fenômeno da memória a partir do seu caráter cíclico no cotidiano humano: todos os nossos atos são simultaneamente transformados em lembranças, as quais são a todo tempo operacionalizadas. O ato de rememorar é uma prática instintiva e que se reproduz através do tempo, conservando aquilo que foi significativo para determinado sujeito, coordenando experiências passadas as quais dão sentido ao presente e orientam a construção do futuro.

A memória é essencial para um grupo, porque é parte indissociável no processo de construção da sua identidade. Considerando que a identidade é o conjunto de particularidades de um povo, englobando a sua história, características, referências e influências, a preservação das memórias pode ser considerada o cerne estrutural da identidade social, uma vez que as informações do passado servem como base para explicação e entendimento das manifestações culturais de um grupo. Ao evocar o passado, os agentes envolvidos na construção identitária tem a oportunidade de compreender e analisar os processos que os levaram até o seu atual estado social e cultural.

Vários são os processos que dão origem à identidade de um povo. Segundo Primo³⁴ (2014), a identidade nacional pode ser vista a partir da interação de quatro fatores: os *fatores primários*, que podem ser exemplificados através da etnia, território, espaço, idioma e religião; os *fatores geradores*, que são o desenvolvimento dos meios de comunicação, a

³³ MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

³⁴ Para saber mais sobre os fatores formadores da identidade, sugerimos a leitura do artigo: *Patrimônio, Política e Sociomuseologia*, escrito por Judite Primo.

formação das cidades e afins; *os fatores induzidos*, que são aqueles introduzidos pelas camadas controladoras, como a criação de uma língua oficial e o estabelecimento de um sistema de educação nacional; e, por fim, *os fatores reativos*, que são a reação das identidades oprimidas pelos grupos sociais dominantes.

Quando se fala em formação identitária, é importante observar que as identidades podem ser construídas pelos atores sociais através de processos reminiscentes individuais e coletivos, mas, também, podem ter origem a partir das instituições dominantes. Podemos considerar, assim, que a identidade de um povo é fruto da história oficial, da história oral, da geografia, da memória coletiva, mas, também, dos aparelhos de poder e dos aparelhos de ordem religiosa, podendo ser considerada uma construção com vários ascendentes.

A produção do espaço é determinada por relações socioespaciais e de poder. Que o direito à cidade e ao espaço reclamado pelo filósofo francês, há pelo menos quatro décadas, continua sendo motivação para a luta de muitos e que tais utopias só se concretizam quando essa parcela da população, mantendo relações de poder, possa fazer valer seus direitos, para se impor diante dos conflitos e contradições geradas pelo capitalismo em suas novas formas expressas nos artefatos modernos. (MARTINS, 2006, p. 37, grifo nosso).

Em meio a um mundo globalizado, não se pode encarar a identidade como uma predisposição unificada e fixa para determinada população; esta deve ser vista como um processo passível de constantes atualizações, advindas das novas sociabilidades que surgem espontaneamente no dia a dia do homem moderno. O sujeito contemporâneo passa a ser resultado de uma nova sociedade moderna, em que os conceitos de paisagem, de cultura, de valores e de nacionalidade deixam de ser unificados e se fragmentam, derivando em múltiplas identidades, resultando em comunidades cada vez mais conectadas.

A partir dessa convergência da globalização, Stuart Hall foi um dos autores que discutiram a chamada “fragmentação da identidade” ou “crise de identidade”. Hall foi um teórico cultural e sociólogo britânico-jamaicano que assumiu um importante papel no campo dos estudos culturais por volta de 1950, em um momento em que as teorias existentes eram insuficientes para explicar as novas características sociais que passaram a surgir. Em seu livro *The question of cultural identify*³⁵, o autor explica que, inicialmente, o indivíduo era pautado por uma noção individualista do sujeito, no qual este era totalmente unificado e centrado, tendo uma identidade que nascia com o mesmo e não se alterava ao longo da sua existência. Houve, então, uma evolução sociológica no que diz respeito a esse conceito, e a identidade

³⁵ O livro *The question of cultural identify* possui versão traduzida para o português, com o título: *A identidade cultural na pós-modernidade*, traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro.

passa a ser o resultado de uma interação interna e externa, entre o eu e a sociedade.

Segundo Souza (2014), essa mudança surgiu a partir da noção de individualidade advinda da libertação dos preceitos da Igreja, no qual o homem não dependia mais da divindade, podendo ser o seu próprio soberano. Eis que nasce, assim, o sujeito pós-moderno, que vê a identidade como um processo, sem permanência ou estabilidade, também nomeada como fragmentada. “A identidade torna-se uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente” (HALL, 2006, p. 13 apud SOUZA, 2014, p. 93).

Segundo Hall (2006), um dos principais impactos da globalização sobre a identidade é a “compressão do espaço-tempo”, trazendo a ideia de um mundo com distâncias cada vez mais encurtadas onde acontecimentos locais têm um rápido impacto sobre indivíduos que podem estar fisicamente muito distantes. “O que, então, está poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais, agora, no fim do século XX? A resposta é: um complexo de processos e forças de mudança, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo globalização” (HALL, 2006, p. 67).

De acordo com Hall, várias são as vertentes que influenciam na constituição da identidade do homem pós-moderno, sendo a cultura nacional a principal fonte. Essa cultura vincula o indivíduo à sua história, sua cidade, sua nação, atrelando-o a esses elementos. Ainda de acordo com Hall, “tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] as culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2006, p. 51 apud SOUZA, 2014, p. 95).

Relacionando os conceitos de identidade, memória e patrimônio, percebemos que a memória possui uma estreita relação com o patrimônio de um povo, visto que as representações culturais advindas da reminiscência podem ser consideradas pontos de referência da identidade. Depreendemos, assim, que a construção da identidade está diretamente relacionada com a preservação das memórias. De acordo com Costa (2017), a memória nutre a identidade, produzindo uma trajetória e uma narrativa de vida.

O espaço, por sua vez, é signo idiossincrático da memória, já que as cidades são lugares físicos e simbólicos que contam a história de uma civilização, materializando os entaves políticos, econômicos, sociais, geográficos e tantos outros processos subjetivos pelos quais determinada sociedade passou até atingir o seu estágio atual. As vivências ocorridas no meio urbano se reproduzem nas memórias, servindo como base para a identidade das futuras gerações.

Conforme elucidado por Pierre Nora e mencionado na seção anterior, é importante ressaltarmos o efeito simbólico dos espaços. Apenas o espaço físico não é o suficiente para condicioná-lo como ferramenta da memória e, conseqüentemente, da identidade. Os sentidos e as experiências ali travadas, que causam uma percepção especial a quem o utiliza, são o que o torna único. Sendo assim, devemos ir de encontro à tendência em patrimonializar somente edificações que sejam esteticamente hegemônicas, mas, sim observarmos os detalhes que vão além do olhar físico. Essa disposição em se preservar obras que, para um determinado grupo, consideram-se belas, é um conceito falho e uma tendência histórica que vem sendo desconstruída ao longo dos anos.

A globalização trouxe uma série de mudanças substanciais no cotidiano das sociedades, inclusive na forma de vida no meio urbano. Vários fatores influenciaram na alteração das paisagens urbanas, como, por exemplo, as guerras e Revolução Industrial. O progresso técnico-científico derivou uma cadeia de mudanças que influenciaram fortemente a paisagem urbana das cidades. Com avanço tecnológico a partir da Revolução Industrial, surgiu a possibilidade de estudos mais precisos que permitiram a utilização de novos materiais, como o aço e o vidro, e, também, uma mão-de-obra mais qualificada, abrindo espaço para novas possibilidades construtivas e colocando em risco as antigas edificações.

Com as demolições advindas das guerras e a substituição de antigas edificações por novas tendências arquitetônicas desencadeadas pelo avanço tecnológico, muito das cidades se perdeu. E essa perda foi sentida pelos seus usuários - os cidadãos - que passaram a ter o sentimento de não pertencimento ao seu próprio meio. Os indivíduos tiveram que lidar com uma crise identitária, já que aquilo que era tido como estável entrou em declínio.

A necessidade de normatização da proteção do patrimônio cultural surgiu a partir de uma demanda advinda das novas sociabilidades contemporâneas. Como dito anteriormente, o mundo passou por diversas mudanças estruturais no final do século XX, que resultaram em um novo indivíduo contemporâneo. Uma das conseqüências dessas mudanças foi a fragmentação da identidade social, que antes era considerada unificada. O homem, por sua vez, teve que se adaptar a essas mudanças, desconstruindo a ideia de identidade e cultura intocáveis e dando espaço a um sujeito constituído por uma identidade múltipla.

O crescimento desordenado das cidades resultou em uma sensação de não-pertencimento do indivíduo para com o seu espaço, o que pode ser considerado um dos fatores de fragmentação da identidade social. Quando o homem se depara com um espaço que não fez parte do seu desenvolvimento, ou seja, quando a memória é forjada, esse lugar passa a ser um cenário alheio à sua história, sem referência. A agitação dos centros urbanos causa o

sentimento de perda e vazio com relação ao passado, conforme afirma Martins (2006, p. 24) quando diz que “a cidade é uma morada, um habitat atravessado por uma complexidade de elementos que servem ao cidadão como fonte de formação identitária”. Corroboramos dos pensamentos de Souza (2014), quando ela diz que,

Assim, a partir do momento em que o sujeito cartesiano, estável, fixo e unificado, é desestabilizado com o surgimento da noção pós-moderna, que rompe com essa pretensa coerência e rigidez, a identidade passa a ser uma questão problemática, cercada de dúvidas e incertezas. Disso decorre a sensação de insegurança que acompanha o sujeito pós-moderno, insegurança em razão da natureza cambiante da identidade, a qual faz com que ele não se perceba mais como um ser integrado, dotado de uma essência unívoca. *Isso significa, em última análise, que o sentimento de pertencimento e os referentes que fixam e integralizam o sujeito em torno de uma essência segura e estável se debilitam.* (SOUZA, 2014, p. 93, grifo nosso)

Assim como a identidade, o espaço se altera constantemente. Novas paisagens são criadas de acordo com a necessidade do homem: algumas têm origem no desenvolvimento econômico, outras têm uma motivação política, mas todas com o poder de alterar substancialmente o cenário das vivências humanas. E, ao serem alteradas, deixam de ser reconhecidas por parte da sociedade como fonte das memórias sociais e da identidade de um povo. Olhando por um viés mais positivista, estas passam a ser fonte para construção da identidade das futuras gerações.

Percebemos que o espaço tem um importante papel na construção da identidade e da memória social de uma sociedade, visto que ele é a materialização dos processos travados pelo homem para se afirmar não como um único indivíduo, mas como parte integrante de um grupo. As cidades, por sua vez, localizam espacialmente o indivíduo, atrelando-o a elementos que são ferramentas nos processos de identificação. Por mais que exista a possibilidade de mudança de localidade, aquele ambiente ainda manterá reflexos no processo identitário individual do sujeito.

Assim como essas lembranças, as quais possuem valor simbólico para quem as detém, podem ser considerados também o patrimônio material e imaterial. As danças, tradições, comidas, monumentos, objetos, edifícios e as mais diversas formas de manifestações culturais têm grande sentido para quem se apropria deste patrimônio como memória, uma vez que, teoricamente falando, algo passa a ser considerado patrimônio quando este representa a identidade de um grupo. O patrimônio é vivo, deve ser apropriado pelo seu grupo e só tem sentido se assim for visto. “Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo” (GONÇALVES, 2015, p. 213).

Depreendemos, então, que tanto a memória quanto o patrimônio cultural podem ser considerados importantes fontes de referentes identitários, a partir dos quais o indivíduo se identifica e utiliza como ferramentas de evocação do passado através da reminiscência. A memória atua como gerenciador do passado, não sendo possível a reprodução de uma cópia fiel da história, mas recuperando os momentos existentes e adaptando-os para que sirvam como base para construção de um presente (SOUZA, 2014, p. 106). Para finalizar esta reflexão, encerramos com uma importante passagem de Joel Candau (2011), quando teoriza que a memória:

“[...] vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade”. (CANDAU, 2011, p. 16).

4.3 NOVA MUSEOLOGIA

O desenvolvimento de uma temática como campo disciplinar depende da revisão contínua dos seus fundamentos e premissas, além de uma perspectiva crítica sobre a sua produção. No final dos anos 1960, houve um primeiro movimento em se estudar a Museologia como campo, ato que partiu de Z. Z. Stránský, o qual propôs um “*sistema da Museologia onde esta era exposta em seus aspectos históricos, estruturais e práticos*” (STRÁNSKÝ, 1980 apud SCHEINER, 2012). A museologia vem apresentando nos últimos 20 anos uma considerável sistematização das suas teorias e consequente enquadramento como campo disciplinar.

De acordo com Teresa Scheiner (2012), em seu texto: *Repensando o museu integral: do conceito às práticas*, a criação do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM³⁶), em 1976, foi um dos passos mais importantes que influenciaram de maneira decisiva na revisão e criação de documentos emblemáticos, os quais constituem hoje uma base da teoria museológica. Nos anos de 1980, a publicação dos *Museological Working Papers* e a criação da revista do ICOFOM, chamada ICOFOM-ISS³⁷ - *Study Series*, fez com que o debate sobre a questão museológica se ampliasse entre os profissionais da área e acabou por introduzir o assunto no meio acadêmico. A Museologia passou a ser uma disciplina de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo do museu como fenômeno. Os debates acadêmicos e a consequente produção de documentação teórica surtiram efeito no que se chama de Nova

³⁶ ICOFOM – Sigla de: International Committee for Museology of the International Council of Museums.

³⁷ ICOFOM-ISS – Sigla de: ICOFOM Study Series.

Museologia, movimento internacional que defende a ideia que os museus devam ter um olhar mais direcionado ao social.

Em 1989, foi criado o ICOFOM-LAM³⁸, o primeiro grupo de estudos teóricos sobre a Museologia da América Latina, o qual desenvolveu um conjunto de reflexões que versam sobre a evolução dos conceitos de museu e patrimônio, fortalecendo os estudos no campo da Museologia. Em 1991, o ICOFOM-LAM criou e editou os primeiros números do seu boletim e, em 1993, foi criado o grupo de estudos sobre Terminologia da Museologia, durante uma reunião anual do ICOFOM. Em 1995, foi criada uma Cátedra UNESCO direcionada ao estudo da Museologia e do Patrimônio Mundial, o que pode ser considerado um grande passo para o aprimoramento das discussões patrimoniais.

Todos os eventos supracitados foram terminantemente decisivos no desenvolvimento da Museologia atual, visto que a cada movimento, novas discussões foram elencadas e novos materiais foram construídos, os quais serviram de aporte para as gerações posteriores que se interessaram no debate preservacionista. A partir desses movimentos, a produção Museológica ganhou força, sendo adotada pelas principais universidades que tinham no seu programa o estudo cultural, desencadeando na criação de novos programas de pós-graduação destinados especificamente ao estudo da Museologia. Esses cursos adotaram as produções do ICOFOM e do ICOFOM-LAM como referências bibliográficas e passaram a desenvolver ainda mais conteúdo sobre a questão do patrimônio cultural.

Segundo Primo (2014), as mudanças sociais ocorridas a partir do final dos anos 60 do século XX foram decisivas para o movimento da Nova Museologia, já que existe uma grande inclinação por parte das instituições museológicas em transformar estes ambientes em locais de debate em torno de questões sociais, além da ênfase tradicional de exposição de objetos e artefatos. Isso não significa uma mudança intrínseca na atividade dos museus; mas, sim, aduz a importância da união de ambas atividades para que haja uma aproximação do objeto com a comunidade; do utópico com o real.

Em 1968, aconteceu a 8ª Assembleia Geral do ICOM, em Munique, na Alemanha, na qual sugeriu, em seus textos, a prioridade ao desenvolvimento de museus com caráter regional, e a recomendação que estes fossem abertos ao público jovem, para que essa geração tivesse uma maior oportunidade de participação na produção cultural. Em 1971, aconteceu a 9ª Assembleia Geral do ICOM em Grenoble, na França, na qual se produziu uma resolução que afirmava que “os museus devem estar, antes de tudo, a serviço de toda humanidade [...]”. A

³⁸ ICOFOM-LAM – ICOFOM América Latina.

principal meta dos museus é a educação e a transmissão de informação e de conhecimento, por todos os meios disponíveis”. Foi nessa assembleia ainda que um ponto muito importante foi posto em discussão: o da necessidade de atualização das Práticas Museológicas. Foi questionado o conceito tradicional de museu, e recomendado que estes levassem em conta a constante mudança pela qual a sociedade está passando, e se adaptassem as essas mudanças, debate que deu início ao que mais tarde seria chamado de Nova Museologia.

O termo *peessoas-recursos* foi inserido por Hugues de Varine (2000) e é utilizado para descrever o museólogo que participa dessa Nova Museologia, o qual tem como base a introdução da ação comunitária na instituição museológica, interpretando os códigos da identidade coletiva. Emerge-se uma necessidade de resistir contra os determinismos da história oficial, no qual são eleitos heróis que devem ser vangloriados e preservados. A Nova Museologia é contrária a esses princípios, investindo na memória do social, possuindo um caráter militante que torna as ações culturais o objeto de estudo dos novos museus, respondendo à necessidade da sociedade em se preservar não somente a materialidade, mas, também, a imaterialidade.

Segundo Primo (2014), as novas políticas museais não devem deixar de lado o resgate dos objetos autênticos de uma sociedade, mas, sim, pôr em relevância a sua representação sociocultural. Para isso, os institutos museológicos devem não somente expor os objetos em sua materialidade, mas, sim, difundir os seus significados aos usuários daquele museu, propondo uma relação direta entre objeto e sentido.

Scheiner (2012) discute sobre o termo *ecomuseu*, a sua origem e a importância no discurso museológico. Segundo a autora, este termo foi criado a partir de uma ocorrência circunstancial e passou a ser visto como sinônimo de um museu comunitário baseado na relação entre espaço, patrimônio e identidade. Scheiner (2012) afirma que o *ecomuseu* não rompe com o tradicional, mas constitui uma importante via de ressignificação das comunidades que desejam valorizar o seu patrimônio em âmbito local. O *ecomuseu* tem como principal prerrogativa a renovação e a relativização do poder, em que as decisões são compartilhadas entre os profissionais museológicos e as lideranças comunitárias.

De acordo com Primo, a Nova Museologia rompeu com muitas tradições museais, dando um protagonismo maior às ações comunitárias, o que representou um novo caminho no processo de conscientização patrimonial. Uma sociomuseologia proporciona uma maior democratização no acesso à cultura, de forma que as ideias, a preservação e a educação ganham um novo foco em que o social é priorizado. O museu passa a ser um local de debates, sendo um alicerce para o diálogo e para compreensão do tempo presente.

É possível verificarmos na Casa Memorial Régis Pacheco uma tendência no que diz respeito às características da Nova Museologia, o que demonstra uma importante preocupação por parte dos idealizadores em abrir o espaço para a população. Além de ser um espaço de exposições, a Casa conta com um local de múltiplo uso, que recebe desde amostras de cinema local até reuniões administrativas da prefeitura. A dinamicidade encontrada na Casa Memorial Régis Pacheco é positiva para a sua manutenção, visto que, diferentemente do que era imaginado antigamente, a partir das alterações advindas da globalização, o museu não se mantém sendo somente um local de culto à memória e salvaguarda de objetos antigos, mas, sim, um lugar de propagação de conhecimento, em que exista uma interação e reconhecimento entre sujeito e objeto.

É necessária uma democratização das fontes de pesquisa, abrindo caminhos para uma maior pluralização dos trabalhos, o que evitaria uma possível manipulação das narrativas museológicas para saciar a necessidade das classes dominadoras da sociedade. Para Scheiner (2012), os museus devem ser permeáveis a todas formas de expressão humanas, podendo ser considerados elementos de afirmação e pertencimento do homem perante a sua identidade. A autora ressalta que essas recomendações não significam desenvolver-se distante da legislação técnica ou dos padrões tradicionais, mas, sim, relativizar a teoria com a prática, o utópico e o real. Os museus devem atuar como lugares de inclusão, onde deve ser feito um equilíbrio entre a materialidade e o social, tendo como resultado um ambiente de memória e identidade, estimulando a sociedade a ter uma nova percepção do patrimônio.

Museus podem articular experiências que, efetivamente, levem a percepções mais abrangentes e críticas das realidades vivenciadas pelos grupos sociais, desenvolvendo iniciativas onde se articulem atores de diferentes matrizes socioculturais e campos do conhecimento, com um objetivo comum – valorizar as referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo ‘real’ (SCHEINER, 2009, p. 27).

5 CONCLUSÃO

Analisando o modo de interação do homem com as estruturas culturais traduzidas em estruturas físicas, é possível afirmarmos que as cidades são uma espécie de tradução dos processos históricos, os quais, muitas vezes, aconteceram de forma desordenada e sem propósito evolucionista. As construções são moldadas de acordo com interesses particulares, e os processos patrimonialistas são resquícios da cultura que permeia as veias coloniais – da manifestação do poder, motivado por política sem utilização eficiente de ambientes.

Considerando a história das Américas (COSTA, 2016), vemos claramente a arquitetura como uma representatividade do processo capitalista desde os tempos da colonização americana. Exemplificamos essa prática, ressaltando, aqui, os processos de aculturação pelos jesuítas no Brasil, até mesmo as semelhanças arquitetônicas entre cidades portuárias africanas e brasileiras. São fatos que surgiram de processos históricos e culturais, materializando interesses de uma determinada parcela social. Tais processos de crescimento e expansão depreendem-se claramente não apenas das formas físicas, como, também, do intangível, da cultura e da mentalidade da época. A colonização foi, de fato, efetuada pelos Europeus, refletindo uma mentalidade expansionista e materialista.

Atualmente, temos algumas correntes de pensamentos, talvez mais evolutivas, e voltadas para construções sustentáveis. Percebemos uma tendência em se construir com um novo foco adaptativo, utilizando as mais variadas técnicas e edificando construções que, realmente podem ter uma importância social. É possível notarmos uma forte propensão para a desmaterialização das coisas, exemplificada através do conceito minimalista. Trata-se, contudo, de um processo embrionário, uma vez que o modo de vida atual reflete uma construção baseada em pilares históricos e culturais.

Muitas são as variáveis que envolvem o que, oficialmente, é considerado um patrimônio cultural. Muitos lugares podem ser abraçados pela sociedade como lugares de memória, mas, legal e politicamente, podem não ser reconhecidos como tal. Por outro lado, muitas edificações que são consideradas históricas e esteticamente belas por determinado grupo podem ser preservadas e restauradas pelo poder público, mas não ter uma relação intrínseca com os indivíduos que estão ao seu redor.

A prática patrimonialista ainda se configura como um campo de controvérsias. O que caracteriza um determinado edifício como “digno” de ser considerado um patrimônio cultural? Muitas hipóteses podem ser levadas em conta para responder essa pergunta: o seu tempo de existência; a individualidade dos materiais empregados; a especificidade do seu

projeto arquitetônico; as histórias que ali ocorreram. Mas, o que é considerado patrimônio para determinada pessoa pode não ser para outra.

Partindo da hipótese de que a Casa Memorial Régis Pacheco é, legalmente, um patrimônio cultural do município de Vitória da Conquista – BA e tendo ciência a respeito da sua função como museu histórico e político da cidade, buscamos através deste trabalho analisar qual a relação e a percepção da população local com o edifício. A necessidade de analisar essa ligação nasceu a partir da pesquisa de campo sobre o objeto de estudo, momento em que obtivemos indícios por meio de entrevistas e documentos que a edificação, apesar de ter sido restaurada, ser histórica e estar aberta ao público para visitas, ainda é subaproveitada pela população.

Buscando entender tal fenômeno, procuramos realizar uma discussão contemporânea sobre o patrimônio, estudando teorias que conseguem, de maneira mais prática, explicar a hipótese da incoerência presente nos processos de patrimonialização. Para isso, analisamos o objeto de estudo deste trabalho a partir de duas concepções da memória: a primeira, com princípios mais tradicionalistas, embasada por Maurice Halbwachs e Pierre Nora. A segunda, caracterizada por pensamentos mais contemporâneas, utilizando obras de Pascal Boyer e Yuval Hahari.

Aplicando a teoria de Boyer (2018) ao objeto de estudo desta dissertação, acreditamos que a patrimonialização da Casa Memorial Régis Pacheco pode ser considerada um produto da tradição de se preservar. A análise de como a população local interage com o Memorial demonstra de forma evidente a ação histórica em conjunto com a evolução da espécie. Observamos que, diante de novos artefatos das mais diversas e “calorosas” formas de diversão utilizadas pela sociedade atual, inferimos que se trata mais de um tombamento, talvez, motivado por interesses de cunho estritamente político, transmitidos de geração em geração, do que, necessariamente, um tombamento com o intuito de fazer uma inserção do Memorial no cenário cultural conquistense.

Tanto no processo de tombamento quanto no processo de restauro da casa, é possível percebermos e identificarmos que foi realizada uma ação em prol da edificação, porém ambos percorreram um caminho contrário do que seria tradicionalmente decoroso no que dizem as teorias patrimonialistas, as quais descrevem, primeiramente, um ensejo da população, montagem de um plano de uso e discussões acerca de uma possível funcionalidade, para que, depois, as ações sejam colocadas em execução.

Analisando os dados coletados, ressaltamos que mesmo a cidade sendo berço de civilização indígena, portadora de um conhecimento ancestral extremamente significativo do

ponto de vista adaptativo e evolucionista, notamos que a história e a tradição são contadas e, de fato, preservadas conforme o memorial em questão, que, por sua vez, possui uma história de representatividade pequena, porém, política.

Retomando à hipótese levantada no início deste trabalho, por mais que a edificação em estudo tenha uma importância arquitetônica para o conjunto histórico do centro da cidade, a preservação da memória física não é o principal objetivo da patrimonialização da edificação, mas, sim, a preservação da história da população conquistense através de um recorte político.

Reconhecemos a importância de prover utilidade a certas edificações históricas, visto que só se cuida daquilo que se é utilizado. É importante que as edificações não sejam vistas somente como patrimônios culturais tombados, mas que a sociedade se sinta convidada a visitar e se envolver com esses edifícios, assumindo, também, a responsabilidade pela preservação dessas edificações. O museu, antes de ser para os outros, deve ser para apropriação da comunidade, deixando de ser um lugar de visita e passando a ser um lugar de vivências e de memórias.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 4, p. 5-26, 1998.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. A irreparável perda do Museu Nacional. **Revista Drops**. Set. 2018. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/19.132/7100>>. Acesso em: 04 out. 2019.

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 23, p. 71-86, 2005.

BARAVALLE, Lorenzo. **A função adaptativa da transmissão cultural**. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 269-295, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BARROS, Júlio Cesar Victória; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEN, Sanzio. **Restauração do Patrimônio Histórico: uma proposta para a formação de agentes difusores**. 1. ed. São Paulo, 2013.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória da cidade: lembranças paulistanas**. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: USP, v. 17, n. 47, p. 197-211, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOYER, Pascal; WERTSCH, James V. **Memory in mind and culture**. Cambridge University Press. New York, 2009.

BOYER, Pascal. **Mind make societies: How cognition explains the world humans create**. Yale University Press. United States of America, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1998.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da**

Educação e saúde pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1937.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei 25/37, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 22 set. 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CASA Memorial Régis Pacheco. Direção de Afonso Silvestre; João Omar de Carvalho. Vitória da Conquista: PMVC, 2007.

COSTA, Maria Helena Braga e Vaz da. **Espaço, Identidade e Memória: O Lugar em Era Uma Vez Eu, Verônica**. Espaço aberto. PPGG - UFRJ, v. 7, p. 23-32, 2017.

COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**. Editora Valentina, 1. ed, 2016.

DANTAS, Euclides; FÔNSECA, Humberto; MEDEIROS, Ruy. **Régis Pacheco, 1895-1987: Esboços biográficos**. Vitória da Conquista: Museu Regional. UESB, 1995.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm. Acesso em: 15 out. 2018.

DE OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias. **Conservação, restauração e intervenção em arquiteturas patrimoniais**. Monografia de conclusão do curso de pós-graduação em Arquitetura e Patrimônio Arquitetônico no Brasil. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica RS, p.11-16, 2007.

DE SOUZA, Liliane Pereira. A violência simbólica na escola: contribuições de sociólogos franceses ao fenômeno da violência escolar brasileira. **Revista LABOR**, n.7, v. 1, 2012.

DO SANTOS, José Vicente Tavares. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 108, p.183-190, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, dez. 2015.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. **A política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e a democracia no Brasil**. Ciência & Trópico, v. 12, n. 2, 2011.

FERRARI, Cibele D. Piva; GUEDES, Sandra P. L. C. de Camargo. **A musealização dos bens**

patrimoniais a partir do estudo das representações sociais. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina e II Encontro Estadual do GT de Patrimônio Cultural da ANPUH-SC. Florianópolis, p. 1-15, nov. 2013.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O urbano em construção. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas.** Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FRIEDRICH, Laura Flores. et al. Valorização e conscientização populacional através da educação patrimonial no município de Cruz Alta / RS. **Revista Di@logus**, Cruz Alta - RS, v. 2, n. 1, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2017.

GARCIA, Mariane. et al. A memória que não se perde – quadrilátero central de Presidente Prudente – SP. **Revista Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente – SP, v. 11, n. especial, p. 75-82, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Adriane Santos. A igreja Católica: patrimônio e identidade. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, Aracaju, v.1, n.3, p. 33-40, 2013.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural.** *Historiæ*. Rio Grande, 3, p. 27-46, 2012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, nº 55, p. 211-228, jan-jun. 2015.

GUEDES JUNIOR, Antônio Fernando Cordeiro. Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Los Marcos Sociales de La Memória.** Espanha: Anthropos, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens - Uma breve história da humanidade.** 47. ed. Porto Alegre, RS. 2019.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ICOM. **Pesquisa ICOM Brasil: nova definição de Museu.** Acesso em 2020. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>>.

JEUDY, Henry-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JUNIOR, Francisco das Chagas F. Santiago. **Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 52, pp. 245-279, 2015.

PRIMO, Judite. Cadernos de Sociomuseologia. **Patrimônio, Política e Sociomuseologia**. Centro de estudos interdisciplinares em educação e desenvolvimento. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Vol. 47, n. 3, 2014.

LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvio; LORDELLO, Eliane. **O patrimônio histórico como representação social em Olinda: horizontes para a conservação de cidades tombadas**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada em Olinda. Olinda, n. 10, p. 1-13, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. [original dos ensaios: 1987-1982] [original do livro: 1982].

LIMA, André Souza de; FERRARI, Cibele D. Piva; GUEDES, Sandra P. L. C. de Camargo. Incentivo ao turismo por meio da identificação e mapeamento do Patrimônio Cultural do Distrito do Saí, São Francisco do Sul (SC). **RESGATE - Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. XXIII, p. 93-104, 2015.

LIRA, José Tavares Correia de. **Ruskin e o trabalho da arquitetura**. *Risco (São Carlos)*, v.2, p. 77-86, 2006.

MARTINELLI, Francesca Dalmagro. **A memória arquitetônica entre o monumento e o documento: a documentação dos processos de intervenção no patrimônio cultural edificado**. V seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação, Belo Horizonte, out. 2017.

MARTINS, Clerton. **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

MARTINS, Mariah. Preservar, restaurar e conservar... Inter, multi e transdisciplinarmente. **Scientiarum História VII**. 2014.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Faces da história**. Assis-SP, v.3, n°2, p. 194-212, jul.-dez., 2016.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC/SP, 1993, p. 7-28.

NORA, P. **Comment écrire l'histoire de France?** In: NORA, P. (Org.). *Les Lieux de Mémoire III: Les France 1 conflits et partages*. Paris: Gallimard, 1992. pp. 11-32.

PRIMO, Judite. Cadernos de Sociomuseologia. **Patrimônio, Política e Sociomuseologia**. Centro de estudos interdisciplinares em educação e desenvolvimento. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Vol. 47, n. 3, 2014.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. Tradução: Clara Furtado Lins. **Varia história.** Belo Horizonte, vol. 27, n. 46, 2011.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia.** Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico.** Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Rafaela Nunes; CERQUEIRA, Fábio Vergara. **Acervos arqueológicos e cultura material, de suportes de memória a bem cultural: história, patrimônio e identidade em jogo.** Acervos culturais e suportes de memória. Cadernos de Memória e Patrimônio. 2006.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Entre Memória e História, o que mudou na história? **Revista Brasileira de História.** São Paulo, vol. 8, n. 15, p. 249-255, 1988.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio histórico, memória, história e construção de saberes.** XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

ROSSI, Rafael; ROSSI, Aline Santana. A produção do espaço urbano capitalista: o arquiteto como intelectual orgânico. **Revista Espaço Acadêmico,** n. 138, São Paulo, nov. 2012.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória.** John Ruskin; tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

RUSKIN, John. **Las Siete Lamparas de la Arquitectura.** 2. ed. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1956.

SANTOS, Alfredo Tiago Oliveira. A tragédia da história nacional. **O Estado de São Paulo.** São Paulo, 15 out. 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-dos-colegios-humboldt/a-tragedia-dahistoria-nacional/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

SANTOS, Saulo Ribeiro de; ABREU, Larissa Rachel Ribeiro. **“Nos braços de mnemosine”:** o espaço do museu como lugar de memória e educação. XIII Congresso Nacional de Educação. PUC, 2015.

SALVINI, Leila; SOUZA, Juliano de; MARCHI JUNIOR, Wanderley. **A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas.** Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.26, n.3, p.401-10, jul./set. 2012.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr.2012.

SEARLE, John R. **Mente, linguagem e sociedade: filosofia no mundo real**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SPERBER, Dan. **Explaining culture: a naturalistic approach**. Oxford: Blackwell, 1996.

SPERBER, Dan; HIRSCHFELD, Lawrence A. **The cognitive foundations of cultural stability and diversity**. Trends in Cognitive Sciences. 2004

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS. **Plano nacional de cultura**. 03 jul. 2014. Disponível em: <<http://cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 05 set. 2018.

SILVA, José Otacílio da. **Elementos de sociologia geral: Marx, Durkheim, Weber, Bourdieu**. Cascavel: Edunioeste, 2004.

SILVA, Lara Ferreira da; OLIVEIRA, Luizir de. **O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu**. Rev. FSA, Teresina, v.14, n.3, art. 9, p. 160-174, mai./jun. 2017.

SILVA, Danilo Pinto da; PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. **Fontes para história social do trabalho**. Vitória da Conquista e região – A economia regional nas fontes da Justiça do Trabalho. In: CICLOS DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 10., 2009, Ilhéus, **Anais...** Ilhéus: UESC, 2009.

SMITH, Christian. **Moral, believing animals - human personhood and culture**. Oxford University Press. New York, 2003.

SOUZA, Maria Aparecida Silva de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia**. 1. ed. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

SOUZA, Jantsch Souza. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, vol. 16, n° 1, 2014, UFPB.

SPERBER, Dan. **Explaining culture: a naturalistic approach**. Oxford: Blackwell, 1996.

SPERBER, Dan; HIRSCHFELD, Lawrence A. **The cognitive foundations of cultural stability and diversity**. Trends in Cognitive Sciences. 2004.

TAMASO, I. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. In: PAULA, Z. C. de (Org.). **Polifonia do Patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012. pp. 21-46.

TANAJURA, Mozart. **História de Conquista. Crônica de uma cidade**. 1. ed. Vitória da Conquista - BA, 1992.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 2-3, maio–ago. 2010.

TOLEDO, Luciano Augusto; SHIAISHI, Guilherme de Farias. Estudo de caso em pesquisas

exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo do estudo de caso. **Revista FAE**, Curitiba, v. 12, n. 1, p. 103-119, jan./jun. 2009.

VARINE, Hugues de. **O tempo social**. Eça Editora, 1987.

VIEIRA, Itala Maduell. **A memória em Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Michael Pollak**. XI Encontro Regional Sudeste de História Oral. Niterói, UFF, 2015.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 8.596/96**. Diário Oficial do Município, Vitória da Conquista, ano 1996.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Prefeitura Municipal. **Lei nº 707/93 de 1993**. Diário Oficial do Município, Vitória da Conquista, ano 1993. Disponível em: <<https://pelacidadeblog.wordpress.com/2016/03/30/lei-tombamento-municipal-70793/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

VITÓRIA DA CONQUISTA. Prefeitura Municipal. **Memorial Dr. Régis Pacheco**. Elaborado por Afonso Silvestre e Esmon Primo. 2007.

ANEXO A – Digitalização do decreto nº 8.596/96



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

DECRETO Nº 8.596/96

**DECLARA TOMBADO O IMÓVEL
SITUADO NA PRAÇA TANCREDO
NEVES ONDE RESIDIU O EX-
GOVERNADOR RÉGIS PACHECO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA,
Estado da Bahia, no usando das atribuições que lhe confere o art.74, inciso VI da
Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o imóvel situado à Praça Tancredo
Neves, nº....., foi edificado em estilo neo-clássico e isto representa, historicamente
o marco cultural de uma geração;

CONSIDERANDO que neste mesmo imóvel residiu o Dr. Luiz
Régis Pacheco Pereira, médico nesta cidade durante muitos anos, político e ex-
governador do Estado da Bahia, cuja memória deve ser preservada para futuras
gerações do Município;

CONSIDERANDO Parecer do Conselho de Cultura do
Município, recomendando a sua preservação e, ainda, o que se contém no § 1º do
art.216 da Constituição Federal e também disposições da Lei Municipal 707/93;

DECRETA:

ART.1º - Fica tombado o prédio situado à Praça Tancredo
Neves em estilo neo-clássico, marcado por colunas circulares com justes percorrido
longitudinalmente por caneluras equidistantes, em área de 13m de frente, por 38m
de fundo, em terreno elevado acima do nível da rua, de propriedade do espólio de
Ismênio Silveira.

ART.2º - Fica por este Decreto instituído sobre o imóvel as
seguintes limitações quanto ao seu uso no sentido de proibir alterações na sua
estrutura, fachada, inclusive pintura.



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

I - As obras necessárias à conservação do prédio somente poderão ser executadas após autorização do órgão executor do tombamento, ao qual compete aprovação do projeto de reforma e fiscalização.

II - Portas, janelas, piso, forro e telhado não poderão ser substituídos por material diverso daqueles que ali, atualmente, existem.

ART.3º - A Coordenação de Cultura deverá promover a inscrição ao tombamento do imóvel objeto deste Decreto no Livro de Tombo e oficializar no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Vitória da Conquista.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitória da Conquista, em
28 de maio de 1996.


José Fernandes Pedral Sampaio
Prefeito

ANEXO B – Digitalização da lei nº 707/93



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

LEI Nº 707/93

Institui normas sobre tombamento de Bens Móveis e Imóveis situados no território do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia;

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

ART. 1º - O Município de Vitória da Conquista procederá, na forma desta Lei, ao tombamento total ou parcial de bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existentes no seu território, cujo valor cultural, histórico, artístico, arquitetônico, documental, bibliográfica, urbanístico, ecológico ou hídrico merecem proteção do Poder Público.

ART. 2º - O tombamento de qualquer dos bens descritos no artigo anterior deverá recair de ofício sobre os mesmos, desde que já sejam tombados, anteriormente, pelo Poder Público Federal ou Estadual.

ART. 3º - Os bens tombados na forma desta Lei serão protegidos:

- a - por Órgãos Públicos: Conselho Municipal de Cultura e Departamento Municipal de Cultura;
- b - pelo proprietário, possuidor ou detentor.

§ 1º - A proteção de documentos, obras e



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

02

LEI Nº 707/93

bens mobiliários de valor histórico-cultural far-se-á através de bibliotecas, arquivos e museus, aos quais serão facultadas visitas públicas, desde quando possam despertar interesse à pesquisa histórica ou cultural.

§ 2º - A proteção aos monumentos situados em praças e lugares públicos far-se-á pela polícia administrativa.

ART. 4º - Após o tombamento, passam a se constituir em patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do Município, os bens públicos ou particulares existentes no seu território, notadamente:

- a - as construções e obras de arte de valor ou qualidade estética, principalmente quando representativas de determinada época ou estilo;
- b - as edificações, monumentos e documentos quando vinculados a fato representativo da história local ou ligado a pessoa de excepcional notoriedade;
- c - os monumentos naturais, sítios e paisagens.

ART. 5º - Para que o bem seja tombado é necessário que haja decorrido 25 (vinte e cinco) anos da sua existência.

ART. 6º - O tombamento de qualquer bem de valor histórico, cultural, artístico ou paisagístico será de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal que o fará por decreto e com base em parecer do Conselho Municipal de Cultura.

ART. 7º - O tombamento de coisa pertencente a pessoa jurídica de direito privado ou a pessoa natural



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

03

LEI Nº 707/93

se fará voluntária ou compulsoriamente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Regulamento definirá o processamento de cada uma destas formas de tombamento.

ART. 8º - A partir do exercício seguinte ao da averbação, ficará o bem imóvel tombado isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano.

ART. 9º - Ao bem tombado será prestada proteção administrativa pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e pelos órgãos responsáveis pela sua fiscalização.

§ 1º - A Administração Municipal fará inspeção periódica dos bens tombados a qual consiste em exames e vistorias, sendo-lhe facilitado o acesso.

CAPÍTULO II

DOS EFEITOS DO TOMBAMENTO

ART. 10 - Em nenhuma circunstância o bem tombado poderá ser destruído, mutilado, acrescido ou demolido.

§ 1º - A pintura, o reparo, a restauração ou qualquer alteração no bem tombado dependerá de autorização do órgão administrativo responsável pela execução e fiscalização do tombamento.

§ 2º - A este Órgão competirá a vistoria e a recomendação técnica no qual indicará se julgar necessário, os serviços e obras que deverão ser executados e, realizados em dissonância com os fins do tombamento, a indicação de prazo para que sejam desfeitos.

§ 3º - Dar-se-á a conservação do bem tombado pelos proprietários, os quais procederão os consertos e restauração necessários, desde que atendidas as exigências dos §§ 1º e 2º deste artigo.



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

04

LEI Nº 707/93

ART. 11 - O bem tombado, quando móvel pertence a pessoa natural ou jurídica, não poderá sair do Município, excetuando-se a hipótese de intercâmbio cultural.

§ 1º - O Órgão Administrativo executor do processo de tombamento estabelecerá prazo, o qual não poderá ser superior a 30 (trinta) dias para que o bem usado em intercâmbio cultural fora do território do Município possa ao mesmo retornar.

§ 2º - Após o retorno do bem, deverá o Órgão que tenha autorizado a sua saída proceder a uma vistoria para verificar a sua integridade.

§ 3º - Quando o deslocamento do bem indicado no caput deste artigo ocorrer dentro do território do Município, deverá o Órgão executor do tombamento ser comunicado com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 4º - Havendo extravio ou furto de bem tombado o seu proprietário deverá, no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas fazer registro no órgão policial competente e, também, comunicar o fato, por escrito, ao Órgão Administrativo executor do tombamento.

ART. 12 - Os bens imóveis tombados, quando alienados, deverão permanecer com as mesmas restrições anteriores e a alienação só será permitida com anuência do órgão executante do tombamento.

ART. 13 - Os bens imóveis tombados receberão plaquetas com dizeres específicos onde conste a sua categoria, a data do Decreto, o nome do Conselho e do Órgão Executor.

ART. 14 - Os Órgãos da Administração Direta ou Indireta que tenham competência para concessão de licenças, alvarás e outras autorizações para construção, reforma e utilização de prédios, desmembramento de terrenos,



Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

05

LEI Nº 707/93

poda ou derruba de espécies vegetais, alterações quantitativas do solo, em qualquer dos seus acidentes deverão, previamente, consultar o Órgão Administrativo executor do tombamento, antes de qualquer deliberação.

ART. 15 - Procedimento semelhante ao constante do artigo anterior deverá ser admitido pelo Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela concessão de licença ou alvarás de autorização para instalação de atividade econômica ou industrial ou, ainda, a fixação de anúncios em bens tombados.

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO DO TOMBAMENTO

ART. 16 - O Decreto de Tombamento somente poderá ser revogado quando for devidamente comprovado:

- I - que houve erro de fato quanto à causa determinante;
- II - que outro motivo de relevante interesse público se justifica.

ART. 17 - No Município será responsável pela guarda, fiscalização e, conseqüentemente, execução do tombamento, o Departamento Municipal de Cultura, Órgão vinculado diretamente ao Gabinete do Chefe do Poder Executivo Municipal.

ART. 18 - Ao Conselho Municipal de Cultura fica, por esta Lei, além das atribuições enumeradas no artigo 116, da Lei 421/87 que o criou, as seguintes:

- a - proceder levantamento de bens considerados de excepcional valor histórico, artístico, cultural ou paisagístico;
- b - recomendar ao Departamento Municipal de Cultura a notificação com

**Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista**

06

LEI Nº 707/93

pulsória ao proprietário de bens considerados de valor histórico, cultural, artístico ou paisagístico;

c - auxiliar o Departamento Municipal de Cultura na fiscalização de bens tombados;

d - expedir resoluções sobre tombamento, desde que estes não se choquem com as normas estabelecidas nesta Lei.

ART. 19 - O não atendimento às regras deternantes do tombamento, sujeitará o proprietário ou a qualquer pessoa que pratique ato que implique dano a bem tombado, aos efeitos do processo administrativo que será permitido à Administração iniciar, com base na Lei 695/93 para aplicação de multas que variarão de uma a cinquenta UFMs.

ART. 20 - Concluindo o processo administrativo concernente a falta praticada contra o bem tombado, deverá o Chefe do Poder Executivo Municipal, acatando a recomendação do Conselho Municipal de Cultura, baixar o ato fixando a sanção monetária a que esteja sujeito o infrator.

ART. 21 - A Administração Pública Municipal fará, por Decreto, regulamentação desta Lei.

ART. 22 - Qualquer pessoa munida de documentação competente poderá representar ao Conselho Municipal de Cultura para iniciar processo de tombamento de bem indicado.

ART. 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 17 de maio de 1993.

José Fernandes Pedral Sampaio
Prefeito

APÊNDICE A – Espelho do questionário aplicado

28/09/2020 QUESTIONÁRIO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

QUESTIONÁRIO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Olá! Meu nome é Thamires Gomes Pinheiro, sou Arquiteta e Urbanista e mestrandando pelo PPGMLS - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Este questionário configura-se uma ferramenta de pesquisa de campo, o qual auxiliará no desenvolvimento da dissertação intitulada: "A preservação da Casa Memorial Régis Pacheco como espaço de memória da cidade de Vitória da Conquista", tendo como objetivo avaliar o nível de conhecimento da população acerca do patrimônio cultural desta cidade.

A duração média de preenchimento do questionário está compreendida entre 5 a 10 minutos e a sua participação é essencial para o bom andamento da presente pesquisa.

É importante ressaltar que as declarações de cada participante serão tratadas de forma confidencial e a apresentação dos resultados será feita de maneira a não permitir a identificação das pessoas envolvidas.

Desde já, agradeço a sua atenção e disponibilidade em colaborar com a produção acadêmica nacional.

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

2. Há quanto tempo você mora em Vitória da Conquista? *

Caso não seja morador de Vitória da Conquista, favor desconsiderar o questionário.

Marcar apenas uma oval.

Menos de 10 anos

De 11 à 20 anos

Mais de 21 anos

<https://docs.google.com/forms/d/1GzcXGZc9qGuF7D0CWKzamiRgD4jzRzy7wGINmE2cSz0/edit> 1/5

28/09/2020

QUESTIONARIO SOBRE O PATRIMONIO CULTURAL DE VITORIA DA CONQUISTA

3. Qual a sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- 15-19 anos
- 20-29 anos
- 30-39 anos
- 40-49 anos
- 50-59 anos
- 60-69 anos
- 70 ou mais

4. Você sabe o que é patrimônio cultural? *

Marcar apenas uma oval.

- Não tenho a mínima noção do que seja
- Tenho uma noção básica do que seja
- Tenho uma noção mediana do que seja
- Tenho uma grande noção e costumo ler pesquisas relacionadas ao tema

5. Para você, qual a relevância do patrimônio cultural para uma cidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Indiferente
- Importante
- Essencial

6. Você conhece algum patrimônio cultural do município de Vitória da Conquista? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

28/09/2020

QUESTIONARIO SOBRE O PATRIMONIO CULTURAL DE VITORIA DA CONQUISTA

7. Como você avalia a conservação do patrimônio cultural do município de Vitória da Conquista? *

Marcar apenas uma oval.

- Péssimo
 Ruim
 Bom
 Muito bom
 Excelente

8. Você já visitou algum museu em Vitória da Conquista? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

9. Qual desses tópicos você acharia importante ser abordado em um museu na cidade de Vitória da Conquista? *

Marcar apenas uma oval.

- Cultura Indígena
 Retrospectiva Histórica
 Retrospectiva Política
 Artes Cênicas (Música, Teatro e Cinema)
 Outro: _____

28/09/2020

QUESTIONARIO SOBRE O PATRIMONIO CULTURAL DE VITORIA DA CONQUISTA

10. Você sabe quem foi o médico e político Régis Pacheco? *

Marcar apenas uma oval.

- Não, nunca ouvi falar
- Já ouvi falar, mas não sei quem é
- Sim, tenho conhecimento acerca da sua história

11. Você sabe da existência da Casa Memorial Régis Pacheco? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

12. Se sim, você já visitou a Casa Memorial Régis Pacheco?

Só responda a essa pergunta se você souber da existência do Museu.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

13. Se sim, você considera a Casa Memorial Régis Pacheco um lugar que remete a memória e a história da cidade de Vitória da Conquista?

Só responda a essa pergunta se você souber da existência do Museu.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

14. Onde você levaria uma pessoa interessada em conhecer a história de Vitória da Conquista? *

28/08/2020

QUESTIONARIO SOBRE O PATRIMONIO CULTURAL DE VITORIA DA CONQUISTA

15. Gostaria de indicar algum espaço que você considera importante para memória conquistense e que deve ser preservado?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO SENHOR,

Este documento é um CONVITE ao Senhor para participar da pesquisa abaixo descrita. Por favor, leia atentamente todas as informações abaixo e, se você estiver de acordo, rubriche as primeiras páginas e assine a última, na linha "Assinatura do participante".

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

- 1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Thamires Gomes Pinheiro
- 1.2. ORIENTADOR: Pedro Ramos Dolabela Chagas

2. QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

- 2.1. TÍTULO DA PESQUISA: A preservação da Casa Memorial Régis Pacheco com espaço de memória da cidade de Vitória da Conquista
- 2.2. POR QUE E PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA? O objetivo dessa pesquisa é analisar os processos que levaram a patrimonialização da Casa Memorial Régis Pacheco.

3. O QUE VOCÊ TERÁ QUE FAZER; ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ?

- 3.1. O QUE SERÁ FEITO: uma entrevista
- 3.2. ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO: pela plataforma digital do zoom no dia 05 de julho de 2020.
- 3.3. QUANTO TEMPO? 40 minutos

4. HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Não

5. O QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM?

- 5.1. BENEFÍCIOS DIRETOS: trazer ao leitor uma reflexão sobre o patrimônio cultural e as práticas utilizadas em seus processos.

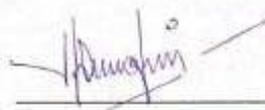
5.2. BENEFÍCIOS INDIRETOS: incentivo à população de Vitória da Conquista em apropriar-se da edificação; disseminação do conhecimento acerca de quem foi Régis Pacheco; fortalecimento da memória, história e cultura local.

6. CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante)

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo em participar do presente estudo.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Vitória da Conquista, 5 de julho de 2020.

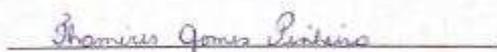


Assinatura do participante

7. CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Vitória da Conquista, 5 de julho de 2020.



Assinatura da pesquisadora